

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIA HUMANAS E SOCIAIS

DANIEL JONI MENDES NUNES DA CUNHA

**“Cultura de História” no Brasil Oitocentista: espaços de autonomia e produção de distância histórica nos compêndios e manuais de História do Brasil (1831 - 1863)**

Mariana

2019

DANIEL JONI MENDES NUNES DA CUNHA

**“Cultura de História” no Brasil Oitocentista: espaços de autonomia e produção de distância histórica nos compêndios e manuais de História do Brasil (1831 - 1863)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Área de Concentração: Poder e Linguagens.

Linha de Pesquisa: Poder, Espaço e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel

Mariana  
Fevereiro de 2019

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C972c Cunha, Daniel Joni Mendes Nunes da.

"Cultura de História" no Brasil Oitocentista [manuscrito]: espaços de autonomia e produção de distância histórica nos compêndios e manuais de história do Brasil (1828-1861). / Daniel Joni Mendes Nunes da Cunha. - 2019.

86 f.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. Colégio Pedro II. 2. Brasil - Política e governo. 3. Brasil - História. I. Rangel, Marcelo de Mello. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 93

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Daniel Joni Mendes Nunes da Cunha**

**"Cultura de História" no Brasil Oitocentista: Espaços de autonomia e produção de distância histórica nos compêndios e manuais de história do Brasil (1828-1861)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 27 de fevereiro de 2019.

### Membros da banca

Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo - (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu - (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Prof. Dr. Julio Cesar Bentivoglio - (Universidade Federal do Espírito Santo)

Marcelo de Mello Rangel, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 26 de março de 2019.

[



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo de Mello Rangel, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 12/07/2022, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0361181** e o código CRC **2B5B40D7**.

*À minha vó Lena,  
pela estranha mania de ter fé na vida.*

## **AGRADECIMENTOS**

Sou grato aos meus familiares por fornecerem as condições materiais e afetivas para que este trabalho fosse concluído. Sei que esse pequeno pedaço da minha formação só foi possível mediante ao esforço vital de minha vó Lena, meus pais Márcia e Gil, meus tios Elaine, Wilhan e Fefé, meus avós Celina e Augustinho, e todos os meus tios, tias, primos, primas, vizinhos e vizinhas da Ataulfo Alves e adjacências. Sou grato à Paula Moreira, por ser minha companheira e sorte na vida. Nosso convívio foi (e é) fundamental para que esta dissertação ganhasse o fôlego necessário para ser concluída.

Sou grato aos meus amigos e amigas pelo bem mais valioso que compartilhamos: a própria vida. O convívio com vocês me faz querer ser melhor, mais atento, mais empático, mais aprendiz e mais sábio. Obrigado aos meus queridos amigos e amigas de Ipatinga: Thomas, Rayane e meu afilhado lindo Pedro; Menotti, Valtinho, Vitim Yasser, Vitim Araújo, Wendel, Piri, Átila, Marco e Paulistinha. Obrigado aos meus queridos amigos e amigas que a UFOP me proporcionou: Gabriel e Marcelinho, meus irmãos; Mauro, Renan (Baianinho), Glaucinha, Bianchi, Lucas (Lula), Léo, Caroles, Mateus (Prematuro), Daiane, Karine, Henrique (Gaspar), Alex (IBGE), Willon (Chicó), Luiz (Johnson), Thiago Paschoal, Ana (Anita), Luiza Barufi, Júlio, Zambinha, Anderson, André Ramos, Jordana, Monay, à República Cangaço, Pirúsculo e República Búlgaros. E aqueles que a UFOP trouxe indiretamente: Isabella Martins, Thiago Bethônico e Gustavo Santiago, que alegria poder chamar vocês de amigos.

Sou grato aos meus professores e mestres por todo aprendizado, carinho, respeito e amizade, em especial: Marcelo Rangel, meu orientador e mestre querido; Mateus Pereira, professor e amigo; Marcelo Abreu, amigo e sábio; Valdeir Araújo, grande mestre; Sérgio da Mata, exemplo de profissional; e Bruno Franco, provocador e figura importante na minha formação.

Sou grato à Universidade Federal de Ouro Preto, ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais, ao Programa de Pós-Graduação em História; todos os funcionários e funcionárias, técnicos e técnicas, professores e professoras, por fazerem a universidade acontecer todos os dias, mesmo com todos os percalços enfrentados. Sou grato, por fim, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter concedido a estrutura financeira para o desenvolvimento deste trabalho.

*Há tantos quadros na parede;  
Há tantas formas de se ver o mesmo quadro.*

*(Gessinger, Licks & Maltz)*

## **RESUMO**

Este trabalho pretende investigar os manuais didáticos adotados no Colégio Pedro II, a saber: o “Resumo da História do Brasil até 1828” de Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde, o “Compêndio da História do Brasil” de José Ignácio de Abreu e Lima e as “Lições de História do Brasil” de Joaquim Manuel de Macedo, visando contribuir para os debates acerca das possibilidades da escrita da história, sobretudo àquela do ensino de história no Brasil Imperial. Além disso, há a preocupação com a constituição e a sedimentação de conteúdos e compreensões mobilizados no interior destes manuais didáticos, com o intuito de tematizar e restituir a complexidade dos debates envolvendo a aproximação ou alargamento no que tange a herança portuguesa, ou modulações da “distância histórica”, entre 1831 e 1863.

**Palavras-chave:** Manuais Didáticos; Colégio Pedro II; Distância Histórica; Brasil Imperial.

## **ABSTRACT**

This work pretends to investigate the didactics manuals adopted in Pedro II school, which are: “Resumo da História do Brasil até 1828” by Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde, “Compêndio da História do Brasil” by José Ignácio de Abreu e Lima and the “Lições de História do Brasil” by Joaquim Manuel de Macedo, in an attempt to contribute within the debates around the possibilities of historiography, especially in the case of Brazilian’s Imperial period. Besides that, I’m also concerned with the constitution and the sedimentation of the contents and the comprehensions mobilized in this didactics manuals, with the purpose of thematize and restitute the complexity of the debates involving the stretchment or the proximity concerns Portuguese heritage, or “historical distance” modulations, between 1831 and 1863.

**Key-words:** Didactic Manuals; Pedro II School; Historical Distance; Brazilian Imperial Period

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS**

**RHB** – Resumo da História do Brasil até 1828

**RHB 1** – Resumo da História do Brasil até 1828 – 1ª edição de 1831

**RHB 2** – Resumo da História do Brasil até 1828 – 2ª edição de 1834

**CHB** – Compêndio da História do Brasil

**CHB 1** – Compêndio da História do Brasil – 1ª Edição, 1º Tomo de 1843

**CHB 2** – Compêndio da História do Brasil – 1ª Edição, 2º Tomo de 1843

**CHB 3** – Compêndio da História do Brasil – 2ª Edição de 1843

**LHB 1** – Lições de História do Brasil – 1ª Edição de 1861

**LHB 2** – Lições de História do Brasil – 2ª Edição de 1863

**CPII** – Colégio Pedro II

**IHGB** – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

**RIHGB** – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

## SUMÁRIO

<b>RESUMO DOS CAPÍTULOS .....</b>	<b>12</b>
<b>1. PRÓLOGO OU DA IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA PARA O DEBATE SOBRE A HISTÓRIA .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1. A Base Nacional Curricular Comum: disputas e o giro ético-político através da internet.....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 “Cultura de História”: publicização, nacionalização do passado e consumo de história .....</b>	<b>20</b>
<b>2. CAPÍTULO 1 - OS MANUAIS ENTRE DITOS E NÃO-DITOS: UMA APROXIMAÇÃO .....</b>	<b>22</b>
<b>2.1. Os Resumos de Bellegarde .....</b>	<b>22</b>
<b>2.2. Os Compêndios de Abreu e Lima .....</b>	<b>25</b>
<b>2.3. As Lições de Macedo.....</b>	<b>28</b>
<b>2.4. Dos Resumos às Lições: os quadros na parede e as formas de se ver o mesmo quadro .....</b>	<b>34</b>
<b>3. CAPÍTULO 2 – AS TRÊS RAÇAS NOS MANUAIS DIDÁTICOS .....</b>	<b>63</b>
<b>3.1. Selvagens, Gentios e Brasileiros: tempo e etnografia .....</b>	<b>63</b>
<b>3.2. O Negro nos Manuais Didáticos de História do Brasil: entre o silêncio e a ausência.....</b>	<b>75</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>80</b>
<b>Fontes Primárias (disponíveis online em acervos digitalizados).....</b>	<b>80</b>
<b>Fontes Secundárias (disponíveis online em acervos digitalizados e na Biblioteca Nacional) .....</b>	<b>81</b>
<b>Periódicos (disponíveis online em acervos digitalizados).....</b>	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>82</b>

## RESUMO DOS CAPÍTULOS

**Prólogo:** Essa espécie de introdução já nasceu caduca. Busquei fazer um esforço em situar este trabalho no horizonte de debates contemporâneos a respeito da disciplina História, bem como discussão acerca da elaboração da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Entretanto, como é próprio à nossa época, minhas páginas foram ultrapassadas no momento em que as digitei, dado tamanha rapidez com que novos debates e novos agentes emergem no espaço público.

**Capítulo 1:** Além de introduzir de forma breve as obras que investiguei nesse texto, tentei propor uma reflexão a respeito dos conteúdos fundamentais para a constituição da nacionalidade, bem como a formação sempre em tensão do cânone memorialístico que deveria, necessariamente, figurar a parede da nacionalidade brasileira.

**Capítulo 2:** Neste capítulo busquei tematizar a representação de figuras importantes para a formação da nacionalidade brasileira, como índios, negros e portugueses. Além disso, este capítulo também teve como intenção descrever a maneira com que foram concebidos pelos autores, bem como em que medida a herança íntima portuguesa é modulada.

## 1. PRÓLOGO OU DA IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE HISTÓRIA PARA O DEBATE SOBRE A HISTÓRIA

### 1.1. A Base Nacional Curricular Comum: disputas e o giro ético-político através da internet

Se Harald Weinrich<sup>1</sup> estiver correto, a maior virtude da contemporaneidade é a capacidade de selecionar o esquecimento. A internet, bem como as bibliotecas virtuais e redes sociais, intensificou a pluralização de atores e debates no interior do mundo virtual. Ou, ainda, como bem apontou Daniel Pinha (2016)<sup>2</sup>, esse movimento plural também indica uma diversificação na própria audiência. Tal deslocamento permitiu uma disponibilização massiva de conteúdos, de ditos e escritos, que produzem novas formas de se relacionar com o conhecimento. Para além de uma estética da recepção, está disponível aos sujeitos a potência na produção instantânea de significados outros. Por conseguinte, estas produções incessantes destacam cada vez mais a virtude do descarte, como também das recordações, dos vestígios e do lixo, como apontou Aleida Assmann<sup>3</sup>, uma vez que parece ser impossível dar conta da quantidade de informações presentes na web.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) teve sua primeira versão disponibilizada para consulta pública no final de 2015. Esta primeira versão colocava, na página 242, a história do Brasil como o alicerce orientador da disciplina e do conteúdo a ser tematizado em sala de aula. As outras histórias, como a africana, americana, europeia e asiática, apareceriam como “nexos e articulações”. Grosso modo, à primeira vista, *a gramática que comporia a Base para a História*, além de centrada na história do Brasil, seria o espaço identitário a partir de uma releitura democratizante – ou, ao menos, a tentativa – no sentido de uma história democrática do Brasil, a partir da qual a trajetória do indivíduo e da nação iriam confluir.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>2</sup> Daniel Pinha Silva também falou a respeito de dois aspectos igualmente fundamentais para compreendermos esse movimento trazido pela internet: a pluralização dos meios de divulgação e a horizontalização (interatividade). Para a História, isso cria novas demandas, tais como canais no Youtube. Estas novas demandas – ou formas – estão caminhando com aquelas ditas “convencionais”, como a produção editorial, que também estão em expansão, como bem apontou Silva. Cf: SILVA, Daniel Pinha. Ampliação e veto ao debate público na escola: História Pública, ensino de História e o projeto “Escola sem partido”. *Revista Transversos: “Dossiê: História Pública: escritas contemporâneas de História*. Rio de Janeiro, Vol. 07, nº. 07, pp. 11-34, Ano 03. set. 2016. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

<sup>3</sup> ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

<sup>4</sup> Hugo Achugar, na esteira dos trabalhos de Alfredo Bosi, propôs duas noções fundamentais próprias a períodos pós-ditatoriais: perplexidade e paradoxo. Ambos os conceitos podem ser empregados diante da ausência de

Instantaneamente, uma torrente de respostas críticas inundou as redes sociais e blogs especializados.

Tal como observou Marcelo Abreu: “o debate girou em torno de modos diversos de ser nacional”<sup>5</sup>. Destaco aqui os textos de Martha Abreu, Hebe Mattos e Henrique Estrada, bem como o diálogo possível entre tais textos a respeito da BNCC. Martha Abreu, em sua página pessoal de uma rede social, salientou a presença fundamental da “diversidade étnico-racial e cultural da população brasileira”, a “busca por um perfil mais definido para o Ensino Médio”, e o que me interessa mais propriamente aqui: a problematização da “história do Brasil como eixo central do ensino”<sup>6</sup>. Mattos, ao ler os comentários do então Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, ficou curiosa quanto às disputas em torno dos “repertórios que ainda hoje compõem narrativas canônicas da história brasileira”. Logo em seguida, Hebe Mattos lançou uma crítica significativa à ANPUH-Rio em razão da ausência dos problemas levantados no GT de Ensino de História na confecção do documento final. Uniu-se o descontentamento dos representantes do GT de Ensino de História, Mattos e Martha Abreu, e um abaixo assinado foi criado.

E continuou: o tom da carta crítica divulgada pela ANPUH-Rio incomodava Mattos por conta da proeminência da posição com base na qual que “o ser humano universalizado no masculino e com agá maiúsculo” era apresentado, e isso “não se faz presente em qualquer pesquisa de ponta”<sup>7</sup>. Segundo Mattos, não existe a necessidade de termos uma Base Curricular Comum, apesar de ter visto de maneira positiva o esforço do debate no sentido de um rompimento com o eurocentrismo “predominante no ensino de história do país” e “nas nossas universidades”. Esse esforço significativo de se apartar de um eurocentrismo acabou dificultando a compreensão acerca do espaço que a Europa ocupou na construção da história brasileira. Mattos, assim, propõe a chave da História Atlântica como um elemento que poderia dar conta do problema, além de provocar um diálogo interdisciplinar. Por mais que a

---

instrumentos ideológicos no que diz respeito à capacidade de criar um projeto nacional, obscurecido pela força de uma experiência nacional-autoritária. Soma-se a isso a intensificação da alteridade, da heterogeneidade, que confrontam projetos homogeneizantes. Como isso se relaciona com a BNCC? Parece que a Base possui um projeto nacional, que tem um cuidado fundamental com as diversidades que compõe o Brasil – como de fato pode se observar na parte conteudista da proposta –, mas não avança no sentido de confrontar uma “homogeneização autoritária” (ACHÚGAR, 2006: 160). Ver mais em: ACHÚGAR, Hugo. A nação entre o esquecimento e a memória. In: *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

<sup>5</sup> ABREU, Marcelo dos Santos. *Ensino de história e historicidade: a democratização da história nos currículos escolares*. No prelo.

<sup>6</sup> Tal comentário foi publicado na página pessoal de Martha Abreu em uma rede social. Existe um documento no formato PDF que contém o que foi publicado pela mesma disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B5sqAd-XYsJVQm9zU29oLWhrbXc/view>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

<sup>7</sup> A carta de Hebe Mattos à Carta da ANPUH-Rio pode ser lida em: <<https://conversadehistoriadoras.com/2015/12/01/sobre-a-bncc-e-os-historiadores/>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

historiadora não acredite que precisemos de uma Base, vê como “bem encaminhado” a proposta elaborada pelo MEC.

Em dezembro de 2015, o historiador Henrique Estrada Rodrigues, do departamento de História da PUC-Rio, publicou no site da ANPUH-Rio, a sua resposta aos pareceres feitos por Hebe Mattos e Martha Abreu<sup>8</sup>. Rodrigues começou o texto afirmando que a carta divulgada anteriormente pela mesma ANPUH era sim representativa, “ao menos, dos debates transcorridos”, e que a nota publicada pela Associação Nacional dos Historiadores não era “um produto arbitrário”. Fundamentalmente, em razão dos trabalhos terem contado sim com a presença de especialistas que elaboraram a BNCC. Rodrigues prosseguiu em sua resposta à Mattos e Abreu elencando que o que as preocupa é, na verdade, uma noção “especialistocêntrica” e, ainda, uma definição pobre do que seria “público”, caras aos textos que foram ventilados pelas professoras da Universidade Federal Fluminense.

Prosseguindo com a tematização do texto publicado por Henrique Estrada Rodrigues, além de uma crítica significativa a respeito da ausência notória da História Antiga e Medieval, o professor afirmou que uma das principais discussões estava centrada na diversidade étnica-racial e cultural da população brasileira, componentes esses que seriam próprios a leis anteriores, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e, também, de ganhos de movimentos sociais. Apontou, ainda, a faceta pouco democrática dos trâmites de circulação da *Base*, justamente pelo calendário de ajustes, consultivos e deliberativos, estarem concentrados no fim de ano e, também, pela falta de mobilização das secretarias e escolas na elaboração de um plano de ação com debates em torno das propostas. O eixo fundamental de disputas para este ensaio é: a nacionalização de conteúdos e a convergência rumo ao nacional.

Quanto ao que foi exposto até aqui, na esteira dos trabalhos de Marcelo Abreu, é possível apontar duas questões fundamentais as quais a *Base* e as disputas em torno dela trazem, a saber: 1- hegemonia da história nacional, que teria seu início no século XIX e teria, segundo Abreu, perdurado até 1980 com a LDB, mas, por meio de uma leitura preliminar da *Base*, é possível arrastar isso até os debates atualmente; e 2- quais seriam os acontecimentos, figuras e processos fundamentais à história do Brasil. A respeito desta última, os embates, especialmente na historiografia do ensino de história no Império do Brasil, são acirrados. Resumidamente, o que está em jogo são os compromissos ético-políticos em disputa na arena

---

<sup>8</sup> A réplica dada por Henrique Estrada Rodrigues pode ser lida aqui: <http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3139-uma-carta-sobre-as-cartas-a-carta>

pública de debate sobre a história e os conteúdos fundamentais a serem tematizados em seu ensino<sup>9</sup>.

Publicado na edição de número 17 da revista *História da Historiografia* em abril de 2015, o artigo escrito a quatro mãos por Marcelo Rangel e Valdeci Araujo colocou questões importantes acerca do giro ético-político e à própria localização do debate em torno da BNCC.<sup>10</sup> Fundamentalmente, os autores realizaram um esforço em realizar um breve histórico das condições de possibilidade para a emergência do giro linguístico, seus herdeiros histórico-filosóficos e as duas tradições que legaram seu *tropos* no século XX: a tradição hermenêutica-fenomenológica e a neo-historicista. A partir disso, o novo giro contemporâneo tem sua oportunidade de afloramento: o ético (“pensar o seu mundo”) e o político (“intervenção mais imediata e proativa”). Desta forma, o giro ético-político pode ser definido por duas vias: a primeira ligada a uma não existência daquilo que é possível chamar de “posição solar” do sujeito na produção de sentidos basilares para a orientação das mulheres e dos homens. Tal posição foi sendo esvaziada, mais fortemente, com a emergência do observador de segunda ordem, ao longo do século XIX – condição de possibilidade para uma existência autorreflexiva. Em outros termos: emerge naquele tempo a concepção de “ponto de vista”<sup>11</sup>. A segunda via estaria ligada a um caráter de intervenção no mundo que é o seu. Pensar, de maneira horizontal, caminhos e ações possíveis para esse horizonte históricocontingente<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> Claro, sem perder de vista que manuais didáticos e cultura escolar são partes do ensino de história. De maneira alguma, quando falo em manuais didáticos, estou falando em ensino de história propriamente, mas apenas de parte dos elementos que o constitui. Ou, ainda, como Abreu nos diz que aprender história transcende “a escolha de conteúdos a serem celebrados ou compreendidos, aprender história relacionava-se ao que hoje um estudioso da educação histórica chamaria de letramento histórico”. (ABREU, no prelo: 6).

<sup>10</sup> O diagnóstico é importante, mas a distinção que Valdeci Araujo e Marcelo Rangel fizeram das duas tradições herdeiras do giro linguístico além de serem muito herméticas, são, também, paradoxais. Explico: os autores inscrevem alguns autores muito duramente no interior de uma tradição específica, quando o que podemos perceber é um trânsito com a outra tradição. Um caso interessante ilustrar este ponto é o de François Hartog, bem como o de Ankersmit, Hayden White e Koselleck. Hartog e Koselleck (ao menos aquele de *Futuro Passado*) estão muito ligados a uma concepção de “ordem do tempo”, de uma diferença mais forte entre passado e presente, em que o tempo seria modulado entre momentos de estabilidade e crise. Inclusive, dado o cenário francês do início dos anos 2000, Hartog em sua tematização a respeito dos “Regimes de Historicidade”, fez uma defesa da posição privilegiada do historiador no interior deste tempo desordenado. A própria categoria de “regime de historicidade” estaria ligada intimamente com a maneira que cada presente é articulado em momentos de quebra de uma pretensa estabilidade, uma vez que, tanto na tradição alemã, quanto na tradição francesa, o tempo por vezes é tematizado como desorientado. A partir disso, caberia ao historiador assumir a posição de fornecer sentidos para uma reorganização do horizonte histórico. (Cf: KOSELLECK, 2006; HARTOG, 2013).

<sup>11</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

<sup>12</sup> Este compromisso ético-político da historiografia possui características um pouco mais distintas em seu percurso, principalmente quando temos em vista os trabalhos de Antoon de Baets e Frank Ankersmit. De Baets está mais próximo a um princípio de responsabilidade da historiografia, um sentido mais ligado à moral. Ankersmit, por sua vez, estaria mais ligado à ética, justamente pela convergência entre objetividade e subjetividade. Em outras palavras, para De Baets, a historiografia tem um dever moral, um imperativo

Em suma, o que está em jogo nos debates contemporâneos em torno dos conteúdos fundamentais para o ensino de história, e que coloca – e me colocou – a necessidade de investigar os debates em torno dos manuais no Império do Brasil, são os compromissos ético-políticos em disputa. Fundamentalmente, o que organizou essas discussões em torno das propostas para a *Base* foi o caráter nacional, como também ocorreu no que diz respeito aos manuais do Colégio Pedro II (1837) que pretendo investigar nesta dissertação. Nos debates em torno da proposta do MEC, foi possível acompanhar várias frentes políticas importantes em disputa, que se deve a uma democratização do acesso e da produção de histórias. Martha Abreu, Hebe Mattos e Henrique Rodrigues, deixam escapar o que está determinando suas posições, a saber: 1- os contextos de cada um, e 2- no caso de Rodrigues um contexto no qual a historiografia e o ensino de história estão muito mais envoltos e conectados com orientações ética-políticas, mesmo que o mesmo não tenha utilizado como o elemento basilar de sua posição.

É possível, neste sentido, apontar para a existência de um princípio de alteridade, nesse debate, preocupação fundamental na agenda do giro ético-político, qual possui uma potencialidade diferente do que outrora, no século XIX – com sua lógica identitária mais tradicional. Caberia aqui uma tematização detida dos manuais adotados no Colégio Pedro II, prezando por uma descrição densa dos conteúdos abordados e formas narrativas. E ainda, buscar a partir deste esforço uma aproximação frente aos compromissos políticos em tensão, principalmente entre os anos de 1840 a 1880, que fora objeto de disputas intensas no interior do espaço público imperial. Tal empreendimento também contribuirá para localizar a disponibilidade e publicização da história como uma agenda importante para a cristalização da hegemonia, dos topos da história nacional no interior do ensino de história que nos toca, ou seja, do espaço significativo que o nacional ainda possui.

No limite, esse trabalho não é sobre “cultura escolar”, o que demandaria uma análise complexa do ambiente escolar. Trabalhos como os de Thais Fonseca (2004), Selma de Mattos (1998), Circe Bittencourt (1992), Arlette Gasparello (2004), Maria Aparecida Toledo (2005), dentre outros, se dedicaram com mais ênfase a esta questão. A preocupação deste trabalho é ponderar a respeito de um lugar comum entre estes trabalhos fundamentais para a história da

---

categorico, grosso modo. A ética em seu trabalho é compreendida enquanto uma normatização advinda da Declaração dos Direitos Humanos, pois parte da mesma compreensão central de que o humano é universal. Fran Ankersmit está mais ligado a um desmantelamento da oposição entre sujeito e objetividade, justamente porque reconhece a junção entre os compromissos narrativos e o compromisso com o passado. Ver mais em: BAETS, Antoon de. A declaration of the responsibilities of presents generations toward part generations. *History and Theory*, v. 43, 2004, 130-164; ARKERSMIT, Frank. The ethics of History: from the double binds of (moral) meaning to experience, *History and Theory*, v. 43, 2004, 84-102.

historiografia brasileira, a saber: se basear em lugares institucionais como pontos fixos de referência. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB, 1837) representaria, de acordo com esta historiografia, o “lugar de produção” privilegiado à construção da história nacional, como uma instituição científica abalizadora. O esforço de nacionalização da história a partir do Estado, não se restringiu apenas ao IHGB, a Academia Imperial de Belas Artes, o Museu Nacional, dentre outros âmbitos; também foi esforço de uma plêiade de iniciativas fora do espaço estatal. E mesmo dentro de instituições Imperiais importantes, havia espaço para crítica, debate e tensão.

Tais premissas configuram-se tendo como pano de fundo a recepção da obra de Michel de Certeau<sup>13</sup>, a partir da qual se busca compreender o fazer histórico a partir de uma combinação do lugar social, das práticas científicas e a escrita da história. Ainda, como demonstrou Valdeci Araujo, grande parte dessa historiografia é herdeira do período pós-Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), a partir da qual o Estado era compreendido como monolítico, onipresente e negativo<sup>14</sup>. Sendo assim, é possível que se tenha a impressão da existência de uma teleologia com base no Estado.

O Brasil Império seria o início da gestação destas compressões que culminariam necessariamente no Estado brasileiro autoritário durante o Regime Civil-Militar. Neste sentido, o IHGB seria o lugar privilegiado na produção do discurso (POCOCK, 2003), e, ainda, como o principal produtor de conteúdos fundamentais para as interpretações e concepções sobre o Estado-Nação brasileiro. (GUIMARÃES, 1988).

O Colégio Pedro II, que estava, nas palavras do cônego Januário da Cunha Barbosa, “sob a imediata proteção do Imperador”, e, juntamente com o IHGB, repercutiria as determinações do Estado imperial, segundo esta historiografia. O que não contemplaria a proposição que baliza este trabalho que é a de investigar os “espaços de autonomia” no Império do Brasil e como a “distância histórica” se apresenta enquanto um problema fundamental nos três primeiros manuais didáticos de história do Brasil adotados no interior do Imperial Colégio Pedro II (1837). Estes compêndios didáticos são: 1- *Resumo de História do Brasil até 1828*, publicado pela primeira vez em 1831, de Henrique Luís de Niemeyer. *O Resumo* se tornou o manual da disciplina de História do Brasil no Colégio no ano de 1840, perdurando até 1850 quando foi substituído pelo; 2- *Compêndio da História do Brasil* de José

---

<sup>13</sup> DE CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

<sup>14</sup> Pensando junto a Araújo, o motivo historiográfico pelo qual esta compreensão é tão difundida está associado a uma negação do Estado civil-militar. Para uma melhor compreensão ver: ARAUJO, Valdeci Lopes. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanços e desafios. In: ARAUJO, Valdeci Lopes de; OLIVEIRA, Maria da Glória de (Org). *Disputas pelo passado: História e historiadores no Império do Brasil*. Ouro Preto: EDUFOP, 2013b.

Ignácio de Abreu e Lima (1794 – 1869); 3- *Lições de História do Brasil*, publicado em 1861 por Joaquim Manuel de Macedo (1820 – 1882), permanecendo como o livro oficial do Colégio de 1861 até 1880.

Este trabalho pretende investigar os manuais didáticos supracitados no sentido de questionar a clivagem tradicional da produção didática adotada no CPII, como foi proposto no trabalho de Arlette Gasparello<sup>15</sup>, que dividiu os manuais adotados Imperial Colégio em: 1- história patriótica, representada pelos manuais de Bellegarde e Abreu e Lima (1849-1861); e 2- a legitimação do modelo nacional (1861-1900), que se deu com a entrada do manual de Joaquim Manuel de Macedo, em 1861. Ou seja, uma história antes e depois do IHGB e, principalmente, antes e depois da *História Geral do Brasil*, 1854, de Varnhagen. Para executar a tarefa proposta, irei dispor de dois conceitos fundamentais: “distância histórica”<sup>16</sup> e “espaços de autonomia”<sup>17</sup>. Isso sendo atravessado, em alguma medida, por uma questão cara a Chervel (1990): pelas “terias relacionais” em que diversos agentes atuam.

<sup>15</sup> Gasparello (2004) dividiu os manuais adotados no Colégio Pedro II em dois momentos, a saber: 1- história patriótica, representada pelos manuais de Bellegarde e Abreu e Lima (1849-1861); e 2- a legitimação do modelo nacional (1861-1900), que se deu com a entrada do manual de Joaquim Manuel de Macedo, em 1861. Maria Aparecida Leopoldino Tursi Toledo também reitera tal divisão e seu artigo intitulado “A Disciplina de História no Império Brasileiro”, publicado na Revista HISTEDBR, em 2005.

<sup>16</sup> A compreensão de “distância histórica”, aqui, está ligada à produção e um sentimento de aproximação ou distanciamento provocados/construídos, neste caso, por autores no que tange à escrita da história do Brasil. Em outras palavras, significa o movimento de afastamento ou de aproximação de uma herança específica, nadinâmica do texto e da narrativa (PHILLIPS, 2000, 2011; ANKERSMIT, 2011; RODRIGUES, 2014; ABREU & RANGEL, 2015). A partir desta ferramenta heurística busco compreender como os manuais didáticos do século XIX constituem narrativas produtoras de distanciamento ou de aproximação a partir da tematização de conteúdos como a colonização, o escravismo, a monarquia, desvelando “experiências do tempo” dos autores no que tange a dimensão afetiva na confecção de suas histórias. Uma vez que, toda e qualquer orientação do indivíduo no mundo está calcada em pré-compreensões, pré-conceitos, ideologias, tradições, passados (HEIDEGGER, 2012; GADAMER, 1998), tais narrativas mobilizam seus posicionamentos políticos, bem como suas propostas para o enfrentamento de questões próprias ao seu horizonte histórico, como, por exemplo, a Independência, Constituinte de 1823, a Abdicação, os movimentos sediciosos importantes na década de 1830, dentre outros.

<sup>17</sup> Trata-se da investigação de diferentes “regimes historiográficos” autônomos que se constituíram no Império do Brasil, tomando como fundamental a complexidade do debate público em torno da história e suas condições de possibilidades para além das instituições pensadas isoladamente. Didaticamente, Valdeci Lopes de Araujo (2015) apontou duas configurações fundamentais nos quais estes espaços se movimentam: a primeira se refere ao mercado editorial, em que é possível encontrar o “regime compilatório”, caracterizado pela falta de hierarquização das fontes, confiança naquilo que é dito (tradição), autoridade do relato e de referências clássicas, testemunho, história contemporânea, interesse significativo em sínteses, “demandas locais/regionais de identidade e justificação política, escrita com ação política direta”. (ARAUJO, 2015, p. 395). O “regime compilatório” estaria calcado na ação de resumir, e isto através de um escopo de comandos que uma linguagem permite realizar. A compilação aparece aqui como uma série de informações dispersas no intuito de produzir umareunião e integração de uma história nacional, ou de uma história universal. No caso dos compêndios, a compilação aparece como protocolo, mas a função de ensino de alguma doutrina, de certa interpretação de fatos de maneira simplificada, caracteriza uma outra gramática que dá sentido ao compêndio, a saber: o imperativo do ensino de alguma coisa no sentido imediato. Sendo assim, além do fim cognitivo, existiria também com um ímpeto claramente ético e moralizante. O outro espaço de autonomia que Araujo chamou a atenção é o “regime disciplinar”. Este seria constituído em torno do IHGB, sendo marcado pela pesquisa documental, aproximação com o método historicista no que tange à dúvida e à crítica da tradição, crítica interna e externa das fontes, distanciamento em relação à história do tempo presente (veto à história contemporânea), subsídio estatal, padronização erudita, separação entre documento e relato, dentre outros. A preferência em utilizar neste trabalho

Meu interesse, em suma, é o de realizar uma análise detida, próxima aos conteúdos, das metáforas, dos adjetivos, das formas, pensando nas nuances com base nas quais os manuais didáticos e/ou didatizados apresentam seus recursos narrativos e dos conceitos empregados no interior destes. Ou seja, como parte do ensino de história, mas, fundamentalmente, como produtor de sentidos específicos para a cena pública do Brasil nas décadas em que circularam de maneira sistemática, quer nos espaços institucionais ou não, em meados do século XIX, quer nas formas de constituir e reverberar posições e compromissos no espaço público Imperial.

## **1.2 “Cultura de História”: publicização, nacionalização do passado e consumo de história**

Em uma recente discussão a respeito da *Public History*, o historiador Jurandir Malerba<sup>18</sup> atentou-se ao fato de que a tematização do passado em diversos âmbitos, ou próximo a uma linguagem empregada por Jörn Rüsen, a “cultura histórica” (RÜSEN, 2001), poderiam apresentar negócios interessantes a uma certa lógica de mercado. Tal ímpeto de experimentação de realidades passadas, seja em livros, filmes, ou em outras mobilizações artísticas, não se explica por si só. Hans Ulrich Gumbrecht propôs em seus trabalhos a existência de um certo fascínio e demanda social por história para fora dos âmbitos universitários em nosso horizonte contemporâneo<sup>19</sup>. Essas demandas, como escreveu Malerba, atraíram a atenção por parte de empresas ligadas a um mercado editorial e escritores, maiormente jornalista, que não necessariamente possuíam formação acadêmica na área de História. No cenário atual, são poucos brasileiros historiadores de formação que possuem obras destinadas a um público leitor mais amplo, como Mary del Priori, Boris Fausto, dentre outros.

---

o termo “Espaços de autonomia” e não “Regimes de Autonomia” se explica pela compreensão de que essa “autonomia” – que não quer dizer independência frente aos principais âmbitos de produção de conhecimento histórico no período estudado, como o IHGB e o Colégio Pedro II –, se dá justamente na abertura, nas relações e nos graus distintos de trânsito entre estes âmbitos de cultura história, que constituíam diferentes possibilidades para a escrita da história. No limite, a substituição da palavra “regime” para a palavra “espaço” é mais profícua para o tratamento destas interpolações que pretendo sustentar nesta dissertação. Ou seja, defendo aqui a existência, neste momento, de porosidade entre estes âmbitos autônomos, o que não está em descompasso com as hipóteses de Araujo.

<sup>18</sup> MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre a Public History. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 15, ago. 2014, p. 27-50.

<sup>19</sup> GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de “depois de aprender com a história”. O que fazer com o passado agora?”. In: *Aprender com a História. O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

Na arena da “cultura histórica” houve provocações de ambas as partes: sejam historiadores exigindo uma sofisticação quanto à qualidade e às formas narrativas, conteúdos e metodologias; sejam os historiadores “leigos” argumentando que as histórias que escrevem são mais agradáveis ao público do que o conhecimento histórico produzido pela academia. Longe de fazer uma defesa de que a escrita da história seja privilégio de profissionais da área, ou de que os historiadores de formação sejam os únicos capazes de fornecer representações mais precisas de uma realidade anterior, Malerba lançou questões importantes a respeito das implicações e dos perfis que estas historiografias orientadas pelo mercado possuem.

Entendendo que o fenômeno da *Public History* tenha sua enunciação enquanto tal nas décadas de 1970 e 1980, temos, no Brasil, os exemplos de Ruy Castro, Fernando Morais, Elio Gaspari, ou ainda, mais recentemente, Eduardo Bueno e Laurentino Gomes; o debate entre os “eruditos” e “leigos”, respeitando as especificidades de seus horizontes históricos, acerca das possibilidades de escrita da história, bem como formas, metodologias e conteúdos, não é novidade no Brasil. O século XIX foi palco de várias querelas envolvendo membros do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB, 1838) e diversos escritores que também estiveram em atividade em periódicos, que protagonizaram discussões públicas intensas sobre as formas de escrever história nas décadas de 1840, 1850 e 1860.

Recentemente, o historiador Jerome de Groot propôs uma nova mirada para o conceito de “consumo de história”. Sua proposta fundamental está concentrada na investigação de como os historiadores e leigos, acessam o passado, produzem, vendem, apresentam, transmitem e experienciam as abordagens de uma anterioridade, um “*before now*”<sup>20</sup>. Para isso, acredito que precisamos de um conceito forte. Tenho apostado em fazer um exercício de pensar-com Billie Melman através do conceito de “cultura de história”.<sup>21</sup> Fundamentalmente, o cerne da “cultura de história” está na dinâmica que a semântica deste conceito propicia: uma “cultura de história” é volátil e muda de acordo com as disputas na arena pública do presente, assumindo a contingência das formas e dos gostos da história. Desta forma, podemos pensar a cultura de história como um conjunto de atitudes e valores que expressam noções, representações, conceitualizações, interdições, concepções de uma determinada sociedade a respeito de um passado compartilhado. Além disso, engloba os silêncios e as recusas dos sujeitos em relação ao passado, deliberadas ou não, resultantes ou não de vontades coletivas.

---

<sup>20</sup> DE GROOT, Jerome. *Consuming History: Historians and Heritage in Contemporary Popular Culture*. Abingdon: Routledge, 2009.

<sup>21</sup> MELMAN, Billie. *The Culture of History: English Uses of the Past, 1800- 1953*. New York: Oxford University Press, 2006.

No limite, o que está em jogo é uma complexificação da recuperação de como os acessos ao passado eram negociados, contestados, perdidos pelas operações individuais e/ou coletivas na relação entre as construções; no nosso caso conteudista, e as escolhas – ditas ou não-ditas. A lógica da “cultura de história” necessita de uma compreensão melhor do público e da audiência a que se destina. Normalmente se define como público tudo aquilo que não é acadêmico, mas, aqui, pretendo trabalhar público não a partir uma divisão binária entre uma cultura elevada e uma outra mais baixa, e sim tendo em vista as condições de possibilidade de acesso diferentes, ou ainda, como nos diz Melman o popular como uma “*cross-class*”; propício a interpelações, discordâncias e disputas. O que acompanharia fundamentalmente este processo de popularização no caso brasileiro oitocentista? 1- As novas tecnologias que evocam o passado, tais como o “boom” da imprensa periódica, os dioramas, etc<sup>22</sup>. 2- Produção e consumo: descrição das reproduções, a escrita, o visual, as imagens e narrativas sobre os passados. As operações no interior dessa “cultura de história” podem ajudar a desvelar os espaços de autonomia na cena pública, suas interpelações e disputas. Como produzem sentido e presença em suas histórias?

## 2. CAPÍTULO 1 - OS MANUAIS ENTRE DITOS E NÃO-DITOS: UMA APROXIMAÇÃO

### 2.1. Os Resumos de Bellegarde

*Que espécie ou que diabo de quitanda há nessa rua tão descampatória, e desgraçadamente nomeada [...]?*<sup>23</sup>

Esse foi o questionamento de Joaquim Manuel de Macedo em suas miradas e andanças pela Rua do Ouvidor presentes em suas *Memórias* sobre a rua homônima. Não tratarei de Macedo agora, mas sim de algo que aconteceu naquela estranha rua chamada de Quitanda,

<sup>22</sup> Foi Valdeci de Araujo que tematizou os panoramas e os dioramas como formas importantes de leitura e aprendizado da História, sobretudo no primeiro quarto do século XIX. Além disso, o conteúdo abordado por Araujo pode ser lido de forma mais detida em: ARAUJO, Valdeci Lopes de. Formas de Ler e Aprender com a História no Brasil Joanino. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, 25 nov. 2009. E também em: ARAUJO, Valdeci Lopes de. Observando a observação: sobre a descoberta do clima histórico e a emergência do cronotopohistoricista, c.1820. In: CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana Pereira (org.). *Perspectivas da cidadania Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.281-304.

<sup>23</sup> Essa breve passagem pode ser encontrada na p. 125 da obra de Joaquim Manuel de Macedo. Cf.: MACEDO, Joaquim Manuel de. (1820-1882). *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

embora não tivesse uma, no ano de 1831. Ali, no número 79, era impressa pela Tipografia Gueffier a primeira edição do *Resumo da História do Brasil até 1828* de Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde.

Bellegarde era o “primo pobre”, na verdade o “irmão pobre”, de Pedro de Alcântara Bellegarde (1807 – 1864), – posteriormente figura importante dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, principalmente a partir da década de 1840, quando ocupou funções político-administrativas de relevância no Império do Brasil. Da pena e da voz de seu irmão consta o único, ou quase único, registro biográfico sobre sua vida. Na primeira edição da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, é possível encontrar o *Necrológio* dessa figura pouco explorada pela história da historiografia brasileira.<sup>24</sup> Em quase duas páginas, a trajetória do “ilustre engenheiro” foi narrada.<sup>25</sup> Além da *RIHGB*, o jornal *O Despertador*, do dia 30 de janeiro de 1839, também repercutiu o falecimento do autor do *Resumo*. Mais precisamente na p. 4, se encontra o seguinte comentário: “O Brasil, especialmente a província do Rio de Janeiro, teve uma grande perda pela morte deste distinto oficial e digno cidadão, que na verdura dos anos fazia já tantos serviços à sua pátria, e maioresos prometia no futuro”. E, ainda, na edição do dia 6 de novembro de 1839 do periódico *Diário*

---

<sup>24</sup> Alguns estudos mais contemporâneos passaram por Bellegarde, mas muito rapidamente e sem tematizar mais detidamente sua obra, como os trabalhos de Arlette Gasparello (2004), Beatriz Boclin dos Santos (2014) e, só muito recentemente é que a obra está passando por uma análise detida. Vide a pesquisa de doutorado em andamento na Unicamp de autoria de Cristina Carla Sacramento, intitulada: “Discursos e saberes sobre negros em livros didáticos de História do Brasil no século XIX”.

<sup>25</sup> Português, nascido em Lisboa no dia 12 de outubro, Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde foi major do corpo de engenheiros do Império, bacharel em Letras pela Universidade de Paris e cavaleiro da Ordem de Cristo. Seu pai, Candido Norberto Jorge Bellegarde foi capitão da artilharia da Marinha portuguesa. Juntamente com seu pai, sua mãe Maria de Niemeyer Bellegarde, veio para o Brasil na mesma nau que Dom João VI, com apenas cinco anos de idade. Seu pai faleceu dois anos depois da chegada ao Brasil. Ao falar sobre sua mãe, no *Necrológio* do seu irmão, Pedro Bellegarde disse que o sucesso de seu recém falecido irmão se deu muito em função dos “cuidados de sua carinhosa mãe” e que sua mãe “empregara para o conduzir a um fim glorioso com exemplos de virtude, e lições de sabedoria”. Em 1820, com apenas quinze anos de idade, Henrique Bellegarde tornou-se oficial e um ano depois chegou ao posto de 1º tenente, atuando como ajudante de João Manoel da Silva, capitão geral de Moçambique. Na efervescência do ano de 1822, Bellegarde voltou ao Brasil, recém independente, aderindo a causa. No ano de 1825, por ordem do governo, foi à França, bacharelando-se três anos depois em Letras, além de receber a carta de Engenheiro Geográfico. Foi convocado no ano de 1828 a retornar ao Brasil, sendo promovido pouco depois a major. Segundo seu irmão, no ano de 1831 “começou verdadeiramente o período brilhante da vida” de Bellegarde. E isso por conta de dois acontecimentos: 1- os serviços prestados à Coroa, como o farol de Cabo Frio, as pontes em Campos e Ytjurú, dentre outras obras que acabaram ficando incompletas por conta de seu falecimento, e, especialmente, 2- a publicação do “*Resumo da História do Brasil*”, obra esta que foi digna de “estimação” pelos leitores, por sua “elegância”, “concisão de pensamentos, e veracidade histórica”. Tal sucesso de seu empreendimento – do *Resumo* – tornou possível que no ano de 1834 aparecesse uma segunda edição, ainda mais “enriquecida”. Na Cidade de Cabo Frio Bellegarde faleceu vítima de uma febre. Cercado por amigos, a morte de Bellegarde foi sentida por “toda aquela população, que em massa assistiu ao seu funeral, tomando luto as pessoas mais gradadas da terra”, além disso, “manifestando sincera dó a classe dos pobres de quem fora sempre generoso e esclarecido protetor”. Filantropo e bom católico, virtudes estas destacadas por seu irmão, seriam dignas de “veneração dos honrados brasileiros”.

do Rio de Janeiro, é possível ler um relato sobre a forma com que a notícia da morte de Henrique Niemeyer Bellegarde foi recebida no interior do IHGB.

Na seção de Comunicados, na primeira página do jornal, consta que o irmão do falecido, Pedro Bellegarde, não conseguiu “suster as lágrimas que lhe saíam aos borbotões”, que “concluiu-a no meio de copioso pranto”, e que deixou “o ilustre auditório compungido com a narração da irreparável perda de tão prestante cidadão”. Para além dos feitos de Bellegarde, seja sua atuação como militar ou engenheiro, me interessa aqui o seu *Resumo*.

Voltando à Rua da Quitanda no ano de 1831, era impresso em formato in-8º, em capa dura e com 260 páginas, sem nenhuma nota de rodapé, contendo apenas um índice cronológico ao lado do texto propriamente dito e um índice no final, o *Resumo da História do Brasil de 1828*. A segunda edição veio três anos depois e com 22 páginas de acréscimo. Bittencourt (1993) destacou que foi essa a edição tomada como didática, em razão de uma Circular da Câmara Municipal do Rio de Janeiro que aprovou a utilização do material. Em termos de diferenças substanciais da primeira edição para a segunda, Ariclê Vechia (2008) e Luis Cesar Castrillon Mendes (2016), destacaram que consistiam mais em formalidades do que alterações no conteúdo. No momento de seu falecimento, em 1839, Bellegarde estava preparando a terceira edição, que segundo Blake (1970), seria uma edição com mais acréscimos, dados e observações coreográficas. Pedro de Alcântara Bellegarde, seu irmão, ainda editou mais duas edições: uma no ano de 1845 e outra no ano de 1855, com mais 14 páginas do que a segunda edição<sup>26</sup>. No momento do falecimento de Pedro Bellegarde, em 1864, uma outra edição também estava sendo preparada, “com acréscimos próprios” (GASPARELLO, 2004: 82).

Embora tímida, o “Resumo” de Bellegarde teve uma recepção amigável na imprensa periódica. Tanto o *Diário Fluminense* quanto *O Guanabara* teceram elogios ao empreendimento do autor que, à época, era capitão do corpo de engenheiros do Império. Às vésperas da publicação, o *Diário Fluminense* trazia em suas páginas que o “merecimento literário do seu tradutor abona a perfeição da sua empresa” (IMPÉRIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE, 1830: 2). O destaque aqui estaria na precisão com a qual Bellegarde teria traduzido a obra de Ferdinand Denis, *Resumé de l’histoire du Brésil*, publicada em 1825 – obra esta que o autor teve contato em seu período de estudos na França, de 1825 até 1828.<sup>27</sup>

<sup>26</sup> Essa, em especial, foi editada pela tipografia “Dois de Dezembro”, como foi noticiada pelo Diário do Rio de Janeiro de 11 de dezembro de 1855.

<sup>27</sup> Gasparello (2002), Bittencourt (2008) e Alves e Caetano (2009) apontaram que o *Resumo* de Bellegarde seria uma adaptação de Ferdinand Denis. Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira tem tentado repensar esse status de “adaptação” em seu trabalho intitulado: *Entre duas margens do rio do tempo: A experiência do tempo*

Ainda sobre a repercussão do manual didático, a respeito da quarta edição do *Resumo*, *O Guanabara* ressaltou que os conteúdos no interior da obra seriam “recomendáveis pela clareza e exatidão com que são escritos”, e ainda, que seria um “verdadeiro serviço por ao alcance da juventude os sucessos mais notáveis dos fatos nacionais, e fazê-la amar a glória pátria, interessar-se pelo progresso do seu país”. A respeito da forma “compêndio”, essa que trataremos mais detidamente adiante, o periódico foi ainda mais enfático: destacou que a “tarefa de escrever compêndios, mil vezes mais laboriosa do que a da confecção de uma obra qualquer”. (O GUANABARA, 1838: 322). Ou seja, além da tradução como o *Diário Fluminense* elogiou, também se fez referência a isto que seria o labor de compendiar, de aumentar, de fazer variadas referências, a uma obra. Além disso, Circe Bittencourt (2008) e Luís Cesar Mendes (2016), destacaram a grande aceitação do *Resumo* em colégios militares e tal entrada nesse tipo de escola foi fundamental para o credenciamento da obra de Bellegarde no CPII. O que pode ser fruto do grande interesse de Bellegarde em sua obra por questões de territorialidade, com diversas páginas dedicadas aos conflitos na bacia do Rio do Prata.

## 2.2. Os Compêndios de Abreu e Lima

José Ignácio de Abreu e Lima (1794 – 1869) difere-se radicalmente de Bellegarde quanto à popularidade de sua figura na história da historiografia. Biografado por diversas vezes<sup>28</sup>, seja por enaltecimento, principalmente por sua atuação como general de Simón Bolívar, estaria entre “os libertadores da América”, como por tantas vezes foi mencionado; seja por investigações a respeito do superfaturamento na construção da refinaria de petróleo que leva o seu nome em Pernambuco, como parte da Operação Lava-Jato recentemente; o

---

*na narrativa da história do Brasil de Ferdinand Denis* (No Prelo). A partir disso, Oliveira procura demonstrar que Denis de fato não foi traduzido no Brasil. E que por conseguinte, que o *Resumo* de Bellegarde não seria uma tradução aumentada com outras referências do *Resume* francês, mas, sim, uma obra singular.

<sup>28</sup> O General José Inácio de Abreu e Lima nasceu no ano de 1796, em Pernambuco. Filho de José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, maiormente conhecido como Padre Roma, figura importante na Revolução Pernambucana de 1817. Fez seus estudos preparatórios e o curso de humanidades em Olinda e depois completou os seus estudos na Academia Real Militar do Rio de Janeiro, em 1816. Abreu e Lima presenciou o fuzilamento de seu pai na Bahia, em decorrência de sua participação nas negociações entre províncias a respeito da adesão ao movimento iniciado em Pernambuco, tal evento foi registrado como um testemunho no interior de seu *Compêndio*; fugiu do Brasil com o apoio da maçonaria, indo lutar pela causa da independência das colônias espanholas, ao lado de Bolívar. Retornou ao Brasil em 1832 e recobrou seus direitos de cidadão brasileiro e de todos os títulos e honras concedidos pelos governos colombiano e venezuelano, bem como também militou a favor do movimento monarquista. Se tornou membro honorário do IHGB, em 1843, tendo se desvinculado no ano seguinte, após a querela com Varnhagen. Voltou para Pernambuco no mesmo ano e faleceu em 1869 em sua terra natal. A biografia de Abreu e Lima é vastamente explorada desde o século XIX: MACEDO, 1876; CARBONELL, 1922; SOBRINHO, 1937; BERNARDES, 1978; RODRIGUES, 1979; CHACON, 1983; MATTOS, 2007; dentre outros.

nome do filho do Padre Roma, é constantemente lembrado nos noticiários até os dias de hoje. Por conta disso, dispense-me fazer apresentações delongadas de sua extensa e complexa trajetória, preferindo assim, passar ao *Compêndio*.

Os biógrafos de Abreu e Lima costumam dizer que o *Compêndio* teve cinco edições, porém sem especificar a data da publicação do que seria a 3ª edição, como apontou Selma Rinaldi de Mattos (2007). De toda forma, tal qual foi localizado por Mattos, o CHB foi publicado originalmente no ano de 1843 em dois tomos, tendo ao total 464 páginas. Destas, 192 eram de documentos, imagens e notas de rodapé. Os documentos, as imagens e quase todas as notas de rodapé não figuraram na edição “didatizada” que foi impressa no mesmo ano. Por sua vez, essa segunda edição, com o total de 359 páginas, a justificativa dada para o corte de documentos, imagens e as notas, foi preço elevado, bem como por esta edição ser “mais adequada para os Colégios e para toda a mocidade brasileira”, tal qual é possível ler na “Advertência” feita pelos editores. Uma terceira ou quarta edição, como apontaram os biógrafos de Abreu e Lima, foi publicada em 1852, e uma última já póstuma, no ano de 1882.

As duas edições escolhidas para este trabalho foram publicadas por uma tipografia na mesma rua da Quintanda, que doze anos antes havia sido palco da publicação de Bellegarde, mas dessa vez no número 77. Na tipografia dos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert, tanto a primeira edição em dois tomos, quanto a segunda edição impressa no mesmo ano, 1843, direcionada à “mocidade brasileira”, foram editadas, impressas e distribuídas. Arlette Gasparello apontou que em meados do Oitocentos, os livreiros que eram conhecidos como “tratantes de livros”, pois passaram a desempenhar um papel de maior importância, com a circulação intensa de periódicos, jornais e revistas, e as mudanças no setor do mercado editorial no mesmo período. Os manuais didáticos, por sua vez, mostraram-se neste contexto como um ramo profícuo para a obtenção de lucro, tendo em vista a relevância do poder público na obtenção destes materiais. (GASPARELLO, 2004: 44).

Tal questão pode ser observada não só a partir da continuidade na produção de edições posteriores àquelas feitas em 1843, mas também pela quantidade de assinantes. O fenômeno da subscrição, grosso modo, consistia no ato de adquirir uma quantidade de cotas para o empreendimento de uma publicação. No caso do CHB foram mais de 1.000 nomes listados como mecenas da obra, entre eles Tristão de Alencar Araripe, José Martiniano de Alencar, Justiniano José da Rocha, dentre tantos outros. Segundo Selma de Mattos, o número considerável de assinantes revela o prestígio que o general de Bolívar possuía, bem como o sucesso da publicação.

Em comparação com Bellegarde, Abreu e Lima viveu de forma mais intensa os debates no interior do espaço público brasileiro, a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838. Como bem Apontou Manoel Salgado Guimarães, o IHGB surgiu para desempenhar uma função importante “na construção de uma certa historiografia e das visões e interpretações” para a “discussão da questão nacional” (GUIMARÃES, 1988: 5). Ou seja, o Compêndio de Abreu e Lima, para além da recepção no ambiente periódico intensodo período, também teria o Instituto e seus membros, como um outro espaço de ponderação sobre sua obra.

Na sessão de 8 de fevereiro de 1840 realizada no Instituto, Justiano José da Rocha, à época nomeado para ser professor de História Pátria no CPII, “achava-se embaraçado” pela ausência de um “bom compêndio da História do Brasil por onde se pudesse orientar [...] a fim de preparar as suas lições” (RIHGB, 1840: 145). Tal como foi apontado por Selma de Mattos. Rocha ainda propôs a criação de uma comissão para a “organização de um Compêndio”, que recebeu uma apreciação negativa por Januário da Cunha Barbosa por dois motivos: o primeiro, como foi apontado pelo Cônego, era a obscuridade em “alguns pontos de nossa História”; o segundo era porque à época já existia o “bom compêndio do Sr. Bellegarde”. Segundo Mattos, o manual do general de Bolívar vinha ao encontro da solicitação feita por Rocha três anos antes (MATTOS, 2007: 94-95).

Na edição de 1843 do periódico *Minerva Brasiliense*, editado pelos principais românticos do período, encontramos um comentário sobre o *Compêndio da História do Brasil*, que, muito provavelmente, foi escrito por Torres Homem. Este destacou o “espírito consciencioso, dirigido pelo amor da verdade” por parte do General de Bolívar, e ainda, que o *Compêndio* seria “o mais útil publicado sobre este objeto” (*Minerva Brasiliense*, 1843:4). No ano de 1844, um ano após a impressão do CHB na tipografia dos irmãos Laemmert, Francisco Adolfo de Varnhagen publicou na revista do IHGB o *Primeiro Juízo*. Nesta obra, que funcionava como uma série de considerações, acusou Abreu e Lima de ser um plagiário, especificamente da obra de Alphonse de Beauchamp *Histoire de Brésil, depuis as découverte jusqu'à 1810*.<sup>29</sup> E o que mais nos interessa aqui, publicou críticas acerca de compreensões equivocadas a respeito de sujeitos e acontecimentos da História do Brasil, graças às “invenções e falsidades” do pernambucano e que “iam ser comunicadas aos nossos jovens”. (VARNHAGEN, 1844: 62). Nos parece que as críticas de Varnhagen estão muito mais ligadas

<sup>29</sup> O próprio Beauchamp teve uma reverberação importante em língua portuguesa, antes e depois da “tradução” feita por Abreu e Lima, como bem apontaram Kênia Hilda Moreira (2010) e Bruno Franco Medeiros (2012). A *Histoire de Brésil, depuis as découverte jusqu'à 1810* foi traduzida por Pedro José de Figueiredo, entre 1817 e 1834; por J.F. M. de Campos; Por Ignácio Felizardo Torres em 1918.

a problemas de conteúdo, que tratarei em outro tópico, do que de forma e de protocolos utilizados empregados na obra.

### 2.3. As Lições de Macedo

O patrono da cadeira 20 da Academia Brasileira de Letras, de Joaquim Manoel de Macedo (1820 – 1882) foi uma figura muito ativa no período Imperial<sup>30</sup>. Foi membro de diversas instituições científicas e culturais, bem como atuou em espaços importantes na constituição da cultura de história Oitocentista. O nome de Macedo consta em diversos cânones da literatura nacional, como aqueles elaborados por Nelson Werneck Sodré (1964), Plínio Doyle (1970), Antonio Candido (1975), dentre outros. Tal qual fiz ao introduzir o *Compêndio* de Abreu e Lima, por conta da vasta tematização da biografia de Macedo, irei passar ao que importa mais propriamente aqui: as duas edições das Lições de História do Brasil, ambas direcionadas “para o uso dos alunos do Imperial Colégio”, o qual era professor de Corografia e História do Brasil.

Neste trabalho irei me concentrar nos dois volumes de suas *Lições*: o primeiro foi publicado em 1861, pela Tipografia Imparcial, localizada na rua da Carioca, número 34; direcionado para os alunos do 4º ano. Ao total, o primeiro volume possui, excetuando os quadros sinóticos, 163 páginas. Já o segundo volume da obra de Macedo tem como data de publicação o ano de 1863. Em sua contracapa está indicado que o manual foi tipografado “em casa de” Domingos José Gomes Brandão, também na rua da Quintanda, como fora Bellegarde e Abreu e Lima, porém no número 70. Mais extenso que a primeira obra, o segundo volume das *Lições* possui 345 páginas, sem contar os quadros sinóticos. A publicação de 1863, como apontou o próprio autor, era direcionada para os alunos do 7º ano do CPII.

As LHB do Macedo continuaram a ser editadas mesmo após o fim do Império. Tal como apontou Selma de Mattos, Olavo Billac e Rocha Pombo, continuaram atualizando o manual produzido pelo autor de *A Moreninha* até o primeiro quarto do século XX. As atualizações e acréscimos feitas por Billac, publicada em 1907, compreende os anos de 1823

---

<sup>30</sup> Joaquim Manuel de Macedo nasceu em uma freguesia fluminense chamada São João de Itaboraí, em 1820. Formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e é reconhecido como o introdutor do romance no Brasil, além de poeta e dramaturgo. Atuou na política como deputado provincial e deputado geral pelo Partido Liberal, além de ter sido incluído na lista tríplice para senador do Império. Além disso, pertenceu a diversas instituições culturais e científicas, como a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), a Academia Brasileira de Letras (ABL) e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Foi professor catedrático de Corografia e História do Brasil no Imperial Colégio Pedro II e membro do Conselho Diretor da Instrução Pública da Corte. Faleceu em 1862, no Rio de Janeiro.

até 1905; Rocha Pombo, por sua vez, publicou duas versões das Lições “revista[s] e atualizada[s]”, em 1914 e 1922. A sobrevivência e as contínuas reedições que o manual de Macedo sofreu demonstram o quão importante e relevante foi o trabalho destinado para, primeiramente, os alunos do Colégio Pedro II. A versão de Rocha Pombo já não era para os alunos da instituição na qual Macedo foi professor, a destinação foi ampliada na Primeira República para as “Escolas de Instrução Primária”.

Como bem apontou Mattos, em 26 de novembro o manual de Macedo foi aprovado pelo Conselho de Instrução Pública da Corte e obteve, ainda, uma recepção positiva em periódicos relevantes no período. Tais como: o *Jornal do Comércio*. Nas páginas do periódico destacaram: a “exatidão histórica” bem como a posição que Macedo ocupava na “boa sociedade”<sup>31</sup>, foram elementos destacaram para conferir credibilidade ao autor das LHB. Conforme apontou Gasparello, o primeiro Regulamento do Colégio<sup>32</sup> que definiu os parâmetros de estatutos e estudos da instituição, estabelecia e fixava o modelo de aulas e o tempo de estudos em seis anos.

Três anos depois, o curso passou duração de sete anos. Até a Reforma Couto Ferraz, em 1854, o professor era o dono da cátedra, tendo grande autonomia na elaboração de seu respectivo curso e apresentação dele. A partir da reforma supracitada, houve um processo de centralização no ensino, como apontou Gasparello, “que forneceu um modelo instrucional para os estabelecimentos equiparados e serviu de base para o estudo dos preparatórios” (GASPARELLO, 2004: 66). Com essa proposição já em curso quando Joaquim Manuel de Macedo era professor de Corografia e História do Brasil, ele produziu dois manuais, nas palavras de Macedo: “escrito e metodizado em harmonia com o sistema de estudos adotados” direcionados para os alunos do Colégio, como já fora explicitado. O primeiro foi publicado em 1861 direcionado para os alunos do 4º ano do Colégio “cuja inteligência [era] já um pouco desenvolvida”; e o segundo, publicado dois anos depois, para os alunos do 7º ano, os “estudantes mais habilitados”.<sup>33</sup>

Não foi só na rua da Quintanda que as obras de Bellegarde, Abreu e Lima e Macedo compartilharam um espaço comum, mesmo com o distanciamento temporal na impressão de cada manual. Foi no Imperial Colégio Pedro II, fundado em 1837, que estas obras

---

<sup>31</sup> A definição de “boa sociedade” é de forma incontornável atribuída a Ilmar de Mattos. Em *O Tempo Saquarema*, Mattos tematizou a arquitetura dessa “boa sociedade” com base em uma elite escravista herdeira da experiência colonial. Ou seja, o crivo era determinado por parâmetros culturais e raciais, ser branco, livre, bem como proprietário de escravos. (Cf. MATTOS, 2003).

<sup>32</sup> Regulamento nº8, de 31 de janeiro de 1838.

<sup>33</sup> As aspas colocadas para adjetivar os alunos do 4º e do 7º ano do Pedro II são do próprio Macedo e podem ser encontradas nos Prefácios de cada volume de suas Lições. O autor não numerou a página que corresponde aos prefácios em seus livros.

conviveram. O primeiro manual adotado no Imperial Colégio foi o de Bellegarde. Seu *Resumo* foi adotado de forma oficial na instituição no ano de 1841, com a autorização do Ministro Imperial Antônio Carlos Andrada, como apontando por Dória (1997); perdurando até o ano de 1850, quando foi substituído pelo *Compêndio* de Abreu e Lima. Este integrou o quadro de material didático do Colégio até o ano de 1861, quando o primeiro manual de Macedo foi adotado. Essas alterações nos materiais escolhidos como oficiais da disciplina História do Brasil, ao longo de duas décadas do Oitocentos, não se apresentaram como um fenômeno de sobreposição, estão muito mais próximas de uma justaposição até pelo menos, 1880. Em 1882, as *Lições* de Macedo foram substituídas pelo livro *História do Brasil*, de Luiz Queiroz Matoso Maia, que permaneceu até a extinção da cadeira em 1899, como relatou Kênia Hilda Moreira (2010: 40)<sup>34</sup>.

Outra discussão fundamental aqui é a importância da história ensinada. Ela ganhou as páginas de importantes periódicos no início da década de 1830 sendo alvo de debates intensos sobre o modelo de instrução que o Colégio Pedro II deveria tomar. O outrora Seminário São Joaquim, que se estabeleceu na Rua do Valongo desde o ano de 1766, por meio de um decreto publicado em 2 de dezembro de 1837 veio a ser o Imperial Colégio Pedro II. Neste mesmo decreto<sup>35</sup>, os três artigos delimitavam, a saber: a mudança do nome, a conversão para uma instituição secundária e as diretrizes de ensino. As disciplinas que seriam ensinadas no interior dessa nova instituição eram: latim, francês, inglês, teutônico, princípios de geografia, história, filosofia, zoologia, mineralogia, botânica, química, física, aritmética, álgebra, geometria e astronomia.

A quantidade de disciplinas estava para além de um caráter formativo apenas. Havia uma grande preocupação em relação a erudição para além dos conteúdos ministrados nas cadeiras. Os professores responsáveis pelo ensino no Imperial Colégio eram figuras ilustres da elite imperial; “intelectuais destacados na sociedade reconhecidos pelo “notório saber”, tais como Justiniano José da Rocha, Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, Cônego Fernandes Pinheiro, João Baptista Calógeras, Gonçalves de Magalhães, dentre outros. (SANTOS, 2014: 71). No limite, o CPII foi constituído como um espaço no qual a elite intelectual do país transitava, ou seja, um novo espaço dentro do círculo palaciano, uma vez que boa parte dos professores também integrava o quadro de sócios do IHGB, por exemplo.

---

<sup>34</sup> Kênia Hilda Moreira também apontou a existência de “Postillas do Professor”, que não eram impressas *a priori*, que também eram utilizadas junto aos manuais. Posteriormente, o próprio Matoso Maia publicou umas dessas “postillas”, com uma forma parecida de uma aula expositiva. Cf. MOREIRA, 2010: 35-36.

<sup>35</sup> Coleção de Leis do Brasil. Volume de 1838, p. 44. Tal documento faz parte do acerto do NUDOM – Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II.

Neste sentido, é possível destacar que havia uma circulação vigorosa entre instituições fundamentais à época, bem como a partir do espaço público e do mercado editorial que ia se complexificando.

Pode-se caracterizar o *Colégio* como uma instituição moderna mediadora entre as primeiras letras e cursos superiores, ou seja, responsável pela educação secundária. Além disso, a funcionalidade do colégio permitia um espaço para as disciplinas escolares e suas respectivas autonomias, como a o manual didático utilizado, a forma com que tais conteúdos deveriam ser ministrados, além da utilização das “postillas”, material confeccionado pelos próprios professores.<sup>36</sup> No caso brasileiro, o principal colégio à época, o Imperial Colégio Pedro II, era responsável pela formação das elites dirigentes. O caráter formativo acompanhava um processo de nacionalização dos conteúdos, tais como língua, literatura e história. Até então, a História era uma espécie de apêndice da Retórica e devido a essa autonomização dos conteúdos e do currículo disciplinar deu-se a separação de ambas, a partir da constituição de disciplinas, como a própria História, de novos protocolos disciplinas que emergiram durante o século XIX, além da necessidade de se criar um currículo que atendesse as demandas próprias desse país que havia se tornado independente em 1822. Ademais, autonomia efetiva da disciplina História do Brasil teria acontecido apenas em 1849. (HANSEN, 1998; SANTOS, 2014).

Concomitantemente, novos conhecimentos científicos, juntamente com transformações sociais, propiciaram transformações no currículo escolar do secundário. A introdução dessas modificações no ensino secundário, em meados do século XIX, desvela uma espécie de cabo de guerra entre duas propostas políticas distintas: a primeira propunha um controle maior do Estado na organização do secundário de todo o país, com maior presença governamental; a segunda defendia uma autonomia maior do ensino secundário, permitindo o desenvolvimento do ensino provincial com intervenção do Estado significativamente menor. Sumariamente, estas posições políticas e suas propostas para o ensino secundário derivam dos adeptos de uma centralidade administrativa, os “conservadores” e, por outro lado, os defensores de uma maior autonomia das províncias, em geral “liberais”. Neste sentido, a construção do ensino secundário no Brasil estaria ligada intimamente a uma plêiade de conflitos políticos e ideológicos, que iam se dando no interior do espaço público em constituição. (Cf. GASPARELLO, 2004).

---

<sup>36</sup> Ver a nota de número 34.

O extenso currículo ofertado à “boa mocidade” na recém-criada instituição fora objeto de críticas no jornal de maior circulação na capital do Império à época, o *Aurora Fluminense*. Evaristo da Veiga, o principal redator, priorizava a oferta de uma formação técnica direcionada para as camadas menos abastadas da população. O Colégio Pedro II emergia com proposta de formação erudita para as elites, por mais que Veiga não fosse contrário “a uma formação diferenciada para meninos da elite” (MOISES et. al., 2010: 111), tal refino na formação só deveria tocar a existência em um momento tardio. Era necessário primeiramente propalar o que antes era ofertado no interior do Seminário São Joaquim. (AURORA FLUMINENSE, 1838b: 1-2). Neste sentido, o mercado editorial, no interior do espaço público em disputa, se apresenta enquanto um âmbito fundamental de crítica, de resposta, de debate político. Este último passava necessariamente pela discussão acerca das instituições, do ensino, das formas, dos materiais a serem utilizados e dos conteúdos ensinados.

O Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838, definia o plano geral de estatutos e estudos do CPII. Este documento estabelecia o sistema de aulas em seis anos de estudos, tendo ganho mais um ano em 1841. As aulas eram compostas por várias cadeiras, o que seria nosso correspondente de disciplina escolar. Neste sentido, “aula” carregava uma semântica de pluralidade, sendo constituída por uma gama de estudos a serem desenvolvidos em um certo tempo, com diferentes professores e suas respectivas matérias. Por sua vez, os “Programas de Ensino” só foram impressos posteriormente à Reforma Couto Ferraz (1854)<sup>37</sup>, em 1856.<sup>38</sup>

Comumente<sup>39</sup>, a compreensão do que seria a produção dos manuais didáticos no Brasil Império aponta para dois momentos: uma história patriótica, de 1838 até 1861; e uma história oficial e Imperial, de 1861 até o fim do Império, como foi tematizado por Gasparello. Essa primeira fase seria marcada por uma experiência latente de um país recém independente, com tensões em diversas províncias, tal como apontou Marco Morel, por uma atmosfera efervescente no espaço público, pareando com os riscos da “integridade nacional”. Em grande medida, os dois primeiros manuais didáticos adotados no CPII responderiam a essas questões, tendo como cerne a integralidade da “pátria” a partir de “impulsos patrióticos” abordados pelos autores através dos conteúdos e compreensões sobre a construção da memória do Brasil

<sup>37</sup> Decreto nº 13310-A, de 17 de fevereiro de 1854.

<sup>38</sup> A partir desta reforma no ensino primário e secundário, boa parte da literatura que tematizou o ensino de história no Império do Brasil apontou para uma redução significativa da autonomia no exercício da docência (GASPARELLO, 2004; BITTENCOURT, 1992; FONSECA, 2004; MATTOS, 1998). Com a utilização de Programas de Exames, que passavam pela “Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária”, teria havido uma maior centralização no ensino seguindo as recomendações da política imperial.

<sup>39</sup> Esta discussão agrega um conjunto de obras fundamentais, que ajudam a definir os contornos da historiografia do ensino de História no Império, dentre elas: Bitencourt (1993), Mazzeu (1995), Vechia e Lorenz (1998), Gasparello (2002; 2003; 2004), Tambara (2003), Freitas (2006), dentre tantos outros.

ensinado. A segunda fase seria a de uma história com contornos nacionais e Imperiais, a partir do protagonismo do IHGB como uma instituição científica abalizadora e da obra de Varnhagen como um fundamento para o plano de conteúdos a serem abordadas no principal colégio do Império. O que inaugurou esse segundo momento para a produção didática no Império, segundo apontou Arlette Gasparello, foi o manual de Joaquim Manuel de Macedo.

Na esteira dessa argumentação, o CPII estaria comprometido com as determinações do IHGB, muito a partir da obra *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816 - 1878), publicada em 1854. E, cabendo retomar o que já disse anteriormente no início do texto, a base desta compreensão estaria em uma certa tradição da história da historiografia de colocar o Estado Imperial como monolítico, onisciente e negativo, a partir de uma leitura próprio Estado pós-ditadura militar. Ou seja, para essa historiografia, as principais instituições do Oitocentos estariam alinhadas e comprometidas com um mesmo projeto de nação, tendo como o momento de cristalização o final da década de 1840 e 1850. Momento este de reorganização e consolidação do Estado no “tempo Saquarema”, conceito caro a Ilmar de Mattos (1983). No caso das instituições que interessam mais a este texto, ao IHGB seria próprio a composição da narrativa estruturante de uma história “verdadeiramente” nacional e ao CPII caberia repercutir estas determinações em seus domínios. Neste sentido, o quemarcaria essa segunda fase da produção seria a “transposição didática” feita por Macedo da obra de Varnhagen. A respeito desta temática, Macedo escreveu que os conteúdos de sua obra foram “adaptados a última reforma do plano de estudos do Imperial Colégio Pedro II”, a Reforma Couto Ferraz (1854), e, ainda que “quase sempre [seguimos] e algumas vezes passoa passo o Sr. Varnhagen na sua [...] excelente História geral do Brasil” (LHB2: s/ nº).

O que me incomoda nessa compreensão, reconhecendo a importância de tais referências incontornáveis para abertura das condições de possibilidade para pensar sobre tais questões; é que a atuação do IHGB tem feições de poder moderador sobre a forma, e conteúdos trabalhados no CPII. Como se somente a partir da obra de Varnhagen fosse possível a enunciação de uma história nacional e, cabendo ao ensino de história do período, apenas a faculdade de didatizar tal projeto. A partir dessa perspectiva historiográfica, as tensões próprias aos manuais acabaram sendo amenizadas. Claro, em Bellegarde e em Abreu e Lima, para essa historiografia, existia uma “maior autonomia” quanto os protocolos e abordagens, justamente por não terem que responder necessariamente a autoridade do IHGB – mesmo porque a obra quintessencial do *Instituto* não havia sido escrita. A Bellegarde e a Abreu e Lima só caberia uma história patriótica? Não seria possível apontar que nessas obras também havia uma discussão importante sobre os nacionais e suas raízes? Foi Valdeci Araujo (2008) que

destacou a Independência como “o marco de uma abertura epistemológica”, como uma baliza fundamental da narrativa histórica. Indo além, é possível indicar o movimento feito por historiadores do período em deslocar “os sentimentos de identidade nacional e o próprio processo de independência política” para o período Colonial, como se estivessem sempre presente (ARAUJO, 2008: 160). Tais signos também são presentes nas obras tematizadas neste trabalho. Os manuais compartilham mais do que a rua da Quitanda como o local em que foram impressas, compartilham também conteúdos, mesmo que por negação em alguns momentos, bem como apontam para disputas próprias ao contexto em que foram produzidas.

Tendo em vista que o material de ensino de história não é propriamente o espaço mais crítico possível no contexto abordado, ainda se mantém a necessidade de mostrar a pluralidade de possibilidades, de temas e compreensões possíveis, bem como a tensão latente presente nos manuais didáticos. Cabe agora tentar reconstruir a complexidade inerente aos manuais didáticos afim de demonstrar uma maior autonomia deles. O brasileiro Christian Hausser apontou os riscos desta busca e consequente engessamento das obras que definem a autocompreensão do nacional, principalmente por haver, segundo o autor, “o descuido do fato que essas obras tanto em formas simbólicas, quanto em forma de texto muitas vezes faziam parte de um processo historiográfico mais longo”. (HAUSSER, 2013: 65). Nos rastros apontados por Hausser percebe-se como é fundamental desvelar as tensões internas próprias aos textos, cotejando o desenvolvimento das obras para a compreensão de um processo complexo e que não necessariamente se enquadra em dicotomias entre o patriótico e onacional.

#### **2.4. Dos Resumos às Lições: os quadros na parede e as formas de se ver o mesmo quadro**

As duas edições da obra de Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde terminaram em silêncio, ao menos para um leitor mais apressado. Na última página, antes dos elementos pós-textuais, o autor afirmou que “nem uma só palavra do nosso autógrafo tocamos, depois do memorável 7 de abril de 1831”. A limitação de suas obras era o ano de 1828 e mesmo que o autor pudesse ruminar outros elementos posteriores em seu texto, optou por não o fazer. Não precisara, julgou ter “escrito a verdade; e a verdade é uma, e eternamente imutável”. (BELLEGARDE, 1831: 254; *Idem*, 1834: 254). O calor das ruas do Rio de Janeiro na primavera da publicação da primeira edição, 1831, em nada alteraria o conteúdo que fora

enviado à tipografia Gueffier. Era o que dizia as últimas linhas de seu texto. Porém, olhando com um pouco mais de atenção, não se poderia deixar de notar – na mesma página – uma certa provocação do engenheiro Imperial. Em uma passagem, o autor afirmou que outros países deveriam ser tomados como exemplos ao nascente Brasil, e o que determinaria o “gênio” das nações estaria mais atrelado às leis que a regem do que à “atmosfera” de sua inscrição, e foi ainda mais enfático ao dizer que “o Grego da natureza é hoje o mesmo que dos séculos de ouro, mas os vícios do governo têm privado Atenas de novos Péricles e novos Phídias” (*Idem, ibidem*). Péricles e Phídias, referências clássicas para a sua turbulenta contemporaneidade.

O autor não precisou falar sobre o ano de 1831 diretamente, suas críticas à condução do governo podem ser ouvidas desde a forma com que as diretrizes imperiais encararam a resolução do conflito na Colônia de Sacramento, passando pelo motim de militares estrangeiros a serviço da Coroa no Rio de Janeiro em 1827 e chegando até a sua conclusão, em tom de modéstia, mais parecida com uma prece, em que o autor prezava por um “venturoso porvir” capaz de “extirpar fatais rivalidades”. (*Idem*: 253; 253). Trazendo para si, seu *Resumo*, imerso no mundo, não estava apartado da atmosfera das ruas. Pelo contrário, os ventos e as vozes de cativos e libertos, dos jazidos anônimos da vala comum da história, dos variados Péricles e Phídias da Atenas imperial brasileira, ressonavam em seu texto. Além disso, a obra expelia sutilmente compreensões e sentidos para este mesmo espaço público. Nos adjetivos, nas metáforas, nas nuances da linguagem de uma discursividade a partir das quais é possível captar as tensões e os fenômenos cotidianos no qual um texto está circunscrito. (Cf. HAYDEN WHITE, 1999).

Abreu e Lima, por sua vez, encerrou o seu *Compêndio* com certo otimismo, mesmo estando em curso a Guerra dos Farrapos. O “venturoso porvir”, apontado por Bellegarde, também foi indicado como uma possibilidade por Abreu e Lima, e pode ser testemunhado com base final de seu manual. Passados os dez anos de “purgatório” enfrentados pelo Brasil entre o período da Abdicação e a coroação de Dom Pedro II, foi inaugurada “uma nova era”. (CHB2: 138; CHB3: 304). Tal questão é fundamental dentro do projeto do general de Bolívar, trata-se de uma centralização do Estado capaz de atenuar as tensões, que na década de 1830, fraturaram a já frágil constituição do Estado Imperial. Para além disso, general de Bolívar tinha ligações com o Partido Restaurador.

O silêncio a respeito dos ocorridos na segunda metade da década de 1820 também parecia ser a conclusão de Macedo, que encerrou o seu manual com os acontecimentos do ano de 1823. Olhando um pouco mais de perto, o autor das *Lições* deixou escapar algo importante,

no sentido de aproximá-lo das deliberações finais dos dois autores que precederam seu manual no interior do Colégio Pedro II. O Professor Macedo escreveu que a monarquia seria o antídoto “contra a anarquia [...], contra a separação das províncias”, sendo, ainda, “um governo consentâneo as nobres e grandiosas ideias do século XIX”. (LHB2: 300). Ou seja, em grande medida o ideário fundamental para a constituição da nação passaria fundamentalmente em todos os três autores, pela unidade territorial e política com base na monarquia. Para além disso, o desfecho dado por Macedo pareceu-me acompanhar as considerações finais de Abreu e Lima. O medo da fragmentação – fenômeno vivenciado por Abreu e Lima durante seu exílio – se apresentou tanto como um problema a ser encarado pelos autores, quanto o antídoto a ser administrado é semelhante entre os mesmos.

A urgência ordinária dos dias, o “plebiscito diário”, parafraseando Ernst Renan, tomava as ruas do Rio de Janeiro, principalmente nas décadas de 1830 e 1840. As vozes inflamadas do espaço público, os “papéis incendiários” catalisadores de críticas, o “boom” de periódicos no período, a história do Brasil sendo escrita e a “existência de um debate político que visivelmente ultrapassava os limites das chamadas articulações palacianas”. (MOREL, 2002: 43). Uma intensa “cultura de história”, remetendo a Billie Melman, plural e com variadas formas de sustentação. Seja dentro do Teatro do Rio de Janeiro, destacado por Morel, seja na parte externa do mesmo com as agitações populares, a circulação de ditos e escritos ultrapassava a hierarquia social do período. Nas palavras de Marcello Basile: “a edificação da nação, nesse momento, passava substancialmente pela via do espaço público, sendo marcada por autêntica “guerra de opiniões” e/ou por “guerra de doutrinas”. (BASILE, 2009: 97-98). Neste contexto efervescente do espaço público na capital do Império, Abreu e Lima retornou ao Brasil, em 1833. Macedo era ainda um jovem, quando da pulsante atmosfera das décadas de 1830 e 1840 surgiram os *Resumos*, de Bellegarde, e os *Compêndios* de Abreu e Lima. Macedo só iria adentrar o mundo do mercado editorial como autor com *A Moreninha*, em 1844.

Uma das formas de manter o vigor do impresso no espaço público era a subscrição. Fenômeno este que foi fundamental para a publicação do *Resumo* e do *Compêndio*. A saber, a subscrição consistia no compromisso financeiro para a aquisição de cotas de um empreendimento. Neste caso, fazia-se o investimento na obra a ser publicada, um patrocínio ou mecenato, e em restituição tinha-se a garantia que a mesma ganhasse projeção, além de um ressarcimento pontual em número de cópias, conforme já apontei anteriormente.

Em uma mirada na lista de subscritores do *Resumo* de Bellegarde podemos encontrar o nome de figuras importantes à época, a saber: intelectuais, sacerdotes, políticos, marqueses e

governos locais. Na listagem é possível ver nomes como o de Padre Antônio Feijó, que depois foi regente uno do Brasil, o Marquês de Caravelas, Conde de Valença e mais de trezentos e cinquenta nomes que adquiriram de uma a vinte e cinco cotas da obra. Excetuando, a cidade de Porto Alegre que obteve oitenta cotas. No que diz respeito a Abreu e Lima, já tematizado em momento anterior, a lista de subscritores passou de 1000 nomes. Segundo Arlette Gasparello, os subscritores “não fizeram um ato de adesão a um conceituado engenheiro, mas responderam ao apelo do momento histórico em que viviam esses brasileiros da primeira geração do país independente: a necessidade de construir a nação”. (GASPARELLO, 2004: 84). Aqui, a partir de um debate intenso no interior do espaço público, respondiam à urgência das ruas e da nação que “precisava de uma história” (*Idem, ibidem*).

Em nenhuma edição publicada por Macedo a forma de financiamento por subscrição foi utilizada, por três motivos: a credibilidade do próprio autor; o direcionamento do livro; e o momento em que a obra foi publicada, tendo em vista um maior desenvolvimento do mercado editorial. Outro fator importante, conforme apontou Kênia Moreira, foi o sucesso editorial da produção didática no século XIX. A pesquisadora localizou 89 obras com o caráter didático. Destas, 44 eram de História do Brasil e o restante de História Geral. No panorama de autores, Moreira também apontou que era um ambiente quase que exclusivamente masculino. Dos 60 autores recuperados por Moreira, apenas duas eram mulheres. Além disso, foram mapeadas 41 editoras, sendo 24 localizadas na capital do Império, com destaque para a editora Garnier, responsável pela publicação de um terço de toda a produção didática encontrada. (MOREIRA, 2010: 33).

Na segunda edição do *Resumo*, a versão aprovada pela “Circular às câmaras municipais em 26 de abril de 1834” e ainda a “obra adotada pelo governo para uso nas escolas”; a subscrição já não era mais a forma de financiamento mais importante para a confecção da obra de Bellegarde, segundo foi escrito na folha de rosto que firmou todos os exemplares. O engenheiro Imperial não só assumiu os riscos financeiros da obra junto à tipografia de R. Ogier, tendo em vista que pela quantidade de subscritores na primeira edição é notório o sucesso da obra; como também reivindicou a autoria dela. Na edição impressa pela Gueffier em 1831, destacou-se que obra foi “traduzida de F. Denis, corret[a] e aumentad[a]”. (RHB1: s. n.). Já na segunda edição, Bellegarde voltou atrás e disse que tinha “vertido algumas páginas do epítome do francês Mr. Denis” e que só falou que era uma tradução por um “desencargo de consciência”. Desta vez, o engenheiro Imperial olhou mais de perto a obra e, então, apontou que foram necessárias “numerosas correções” que o fizera descartar a obra

do francês: “íntegra desta segunda edição”, era da pena de Bellegarde (RHB2: s. n.). A respeito do CHB e das LHB, as editoras firmaram o financiamento das obras.

A partir da *Advertência* que antecede a obra de Abreu e Lima, escrita pelos irmãos Laemmert. é possível apontar que a intenção de tal empreitada, de enxugar documentos, imagens e uma quantidade considerável de notas; era de “vulgarizar a sua leitura”, prezando “pela comodidade do preço” e garantir o sucesso da obra “mais adequada para os Colégios e para toda a Mocidade Brasileira”. (CHB3: s. n.). Já em Macedo, não há nenhuma palavra dos editores em ambas as edições. O livro já havia sido aprovado pelo Conselho de Instrução Pública da Corte e pressupunha acompanhar de perto a obra de Varnhagen. Conforme apontei anteriormente, o sucesso de Macedo, atualizado até a Primeira República, se deu, principalmente, pela destinação dos conteúdos para escolas de instrução primária, mais conciso e com tópicos quase idênticos àqueles contidos nos dois volumes de suas *Lições*. Essa versão era de apenas um volume e nela, diferentemente das obras adotadas no CPII, havia resumos cronológicos de fatos desde o dia do “Fico” até o ano de 1852. (MATTOS, 1993: 108). Nas palavras de Selma de Mattos, a diferença entre o general de Bolívar para o autor de *A Moreninha* era que Abreu e Lima se dirigia “a um leitor-moço”, “na interseção dos espaços do Estado e da Rua”, enquanto Macedo teve como alvo “um leitor-aluno”, “na interseção dos espaços do Estado e da Casa”. (MATTOS, 2003: 103-121; MATTOS, 2007: 96).

No que tange a tematização das obras de Abreu e Lima, bem como Joaquim Manuel de Macedo, existe uma bibliografia extensa e de grande qualidade. Sobre os *Resumos*, ainda está para ser feito um trabalho cotejando a obra de Denis com as edições de Bellegarde, e isto também para que se tenha uma compreensão mais alargada da noção de compêndio, tradução e de autoria em meados do XIX. Respeitando às limitações deste trabalho em analisar somente as duas primeiras edições de cada obra é preciso apontar permanências e mudanças. Em relação às mudanças nas edições de 1831 e 1834 do *Resumo*, primeiro quanto ao estilo: o índice cronológico que acompanhava o texto no lado esquerdo, destacando datas fundamentais para o desenrolar dos acontecimentos narrados foram passados para entre parênteses no final do parágrafo.

De acordo com Gasparello, a originalidade de Denis consistia na divisão por “Épocas Temáticas”, gesto repetido por Bellegarde na organização de seus dois manuais. Já Selma de Mattos sublinhou que os capítulos do CHB tinham atribuições de diferentes “cores” para cada tema, conforme destacou o general de Bolívar em uma carta direcionada ao secretário do

IHGB, o cónego Januário da Cunha Barbosa.<sup>40</sup> Macedo dividiu seu manual em lições, ao invés de capítulos ou épocas, por duas questões fundamentais: a primeira, pois demonstrava o vínculo sua posição de autor e professor; e em segundo lugar, pressupunha um caráter acabado da forma, conteúdos e compreensões próximas ao projeto desenvolvido pelo IHGB e, ainda, como aponta grande parte da bibliografia especializada no tema, do Estado.

A *Primeira Época* das duas edições do *Resumo* foi intitulada “O Brasil antes da conquista” e, fundamentalmente, tratou a respeito dos indígenas. Entretanto, dediquei o próximo capítulo desta dissertação exclusivamente a este tema fundamental. Neste, a tentativa é de contrastar os *Compêndios* e as *Lições* frente ao desenvolvimento das compreensões de Bellegarde e seus *Resumos*, a partir das compreensões referentes à administração da Metrópole, bem como as modulações dos conceitos de pátria e nação. Tal compreensão tem como base a tentativa de demonstrar a construção do que chamo aqui de “distância histórica”, em relação ao legado português, partindo do *Resumo*, como também a sedimentação de perspectivas a respeito de conteúdos fundamentais para as outras histórias do Brasil que vieram em seguida.

Juntamente com a cronologia, que a *Primeira Época* não continha, a *Segunda Época* do RHB também inaugurou as sub-seções<sup>41</sup>. Neste caso, mais precisamente doze itens compuseram o capítulo, tratando desde a divisão das capitânicas hereditárias, passando pelo princípio das povoações do Espírito Santo, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba, como também pelas investidas francesas contra o domínio português, até a divisão do Brasil em dois governos separados e a consequente volta a um só mandatário. Neste meio tempo, Dom Manuel faleceu e Dom João III assumiu o trono luso. Bellegarde fez uma distinção entre os dois monarcas, que marcaria o tom do capítulo: enquanto Dom Manuel estava incansavelmente trabalhando na expansão do Império português, Dom João III estava concentrado em tirar vantagens das novas colônias.

Essa nova administração teria tido “pouca prudência” quando escolheu sistema de capitânicas hereditárias, dividindo o território em nove partes, em 1531. Além disso, o engenheiro Imperial ainda destacou que “esta espécie de governo feudal não era nada próprio para catequizar os indígenas, dotados de um ânimo diametralmente oposto a tais instituições”. (RHB1: 48; RHB2: 50). Um feudo colonial vazio, ultrapassado e entregue “aos caprichos dos

<sup>40</sup> “Carta de Abreu e Lima a Januário da Cunha Barbosa”, s.d., lida na sessão de 14 de setembro de 1843. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, 2. ed., 1843, t. 5, p. 370.

<sup>41</sup> Mais precisamente doze itens compuseram o capítulo, tratando desde a divisão das capitânicas hereditárias, passando pelo começo das povoações do Espírito Santo, Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba, como também pelas investidas francesas contra o domínio português, pela divisão do Brasil em dois governos separados e a consequente volta a um só mandatário. Cf. RHB1 e RHB2.

donatários”. (*Idem, ibidem*). O trecho referente à citação anterior foi subtraído na edição de 1834. Mas não só de infortúnios teriam vivido as capitanias. O autor também pontuou os sucessos que teriam sido obtidos, como os de Martim Afonso de Souza, que foi digno de “merecer eterno reconhecimento”. Segundo Bellegarde, Souza fora responsável pela introdução da cultura da cana-de-açúcar na Colônia e faleceu em 1552 “deixando a mais saudosa memória”. (RHB1: 57; RHB2: 60). Na tentativa de intensificar os rendimentos da Colônia e restringir a autonomia dos Donatários, a Coroa teria buscado acentuar a sua presença fixando na Bahia, a capital, Thomé de Souza como governador geral (1549).

Com a morte de Dom Sebastião e do cardeal Dom Henrique, o trono português foi assumido, seguindo a linha de sucessão, rei espanhol, Felipe II. Tal episódio foi introduzido com contundentes críticas por parte do autor do RHB. “Portugal, que no espaço de dois séculos viu brotar de seu seio” um grande “número de heróis”, o “espanto da Europa”, o “terror dos povos transatlânticos”, sucumbiu às “manobras da intriga”. Os “Alexandres portugueses baqueiam perante a cabala de um punhado de invejosos estrangeiros secundados por indignos lusitanos. (*Idem*: 71-72; 75). A tensão entre elogio e crítica é uma marca presente nas edições do *Resumo*. Enquanto Portugal sucumbiu à conspiração, às magias escusas, como pode ser observado pelo emprego da palavra “cabala” na citação acima, o Brasil conseguiu “sem o socorro da Europa” levar à frente sua relativa autonomia dando mostra de que “se podia defender e mesmo prosperar”. (*Idem*: 72; 75). Tal observação feita pelo compendista, daria o ritmo do restante do capítulo.

Tal forma de adjectivar a monarquia espanhola também foi seguida por Abreu e Lima e Macedo. Ambos classificaram as movimentações de Felipe II a partir de noções como a de “cobiça”. (CHB1: 88; CHB3: 49) (LHB1: 142). O período da União Ibérica foi referenciado como negativos em ambos, por fundamentalmente conter as tentativas de incursões de franceses e as tensões entre Espanha e Inglaterra. Tal período foi entendido, ainda, e por ambos os autores, como um prelúdio “de uma guerra desastrosa”. (CHB1: 111; CHB3: 75). Macedo também buscou se posicionar a respeito do que representou para o Brasil o deslocamento da Metrópole da “margem do Tejo [...] para a do Mançanares”. (LHB1: 142). Para o autor de “A Moreninha”, o domínio espanhol só trouxe “atraso e lamentáveis danos”. (LHB2: 10-11). Primeiro, como foi apontado acima, pelas tensões entre Espanha e os outros países europeus; e em segundo lugar pela Inquisição, “que amesquinhava todas as inteligências” e que consumia as “torrentes de ouro arrancadas do seio da América” que eram “absorvidas pelos conventos”. Tal processo teria aumentado as dívidas da Espanha para com outros países” (*Idem*: 13).

Uma sucessão de tentativas de incursões se seguiu no período da unificação dos domínios de Portugal e Espanha. A respeito do ano de 1591, Bellegarde narrou o episódio com o inglês Thomas Cavendish, debandado para o Espírito Santo pela “corajosa defesa dos paulistas”. O Brasil foi sendo pintado enquanto uma terra em constante ameaça por investidas inglesas e francesas, entretanto prevalecendo contra todas estas. (RHB1: 75-78; RHB2: 78- 79). Mas não somente o elemento estrangeiro foi alvo de conflitos bélicos. Em 1599, Dom Francisco de Souza teria solicitado autorização à Coroa para destacar uma frota de Pernambuco em direção ao Rio Grande do Norte, pois essa faixa de terra “teve que sustentar muitos e frequentes ataques dos selvagens” (*Idem*: 78; 82). Este movimento do autor acompanhou as constantes críticas a Portugal, uma vez que o motivo destas incursões, e a reincidência delas, estava ligado justamente na inabilidade administrativa portuguesa para tocar o desenvolvimento da Colônia, o que também se desdobraria, inclusive, no apoio dos indígenas aos estrangeiros, por conta do ódio “inflamado” pelos Colonos portugueses. A chegada dos holandeses aumentou proporcionalmente as críticas às diretrizes espanholas na gerência do embate.

Segundo Bellegarde, os holandeses, “herdeiros” da “glória portuguesa” – foram chamados assim por conta da política expansionista na costa da Ásia; intentaram “em estabelecer-se no Novo Mundo”. (*Idem*: 85; 89). Herdeiros de certo Portugal, aquele do brio dos Descobrimientos. Em 1623, aproveitando-se que a trégua com a Espanha ia “expirar, e a fraqueza deste Estado prometendo a facilidade da empresa, concedeu a uma companhia, denominada das Índias Ocidentais, armar uma Esquadra de 60 velas contra o Brasil”. (*Idem*: *ibidem*).

Ao narrar a segunda “invasão” dos holandeses e seu estabelecimento em Pernambuco, classificado como “um dos períodos que mais interesse inspiram na História do Brasil”, Bellegarde apontou para a existência de um ímpeto patriótico comum, pela primeira vez em seu manual didático, entre indígenas e colonos: “um povo pequeno e sem recursos, mas cheio do mais nobre patriotismo” combateu a ameaça holandesa, os “ávidos agressores”, “com tão assinalada valentia que as mesmas tribos que por ele oprimidas, não hesitam em calar antiga inimizade e concorrem para fazer triunfar a mais ilustre das causas”. (*Idem*: 91; 96). Em outras incursões de franceses e ingleses, Bellegarde argumentou que muitas vezes os indígenas se juntavam a estes. A unidade entre indígenas e colonos, ambos defendendo a mesma causa, só teria sido vista em Pernambuco, e não na primeira holandesa, de modo que os acontecimentos em Pernambuco ganharam contornos de um épico.

Não só o apaziguamento de antigas inimizades nutridas durante décadas entre colonos e indígenas teria sido conquistada, mas a concepção de um inimigo comum, os estrangeiros holandeses, produziu um sentimento compartilhado de pertencimento à terra, à “pátria”<sup>42</sup>. Bellegarde ainda foi além quando apontou, em ambas as edições, que tal acontecimento servia como um espelho que poderia refletir para a conduta dos brasileiros de seu tempo que deles descendiam. Ou seja, o ímpeto patriótico transcenderia a noção de pertencimento provincial, alcançando a relevância própria à constituição do que seria a nacionalidade de uma forma alargada. Tal questão também recebeu atenção similar nos outros dois autores de manuais posteriores. Para Abreu e Lima, mesmo em meio as “calamidades” perpetradas por décadas de ocupação holandesa, este também teria sido o momento dos “generosos defensores do Brasil”, chamados ainda de portugueses, porém o autor já desenhava uma outra semântica para o termo, apontando para um comprometimento com a pátria e a unidade do território no cernede suas ações. (CHB1: 167; CHB3: 112). Nas *Lições*, tais episódios foram colocados também como “heróicos”, que serviriam como “brilhantes exemplos de patriotismo”. (LHB2: 55). Em termos de dedicação ao tema, tal período recebeu 89 páginas da pena de Abreu e Lima e 29 de Macedo.

Os conflitos em Pernambuco foram reivindicados pelos autores como parte constitutiva e importante para os de seu tempo. Um dos protocolos marcantes no ato de compendiar – o qual orientou mesmo que de maneira distinta os três autores – como bem apontou Araujo (2015), é a função ética na transmissão de alguma doutrina, de um sentido moralizante. Para Bellegarde, o conflito com os holandeses serviu para “coroar com o mesmo louro” a união das “raças que compõem a nação”. (RHB1: 90-91; RHB2: 96). Em Abreu e Lima, o conflito foi tratado como uma “guerra do Brasil”, e o termo “brasileiro”, que antes designava somente o indígena à época do descobrimento, também passou a carregar em sua semântica, como escreveu Selma de Mattos, os indígenas envolvidos diretamente nos conflitos. Como veremos daqui a pouco, paulatinamente no decorrer do capítulo V, “brasileiros” também irá contemplar os “portugueses do Brasil”, “pernambucanos”, “baianos”, “mineiros”, “paulistas”. Ou seja, é possível afirmar que no manual do general de Bolívar, os eventos em Pernambuco funcionaram como catalisadores da unidade nacional, não só pela qualidade dos símbolos e significados que estes conflitos teriam produzido, mas também por conta da diluição das fronteiras que separavam portugueses do Brasil e de Portugal; dos indígenas, chamados de brasileiros; e da explosão de identidades patrióticas que

---

<sup>42</sup> VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, encruzilhadas e desencontros do Império luso-brasileiro. *Revista da USP*, São Paulo, n. 58, jun, jul, ago, 2003.

passaram a ser tematizadas em seu manual a partir desse evento. As guerras holandesas colocaram em movimento um processo sem influxos: a forja do brasileiro que passava necessariamente pelo patriotismo e a defesa da terra ameaçada pelo “estrangeiro”. Macedo acompanhou Abreu e Lima a respeito das tensões e dos conflitos de Pernambuco provocaram, tornando possível esta construção contínua da identificação com a terra, a “pátria”. O termo “pernambucanos” passou a ser frequentemente acompanhado pelas noções de “patriotismo”, “patriotas”. (LHB2: 74-82).

O sentido moralizante próprio aos compêndios e, especialmente aqui, no que concerne aos de história do Brasil, é diferente da orientação própria à *historia magistra vitae*<sup>43</sup> – compreendida, por sua vez, enquanto um receptáculo de exemplos capazes de fornecer ao presente modelos e sentidos para uma ação imediata. Diferentemente do que estou propondo, trabalhos como de Gasparello (2004), Guimarães (2006) e Santos (2014), afirmam que, no limite, a “história mestra da vida” teria sido característica central na primeira fase da produção didática no interior do Pedro II – a da história patriótica (1838 – 1861). No segundo momento, de 1861 até 1889, para essa historiografia, Macedo teria consolidado um modelo nacional, próximo ao IHGB e a *História Geral do Brasil* de Varnhagen. Destaco que essa fronteira entre o patriótico e o nacional não é tão clara a partir dos conteúdos e a organização dos eixos temáticos, bem como a forma com que estes conteúdos foram apresentados. Sendo assim, o sentido orientador dessas fases na produção didática do século XIX é a posição solar que ocupa a obra de Varnhagen. Os episódios que tematizaram a ocupação holandesa são fundamentais em todos os manuais analisados no presente texto, como também foi para Varnhagen. Este tema ocupou sete seções em sua *História Geral*, de modo que aparece a “solidariedade” entre as diferentes raças, claro, com o primado do homem branco

---

<sup>43</sup> A temporalidade moderna, tal como postulou o historiador alemão Reinhart Koselleck, foi marcada pela singularização do conceito de história (de “histórias” – *die Geschichten* – para o singular coletivo “História” – *die Geschichte*), e, fundamentalmente aqui, pela “temporalização do tempo”. Que significa dizer, grosso modo, a aceleração radical da “experiência do tempo” entre, de forma didática, os anos de 1750-1850, categorizado por Koselleck como *Sattelzeit*. A aceleração, por sua vez, foi ocasionada pelo distanciamento entre o passado e o futuro. Ou, ainda, entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”, devido a erupção no espaço público de fenômenos inéditos (com o dito “poder de veto” dos eventos como a Revolução Industrial e Francesa, como decisivos condicionadores macro-históricos) para os quais o passado, outrora fornecedor de exemplos para o agir imediato – *historia magistra vitae* –, não possuía repertório, enunciados fortes o suficiente para dar conta do “fosso existencial”, ou “fosso social”, utilizando termos caros a Hans Ulrich Gumbrecht (GUMBRECHT, 1998), gerado pelo distanciamento entre as duas dimensões de tempo acima explicitadas, “dando lugar ao que não se repete”. Atrélada à aceleração, a estrutura temporal da modernidade também foi marcada pela abertura do futuro e pelo progresso, e com isto, houve aquilo que Pereira e Da Mata chamaram de “futurismo”, de passados em constatação superação, que significa dizer: a proeminência de uma dimensão do tempo, no caso, o futuro, em detrimento das outras, o passado e o presente. (MATA & PEREIRA, 2012).

resguardado. A partir deste acontecimento o “espírito público” teria se pulverizado “por todo o Brasil”.<sup>44</sup>

As “guerras holandesas” configuraram-se como algo basilar para estes autores. Em Macedo e Varnhagen, a proeminência foi do homem branco, enquanto, em Bellegarde, a coisa assumiu um contorno mais horizontal quando o autor ressaltou a coroação “do mesmo louro” para as “raças” envolvidas no conflito. Em Abreu e Lima, tais eventos produziram uma confluência e, de forma paulatina, com o que foi chamado em seu livro de “brasileiros”, de “portugueses do Brasil”, dentre outros; assumindo, a partir deste impulso, primeiro uma pluralização de identidades regionais, e, logo a seguir, uma singularização da pátria e da nacionalidade. A partir de então, deste impulso patriótico enquanto uma abertura para uma pluralidade de identidades locais, em um primeiro momento, outras províncias passaram a ser designadas por termos de identificação próprios, como maranhenses, mineiros e paulistas. Essa pluralidade só foi interessante pois dava a abertura para a emergência do nacional. Tais compreensões tem como referência a contemporaneidade dos autores, sobretudo em Abreu e Lima e Macedo, no sentido de resguardar o pressuposto monárquico em detrimento da possibilidade de emergir repúblicas e a fragmentação do Império, como bem apontou Selma Rinaldi de Mattos. (Cf. MATTOS, 2007: 129). Tal esforço passava, fundamentalmente, pela reconstrução de episódios caros à formação da nacionalidade brasileira, sobretudo no Nordeste, palco de diversos movimentos insurgentes nas décadas de 1810, 1820, 1840. Essa questão ficará mais clara quando for tematizada a Revolução de Pernambuco, em 1817. A sedimentação de conteúdos e compreensões que podem ser apontadas nos manuais anteriores, serviu também para Macedo se situar no debate a respeito do nacional, o que me leva ao seguinte questionamento: Bellegarde e Abreu e Lima não são “nacionais”, pois não apresentam enfaticamente a proeminência do homem branco? Ou essa fronteira entre o patriótico e o nacional é ainda mais frágil a partir do desenvolvimento dos manuais a partir e após estes eventos?

A narrativa épica, mais forte em Abreu e Lima, seguiu por mais ferozes batalhas, como a queimada de Olinda pelos holandeses, a chegada de cinquenta mil homens neerlandeses que expandiram o raio de ataque para o Rio Grande do Norte e Paraíba, forçando uma grande emigração. Tal episódio foi destacado como um exemplo de patriotismo em Abreu e Lima e em Macedo. Em Bellegarde, foi qualificado, de forma breve, como “asilo”, em 1637. Após

---

<sup>44</sup> Essa compreensão pode ser vista em: VARNHAGEN, 1854: 97-98.

uma série de batalhas, em 1637, os holandeses se assentaram. Os autores também destacaram uma preocupação primordial com questões administrativas.

Caminhando um pouco mais na obra do engenheiro Imperial, é possível encontrar diversas avaliações do autor a respeito do desenvolvimento da ocupação holandesa, tais como: “o chefe dos holandeses voltou suas vistas para o progresso interno da colônia”. Bellegarde ainda teceu elogios aos regulamentos holandeses, apontando para a sabedoria com que foram tomadas as decisões regulatórias neste pequeno “país” dentro do Brasil, que reprimia a “indisciplina da tropa e a intolerância religiosa”, e ainda, que “administração de finanças recebeu salutareos melhoramentos e o país voltou em breve espaço à antiga prosperidade”. (RHB1: 105; RHB2: 109).

Abreu e Lima acompanhou em parte o balanço feito por Bellegarde sobre a ocupação e administração holandesa em Pernambuco. O general de Bolívar destacou a “invasão dos holandeses prejudicou a Portugal e ao Brasil pelas devastações”, mas que “muitos vestígios de sua indústria”, dos holandeses, “atestam ainda hoje no Brasil a verdade desta asserção”. (CHB1: 200; CHB3: 134). Tal desenvolvimento da “indústria” flamenca estaria ligada às ações de Nassau em voltar sua atenção para o desenvolvimento de sua colônia. O autor do *Compêndio* indicou, ainda, que a “paz”, “melhor apoio do comércio”, criaria um ambiente propício para o desenvolvimento do mercado e, por conseguinte, de um refino nos costumes. (*Idem*: 162). Para Selma de Mattos, tal apontamento realizado pelo general de Bolívar estaria ligado à “tese do suave comércio”, ou seja, de uma leitura possível do Tratado Geral do Comércio, de Samuel Ricard em 1704. A partir dessa tese, conforme escreveu Mattos, as relações de mercado eram centrais para o cumprimento das demandas humanas, como uma forma de domesticação de tensões, o que levaria à produção de “um homem suavizado”. (MATTOS, 2007: 117). Macedo, por sua vez, também tematizou a administração de Nassau edos holandeses em Pernambuco, e, de maneira semelhante a Bellegarde e Abreu e Lima, ressaltando que foi principiada “uma série de providências, que [...] floria seu governo enérgico e civilizador” e, ainda, que o líder holandês era “justo, imparcial, severo”, pois “atacou de frente a desmoralização, e venceu-a”. (LHB2: 89-90).

No entanto, se diferenciando de Abreu e Lima e de seu primado pelo comércio, Joaquim Manuel de Macedo apontou muito mais para a “gestão pública” no que tange ao caráter de amenização dos impulsos humanos e instituições, bem como para os excessos da religião. Por isso, a administração de Nassau foi elogiada e, pouco depois, quando a gestão foi passada adiante para “três negociantes”, o autor de *A Moreninha* a adjetivou como de “contestável merecimento”, justamente pelos fatos “notáveis pela sua cobiça e intolerância em

matérias religiosas, e que na administração assanharam ainda mais o descontentamento do povo pelos vexames e abusos que praticaram”. (*Idem*: 115). Macedo tematizou, no entanto, que as benesses da administração de Nassau, tais como a tolerância religiosa, “mais liberdade política” e “proteção as ciências, letras, as artes”, ainda são menores do que o “princípio de integração e unidade”, como a gênese do “império vastíssimo”, forte e unido pela homogeneidade da religião, da língua, da educação e dos costumes”, ou seja, os “laços de” admiráveis “e providencial fraternidades”; se tornaram maior que qualquer outro legado batavo, mesmo que, sublinho, tudo tenha parecido piorar depois da substituição de Nassau. Para Macedo, “toda guerra” é “um mal terrível”, e, ao mesmo tempo, boa parte das vezes necessária para a humanidade, neste caso para a integralidade do Império que ele mesmo tanto defendia. (*Idem*: 145). Isso significa dizer que a posição de Macedo a respeito desta temática esteve profundamente ligada à manutenção da centralidade e unidade do Império brasileiro no século XIX.

Tal integralidade só teria sido possível com o fim da União Ibérica, a qual produziu um “contágio elétrico” em todos os colonos “naturais” ou “portugueses habitantes da Grande Colônia”. (*Idem*: 143). Por mais existisse um sentimento patriótico sendo gerado na América portuguesa, com a “Revolução de Portugal” e a expulsão dos holandeses, esse sentimento foi intensificado. Como um pêndulo, sempre sincronizado com o nacional-brasileiro, Macedo retomou à ligação de Brasil e Portugal, pois parte do ser brasileiro passava também por ser português. Em Bellegarde e em Abreu e Lima, por outro lado, a primazia dada ao Brasil foi mais enfatizada. Eles apontaram para um retrospecto de descaso e abandono administrativo da Colônia, que estava para além do domínio espanhol, ou seja, responsabilizaram muito mais a Metrópole (Portugal). As constantes incursões de franceses, ingleses e holandeses, não se davam somente sob as asas dos Felipes, a fragilidade administrativa era uma realidade desde a divisão das capitanias hereditárias e continuou sendo significativa mesmo após a expulsão dos neerlandeses.

Após estes episódios, e retomando a trajetória feita pelo engenheiro Imperial, Bellegarde acelerou levemente a cronologia de seu texto. Entre as páginas 131 e 137, do RHB1, e 136 até 141, do RHB2, é possível observar um salto de vinte e oito anos. Neste meiotempo, Dom João IV veio a óbito e foi substituído pela sua esposa, Dona Luiza, pois os príncipes não tinham idade suficiente. Além disso, Francisco Barreto foi nomeado Vice-rei do Brasil e tratou de firmar um acordo de comércio com os holandeses. No ano de 1662, o filho primogênito de Dom João IV, Dom Afonso, subiu ao trono “mais desejoso do que capaz de governar”, e só ganhou um certo destaque por conta do destacamento do Conde de Óbidos

para o cargo de vice-rei do Brasil. (RHB1: 132-133; RHB2: 138). Ademais, neste intervalo também foi narrada a fundação da Colônia de Sacramento – que posteriormente foi palco de dispendiosas páginas do *Resumo*; bem como o início das bandeiras. Bellegarde suspendeu a narrativa em torno dos bandeirantes e do começo da exploração aurífera em Minas Gerais por “respeito” em “guardar à ordem cronológica dos fatos”, preferindo dedicar um tópico, e, pela primeira vez, de maneira contundente, sobre os Negros de Palmares. Objeto de apreciação no próximo capítulo da dissertação.

Os tópicos que sucederam Palmares foram aqueles que se referiram às expedições francesas, à “decadência do Norte” e às povoações do Piauí, Mato Grosso e Goiás. Entretanto, o conteúdo fundamental destas seções foi uma torrente de críticas relativas à monarquia portuguesa e seu monarca, Dom João V. É possível indicar que o posicionamento de Bellegarde pareceu estar comprometido com uma oposição entre humanismo cívico e o humanismo comercial<sup>45</sup> – pensando o desenvolvimento da indústria enquanto uma produção nacional. O problema começou, segundo o autor do *Resumo*, quando Portugal fez uma “aliança com a Inglaterra, contra a França”, em 1703. Este acordo teria sido o “germe destruidor de todo o engrandecimento devido à sábia administração do Conde de Ericeira”. Por mais que houvesse um pano de fundo militar, o tratado na verdade era sobre comércio e, com ele, se deu a abertura de uma “favorável senda à invasora cobiça dos negociantes ingleses que, livres de todas as leis proibitivas, inundaram Portugal dos variados produtos de suas fábricas, paralisando a indústria nacional”. (*Idem*: 144-145; 151).

Os desdobramentos da parceria firmada entre os dois países foi motivo de “longa e humilhante retrogradação” para os lusos, fazendo do reinado de Dom João V “uma época de luto nos anais de Portugal”. Bellegarde foi além em seus comentários e críticas a Portugal, a um certo Portugal. O autor teceu um parecer crítico a Portugal por sua paralisia frente às dinâmicas de um mundo que estava em transformação, pontuando que o “fanatismo, que até ali tinha ajudado o espírito belicoso da nação, nas suas glórias e incompreensíveis façanhas, se achava agora substituído pela abominosa hipocrisia, só fértil em ações negras e degradantes”. (*Idem*: 152; 156). O brio das guerras expansionistas foi interessante e importante para Portugal no momento das Grandes Navegações. Entretanto, a forma com que o engenheiro Imperial tratou o assunto aponta para a possibilidade de um certo engessamento de Portugal no mesmo princípio pelo qual se lançara ao Atlântico dois séculos antes. Neste

---

<sup>45</sup> Uma discussão mais detida sobre este tema, realizada por um contemporâneo luso de Bellegarde, Francisco Solano Constâncio, sobre progresso e a decadência de Portugal, pode ser encontrada na dissertação de mestrado de Thamara de Oliveira Rodrigues, intitulada: “A independência de Portugal: história, progresso e decadência na obra de Francisco Solano Constâncio (1808-1840), defendida em 2014. (Cf. RODRIGUES, 2014).

sentido, Portugal não teria levado à frente a necessidade de reformulações e do desenvolvimento do comércio e da indústria, a saber: a transição de um humanismo cívico, que impulsionou e projetou Portugal rumo a potência que havia sido, para o humanismo comercial, manutenção necessário para a continuidade de seu legado.

Essa concepção de que Portugal parou no tempo também pode ser encontrada em Abreu e Lima. O general de Bolívar usou termos como “aviltamento”, “degeneração”, retrogradação”, dentre outros, para se referir ao desenvolvimento de Portugal no início do século XVIII. Como se, bem próximo a Bellegarde, Portugal não tivesse dado um passo além no que diz respeito às Grandes Navegações e os primeiros momentos da colonização. A Metrópole, escreveu o pernambucano, “tinha caído em uma espécie de aviltamento desde que não mostrava essa energia, que a tornara assombro do universo”. (CHB1: 232-233; CHB3: 156). Além disso, Portugal foi perdendo espaço para outros países, como a Inglaterra, que “aproveitou-se desta degeneração dos portugueses para se apossar do comércio”. (*Idem*: 233; 156). Outro ponto importante de crítica à monarquia portuguesa por parte do autor do *Compêndio* foi no que tange ao protagonismo da Inquisição e a do “fanatismo religioso”, grandes responsáveis por suplantarem as remessas de ouro enviadas da Colônia, impedindo uma resposta efetiva de Portugal a esse mundo em transformação.

A partir de uma sistematização da crítica empreendida contra o que a monarquia portuguesa se tornou, Abreu e Lima começou a intensificar uma diferenciação fundamental entre o que seriam: os portugueses e os portugueses do Brasil. Tal separação, que começou sua gestação nos conflitos com os holandeses, foi parte fundamental na construção do argumento de Abreu e Lima, e isso porque para o autor, eram os portugueses do Brasil que estavam assumindo as rédeas da América portuguesa, por conta de uma administração que teria sido pouco profícua ao Brasil, como a de Dom José I que “só foi memorável por terríveis catástrofes e pela administração do Marquês de Pombal”. (*Idem*: 233-235). Enquanto, no interior do CHB, Pombal foi apresentado como uma ilha envolto à decadência portuguesa, como um suspiro de modernidade em um Império ultrapassado; para Macedo, mesmo com uma série de conflitos em curso na Colônia, como o dos Emboabas, dos Mascates, dos franceses, na Bacia do Prata com os espanhóis; “o impulso do progresso não esmoreceu e o Brasil foi sempre aumentando em prosperidade, vendo crescer a sua população, desenvolver-se a sua indústria e estenderem-se as conquistas da civilização”. (LHB2: 194). Ou seja, a narrativa da decadência portuguesa, tão cara a Bellegarde a Abreu e Lima, não figurou na obra de Macedo.

Segundo Macedo, Pombal mesmo com sua “vontade forte e ciência política”, era mais uma regra ao progressivo avanço brasileiro – do que uma exceção como foi para Bellegarde e Abreu e Lima –, como também necessário para alguns ajustes importantes, a saber: o papel da Inquisição e dos jesuítas, ou, como foi apontado pelo professor do CPII, do “estado no Estado”. (*Idem*: 204). Ainda acompanhando Macedo, Pombal teria sido mais interessante para Portugal por estar “desalentad[o]” e com problemas nas finanças, no comércio e na indústria. O autor também pontuou que “cabe[ria] aos historiadores” portugueses “estudar a influência desse ilustre estadista sobre o seu país”. (*Idem*: 211-212). Ainda em Macedo, ao invés de motivos para a decadência de Portugal, como podemos acompanhar a partir de Bellegarde e Abreu e Lima, foi apontado quatro motivos de “incrementos da colônia portuguesa da América” durante o período em que Dom João V esteve no poder, tais como: melhorias na “administração superior e judiciária”; “descobrimientos das minas auríferas”; “conquistas de vastos territórios” no Oeste, Goiás, Mato Grosso; “tratar eficazmente a colonização do Sul”. (*Idem*: 194-195).

Já em Bellegarde, a narrativa estava sendo operada em outra lógica. Em comparação com as colônias holandesas, francesas e inglesas, “o comércio no Brasil paralisava progressivamente”. (RHB1: 152-153; RHB2: 156). Holanda, França e Inglaterra eram os termômetros utilizados pelo autor do *Resumo* como métricas para esse mundo do século XVIII. O “letargo” no qual o Brasil se encontrava em meados do século XVIII era quase geral: problemas com insumos agrícolas, com secas, “tudo definhava e jazia na apatia e na miséria”. Os paulistas eram a exceção, pois estavam “ocupados em conquistar terrenos do interior e em guerrear contra as tribos de indígenas que lhes opunham”, além de ter uma profícua fonte de subsistência: o ouro de Vila Rica. De toda forma, os paulistas não foram privados de uma crítica subterrânea do autor, que questionou a ausência de uma economia sentimental necessária para suportar certo enriquecimento (*Idem*: 153; 160).

Bellegarde iniciou o tópico sobre as “minas de diamantes” já prenunciando que “este período da história do Brasil” era marcado “pelo descobrimento de novas e fictícias riquezas, que arruinando o Estado, iam pejar os cofres estrangeiros”. Teria arruinado o Estado por conta da concentração única e exclusiva de fonte de renda: a busca de metais e pedras preciosas. Para Bellegarde, este momento da história do Brasil teria sido marcado pelo abandono das artes e, principalmente, da “agricultura”, as “únicas sólidas bases da felicidade das nações”. Essa corrida desenfreada pelo ouro corresponderia, ainda, àquele brio do humanismo cívico, marco negativo importante da herança portuguesa. Como contraponto, o desenvolvimento das artes e da agricultura, sob a égide do “trabalho”, fundamental ao humanismo comercial, pouco

se desenvolveu, de modo que o engenheiro Imperial ressaltou que a “industriosa Europa empresta aos Estados da América Meridional” aquele mesmo ouro mal aproveitado (*Idem*: 158-159; 165-166). Ou seja, como um fardo que fora legado ao Brasil.

Ainda junto a Bellegarde, o reinado de Dom José ficaria marcado, segundo o autor, pela “regeneração para Portugal e seus domínios”. O condutor desse processo teria sido o Marquês de Pombal. Descrito pela pena do autor do RHB como um dos “grandes homens que fazem a força e a glória de uma nação”, não era digno apenas de ocupar o panteão português, Pombal deveria, também, “figurar no alto da lista das grandes influências individuais que tem fundado ou sustentado Estados”, mostrando “aos soberanos da Europa, que Portugal torna a ser potência”. E continua: Pombal, “munido de um poder imenso”, “marchou por invariável rota que era a regeneração de Portugal e rigoroso médico da moribunda monarquia, tocando irritáveis feridas e cicatrizando inveteradas chagas”. (*Idem*: 163-166).

Além disso, Pombal também foi comparado por Bellegarde ao semideus grego Hércules, notadamente para marcar uma posição em um debate próprio à sua época a respeito da memória do Marquês, tensionada em grande medida por uma questão específica: a expulsão dos jesuítas. Pombal teria sido “o Hércules que derribou a Hydra de cem cabeças e daqui nasce o transbordo de ódio e calúnia, que tentou submergir sua memória”. No limite, como observou Bellegarde, o Hércules ilustrado português, teria arrancado os “nós da tirania sagrada” pois teria proscrito “os Autos da Fé e apaga[gado] os altares sanguinários” da Inquisição (*Idem, ibidem*). Os grilhões da Santa Fé eram elemento de atraso, permanecendo como parte de um modelo ultrapassado que necessitava ser superado.

Caminhando no *Resumo* de Bellegarde, outro episódio importante para a configuração do sentimento patriótico e da nacionalidade merece aqui minha atenção: a Inconfidência Mineira. O episódio foi tratado de forma breve, em menos de quatro páginas. O movimento em Minas se tornou “notável”, por ter sido “o primeiro que no Brasil” envolveu “ideias de independência”, porém, o adjetivo utilizado por Bellegarde parece apontar para um certo desleixo na forma com que fora organizado, a saber: “incúria” – desleixado, amador. O “quimérico intento”, teve a intenção de “declarar independente aquela Capitania, sob um governo republicano, à imitação da América Inglesa”. Bellegarde não sistematizou suas críticas a respeito deste tópico de forma enfática, tendo usado apenas vagos adjetivos dando destaque, como anotei mais acima, para o “amadorismo” na organização da insurgência em Minas Gerais. Cláudio Manuel da Costa e Joaquim da Silva Pinto Rego Fortes morreram na prisão, os outros foram anistiados. Sobre o fim de Tiradentes, o autor apontou que “expiou só

na forca, o delírio de todos os rebeldes” (*Idem*: 170-172; 179-181)<sup>46</sup>. Outro adjetivo empregado pelo autor do *Resumo* foi delírio, que também ressalta como o movimento em Minas Gerais nascera moribundo. Delírio porque a verdadeira aspiração de liberdade para Bellegarde só seria possível com a Independência, a partir de uma confluência de sentimentos e intenções de todas as províncias brasileiras.

Abreu e Lima, seguindo Bellegarde, também tematizou o “Projeto de Revolução em Minas” como um “fato notável”, pois teria sido “o primeiro que revelou assomos de independência, como pela singular incúria com que se houve os principais que nela figuravam”. (CBH1; CHB3: 244; 162). Na esteira de Bellegarde, a Inconfidência também foi apresentada como desleixada. Ao narrar a morte de Tiradentes, o general de Bolívar apontou, de forma literal, o mesmo desfecho dado pelo autor do *Resumo* uma década antes de sua publicação: “foi o único que expiou *na forca o delírio de todos os rebeldes*”. (*Idem*: 164, grifos meus). E, concluindo, Abreu e Lima pontuou que o projeto inconfidente teria nascido caduco, pois “malogrou o insensato projeto de uma sociedade que mantinha no próprio seio o germe de sua destruição”. O “germe da destruição” seria o ideário republicano. Para além disso, “o acontecimento de Minas em nada tinha alterado a tranquilidade da repartição do Sul, de sorte que o aumento progressivo da população e do comércio foi espantoso nos últimos anos do século XVIII”. (*Idem*: 164-166).

Enquanto Abreu e Lima se atentava para o desenvolvimento do comércio e na suavização dos “costumes bárbaros”, a partir da agricultura e da indústria, Macedo sublinhou que a existência, no final do século XVIII, de uma “significativa tendência de brasileirismo nas artes e nas letras cultivadas pelos naturais da colônia portuguesa da América”. (LHN2: 217). O professor do CPII apontou, ainda, que já estava sendo desenhada no Brasil a “ideia de uma nacionalidade” que só poderia ser concretizada com a “independência política”, mas que já estava em curso através da “independência da literatura”, dos “poetas”, dos “artistas” e da “majestosa regeneração do Brasil”. (*Idem*: 218). Ao contrário de Abreu e Lima que, por sua vez, defendia a ideia de que não teríamos uma literatura brasileira.

Desta forma, pode-se dizer que o Brasil, enquanto uma entidade independente, já emergia nas *Lições* de Macedo mais de um quarto de século antes do grito do Ipiranga. O autor reivindicou a produção artística produzida na América portuguesa como já sendo brasileira. O nacional, em Macedo, era algo latente, à espera do momento “Providencial” para

---

<sup>46</sup> Em um artigo que publiquei em parceria com Tamara Quirino, destacamos a representação de Tiradentes em manuais didáticos no Império e na Primeira República, pensando a performance da Inconfidência Mineira representada em momentos diferentes na história do ensino de História no Brasil. (Cf: MENDES & QUIRINO, 2016).

tocar a existência. Mesmo que a vinculação do Brasil estivesse, ainda, muito alinhada com a herança portuguesa, e isto com base em uma produção de distância histórica encurtada. Grosso modo, a terra de Cabral propiciou a emergência das artes e da literatura – de qualidade – com contornos nacionais.

No interior das *Lições*, a Inconfidência Mineira e Tiradentes seriam sintomas deste processo. A independência das Treze Colônias inglesas na América teria liberado um impulso irresistível. Um impulso patriótico que veio ao encontro de todo o “mundo de Colombo” e de “alguns intrépidos brasileiros”. (*Idem, ibidem*). Entretanto, mesmo com a “inabalável coragem” de Tiradentes, de acordo com Macedo, a Inconfidência foi classificada como “inoportuna”, pois a integralidade da nação estava excluída dos planos inconfidentes. O professor do CPII sublinhou, ainda, que “o resto do Brasil era estranho aos seus planos e aspirações”. O movimento mineiro de 1789 foi apresentado enquanto uma abertura de condições de possibilidade, mas que não aparece exatamente nem como exitosa e nem como desejável, tendo em vista que a “revolução”, por ser republicana, estaria em “desarmonia com a educação, os costumes e as tendências do povo”. Além disso, Macedo ainda destacou para a ressignificação da imagem de Tiradentes após 1822, que de amaldiçoado “foi honrado e santificado pela religião do patriotismo do Povo”. (*Idem: 225 - 226*). Ou seja, a Inconfidência seria um projeto não desejável, mas que continha uma sentimentalização fundamental: o patriotismo vai aparecendo enquanto uma religião.

Tal entendimento da nacionalidade, a qual caminharia a passos largos no final da década de 1780 era menos factível para Abreu e Lima. Se, conforme tem sido observado, os autores caminharam com proximidade na seleção e compreensão de parte do cânone memorialístico brasileiro, a compreensão sobre a segunda metade do século XVIII levou os autores a tomarem caminhos distintos. Na *Introdução do Compêndio*, o general apontou que a gênese da história do Brasil foi 1822. É possível conjecturar, distanciando-se de Macedo, que haveria, em Abreu e Lima, a produção de um alargamento da “distância histórica” em relação à herança íntima portuguesa, bem como o afastamento em relação à possibilidade da existência de obras de caráter nacional – e mesmo de qualidade – no Período Colonial. Abreu e Lima salientou que a literatura de Portugal remetia apenas aos enunciados próprios, à identidade nacional portuguesa, mesmo aquela produzida no final do século XIX.

O Brasil, para o general de Bolívar, não possuía o amadurecimento necessário para a emergência de uma literatura que lhe fosse própria, justamente por “existir” enquanto Brasil apenas em 1822, como expressou ao dizer que “um país, que apenas conta vinte anos de existência como nação, não pode ter literatura propriamente sua”. O Brasil ainda teria que

percorrer, como as demais nações, “anos e séculos antes de possuírem uma literatura própria; e só depois da introdução das artes e das ciências, é que cada povo as vai apropriando e desenvolvendo segundo o caráter nacional”. As obras produzidas pelos “brasileiros” no período colonial, remetiam apenas as “doutrinas, os erros e até a vaidade dos nossos dominadores”. Estes falavam do “Tejo e do Douro” e não do “Paraíba e do Rio do Doce”; nem mesmo “da jabuticaba ou da mangabeira”. Para Abreu e Lima, o papel de Portugal era antagônico ao desenvolvimento de tais pressupostos no Brasil, pois o “zelo indiscreto dos portugueses nos punha sempre por diante, para impedir o rápido vôo da nossa inteligência”, de modo que os seus contemporâneos deveriam “cuidar de reparar o tempo perdido”. (CHB1; CHB3: V-VII).

Em termos de filiação, Abreu e Lima parece ter uma maior proximidade com Bellegarde, principalmente quando se lê no *Resumo* um elaborado conjunto de razões para explicar a decadência portuguesa. Mas, para chegarmos no cerne deste argumento é preciso retomar os passos dados pelo engenheiro Imperial. No episódio da chegada da corte ao Rio de Janeiro, em 1808, Bellegarde afirmou que teria sido rompido “o último anel do grilhão colonial, que prendia o povo brasileiro à Metrópole”. Este derradeiro elo da corrente colonial era o comércio. Com a assinatura de uma Carta Régia, seria permitido o livre comércio com “todas as nações em paz com a Coroa portuguesa”. A limitação imposta pela metrópole, uma vez superada, teria liberado o desenvolvimento comercial, “o alvará de abolição dos obstáculos que tolhiam a indústria”, fundamental para autor do *Resumo*. A partir daí “começou a brotar para este continente uma fonte de prosperidade”, devido à atuação do “ministro cidadão”, Conde de Linhares. Por sua influência, o Brasil teria iniciado um desenvolvimento acelerado, e isto com base na criação de fábricas, acréscimo na agricultura e na navegação; a criação da Escola Médico-Cirúrgica, do Arquivo Militar, de uma tipografia, da Academia Militar, do Arsenal do Exército e da Fábrica de Pólvora. Também teriam sido criadas condições para “facilitar as comunicações entre os povoados”, além da construção de estradas. (RHB1: 180-182; RHB2: 188-190).

Os sucessores do Conde de Linhares não teriam “direito a igual histórica menção”, pois teriam deixado o governo por três anos “em quase perfeita apatia”. Somente com Dom Pedro, o príncipe regente, que o Brasil teria se “ilustr[ado]” a partir da elevação à categoria de “Reino, unido aos de Portugal e Algarves”, e com a criação de “muitos tribunais necessários à moderna corte de tão extensos domínios”. (*Idem*: 183-185; 191-193). Logo em seguida, Bellegarde falou a respeito da primeira campanha no Sul do Brasil, acerca das disputas com os argentinos pelo controle da Colônia de Sacramento, em 1816.

A recepção da família real foi um evento entendido de forma similar entre os três autores, principalmente o destaque para o “entusiasmo” e a positividade com que foi recebida a comitiva dos Bragança. O interessante neste episódio no que diz respeito ao CHB é que a chegada da família real foi festejada por “portugueses e brasileiros”. (CHB1: 225; CHB3: 174). A questão para o pernambucano, e neste ponto acompanho Selma de Mattos, era seu projeto de “emancipação”. A chegada da família real, descrita como “um governo ativo e sábio”, viria para completar – como a peça que faltava, às “vantagens reunidas”. Somente com a autonomia poderia abrir-se um horizonte da produção nacional, que ainda não era possível na década de 1840. A tarefa do general, e, também, um convite deixado pelo autor do CHB aos seus contemporâneos, era de “lançar uma pedra no cimento do edifício da pátria” (*Idem*: VII). Macedo, por sua vez, propunha que a chegada da família Bragança não era uma peça que faltava, era mais um sintoma do “aumento progressivo” e necessário da população, bem como de sua indústria e civilização. Ou seja, a Independência é apresentada como uma teleologia, que tem sua forja principiada em Pernambuco durante a União Ibérica, passando pela Inconfidência Mineira e recebe a têmpera com a chegada da família real (LHB2: 232- 236). Entretanto, por ser compreendida como uma teleologia, a Independência ocorreria a despeito de qualquer trajetória possível.

Voltando a Bellegarde, outro episódio importante entrou em cena: Pernambuco, 1817. Segundo o autor: “se forjava em Pernambuco uma conspiração enraizada na Europa”, por conta do envolvimento de “pessoas influentes de todas as classes, com o fito de promover a mudança política”. Esse seria o traço marcante da Revolução de Pernambuco, a qual parece encontrar na Revolução Francesa, de 1789, sua influência. Naquele mesmo ano, Pernambuco “proclam[ou]-se independente do Príncipe Regente”. A espera pela “adesão de outras capitanias”, teriam demorado demasiadamente para escolher a “constituição que deviam adotar, para firmarem seus mal baseados planos”. A reação veio quase de imediato com o governador da Bahia enviando suas tropas em direção a Recife e com o destacamento de uma esquadra partindo do Rio de Janeiro. (RHB1: 189-190; RHB2: 200-201).

Bellegarde apontou que contida a “insurreição”, o general Rego assumiu o governo da capitania de Pernambuco e uma comissão militar foi instalada no Recife e na Bahia para realizar os julgamentos dos envolvidos. Bellegarde só citou o nome de Domingos José Martins entre os outros onze que foram executados. Outros foram degredados e o restante foi absolvido pela pena do Príncipe Regente, assim: “a paz se restabeleceu em Pernambuco, depois de malogrado este imaturo plano de liberdade”. (*Idem*: 193; 204). Como podemos ver, a Inconfidência e a Revolução de 1817 ganharam um tratamento semelhante no *Resumo*.

Ambas são descritas enquanto amadoras, “imaturas” e as principais figuras são “inexpertas”. Antes de passar ao tópico seguinte, o autor realizou uma descrição detida de uma nova leva de conflitos no Sul do Brasil, entre os anos 1818 e 1819.

Já na obra de Abreu e Lima, e como já adiantei, o ano 1817 ganhou contornos pessoais. Analisando a tradição herodotiana, François Hartog<sup>47</sup> e Arnaldo Momigliano<sup>48</sup>, destacaram a importância da autópsia na fundamentação de um certo tipo de análise, matizando a confiabilidade dos relatos recebidos, bem como aquilo que foi experienciado pelo próprio autor. Abreu e Lima utilizou as notas de rodapé para narrar sua experiência pessoal durante os acontecimentos de 1817, que culminou com a execução de seu pai, o Padre Roma, na Bahia.<sup>49</sup> No rodapé do texto, o tom da descrição é passional, mas, ao mesmo tempo, no corpo do texto o grau de detalhamento dos eventos – como horários, personagens e datas; só poderiam vir da memória e testemunho do próprio autor, como também de pessoas diretamente envolvidas com o movimento, passando pela clivagem do autor e de seus protocolos metodológicos. Dentro da narrativa tais questões acabam se confundindo na performance de seu texto.

Enquanto o texto de Abreu e Lima se apresentou de forma mais performativa, com modulações e formas distintas de narração e de protocolos acerca do distanciamento do autor, as postulações de Macedo se aproximaram mais de uma tradição tucidideana: de um passado apresentado como um prelúdio do presente. Seus posicionamentos acerca das disputas por conteúdos e sentidos específicos de acontecimentos da história do Brasil, enquanto um câmbio de memória, perpassava por essa compreensão, do lugar do passado no presente. Abreu e Lima, tentou amenizar as tensões ocorridas em Pernambuco tratando-as a partir de uma “espécie de ansiedade” presente entre os revoltosos, que “fermentavam aspirações liberais”. (CHB1: 259; CBH3: 178). Nas *Lições* de Macedo, a Revolução de 1817 foi tratada em poucas páginas e sem tanto destaque.

Nas páginas que introduzem sua obra, Bellegarde destacou a importância que representava para a “História das Nações” a Independência do Brasil, muito mais do que a pernambucana de 1817, mantendo, porém, o mesmo gesto que também acompanha Abreu e Lima, o de construir uma distância histórica alargada em relação a certo Portugal. A “heróica revolução” teria regenerado um povo “ardente e nobre”, que estava curvado pelos séculos de “duro rigor colonial”. O Brasil seria um caso especial em razão do trono de Portugal e

<sup>47</sup> HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

<sup>48</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

<sup>49</sup> Thamara Rodrigues tematizou, de forma comparada, o debate a respeito da Revolução Pernambucana entre Abreu e Lima e Varnhagen. (Cf. OLIVEIRA, 2017).

Algarves pertencer por herança ao Príncipe Regente que aqui se encontrava. Mas Bellegarde não parou por aí. Afirmou, na mesma página, que “só ao seletto Brasil concedeu a Providência, nas austrais regiões do Novo Mundo, para subtrair a deplorável sorte de seus míseros vizinhos”. (RHB1: 211-212; RHB2: 212). Neste sentido, é possível compreender a posição privilegiada a qual o autor pretendeu conceder ao Brasil: enquanto escolhido pela “Providência”, pelo Divino, para deter o protagonismo entre seus vizinhos miseráveis – por conta da adoção de formas republicanas de governo. Sendo que, na ocasião em que Bellegarde estava confeccionando o seu manual, quase toda a América espanhola já era independente.

No tópico seguinte, o último da Quinta Época do manual de Bellegarde, a nova constituição política, a reunião eleitoral no Rio de Janeiro e do regresso de Dom João VI, foram os principais temas abordados no capítulo. Entre as páginas 202 e 204 é possível acompanhar uma síntese da compreensão de Bellegarde a respeito da monarquia portuguesa, do progresso à decadência, de um último suspiro. O crescimento de uma nação, destacou o autor, e a “infância” da mesma, “se prolonga pela falta de movimento social” e “o excesso deste movimento as decompõe; a história da monarquia portuguesa dá óbvio exemplo desta verdade” (*Idem*: 202; 202). Nesta passagem, Bellegarde demonstrou a complexidade de seu liberalismo: primeiro falou de participação social, depois dos limites dessa participação e, por último, a ideia de equilíbrio próxima a um gesto historicista-conservador. Lançada essa afirmação, o autor enumerou as quatro razões da decadência de Portugal, em seu exercício historiográfico de constituição de uma distância histórica alargada em relação a certo Portugal.

A primeira razão, para Bellegarde, teria sido a conquista sem a preservação. O motivo: religioso. Portugal enquanto “Romanos reis do mundo” não conseguiu fortificar-se no processo de expansão, como o Império Romano o fez. A comparação com os romanos, se dá a partir da intolerância religiosa própria a Portugal especialmente, nesse caso, no que tange aos seus domínios. Os romanos “eram politeístas, e, por toda a parte encontrando politeísmo, só impunham leis civis”. Já “os povos cristãos que se engrandeceram pela força das armas, não ofereceram um panteão aos deuses estrangeiros, venceram, mas não conservaram”. Por não ter permitido essa abertura aos povos conquistados, a Metrópole “não pôde servir-se de povos contra outros povos”, dando vazão a necessidade de recrutar mercenários para “sustentar as conquistas por combates sucessivos”. (*Idem*: 202-203; 202-203).

O segundo motivo da decadência portuguesa foi a “expulsão das raças mouras e judias”. Para o autor, estes dois povos “formavam a parte essencialmente agrícola e

industriosa da nação”. Mais uma vez, o componente do trabalho e do humanismo comercial balizam as críticas de Bellegarde. (*Idem*: 203; 203). Tal argumento, abre a possibilidade de uma crítica radical contra a administração portuguesa em relação à corrida pelo ouro. Em terceiro lugar, de acordo com o engenheiro Imperial, a “falsa prosperidade das riquezas orientais e das minas da América”. O brio e a concentração deste metal precioso, minou as outras possibilidades essenciais para o desenvolvimento português, fazendo com que o Império luso se endividasse com acordos com os “cobiçosos aliados”. (*Idem*: 203-204). E o quarto motivo, talvez o “mais radical”, “se reconhece na superstição e monarquismo”. A Inquisição e seus danos na forma de administração do Império teria sido o maior entrave para o desenvolvimento de Portugal. Bellegarde ainda concluiu dizendo que o desenvolvimento das ciências intelectuais estaria *pari passu com* os avanços nas artes manuais. Em Portugal não teriam encontrado um terreno fértil para florescer devido à força do Santo Tribunal. (*Idem*: 204).

Retomando as ponderações feitas no tópico sobre Pombal e suas reformas, Bellegarde argumentou a respeito da tentativa do “Hercules” português em “reedificar o gótico monumento desta ilustre sociedade”.<sup>50</sup> A história de Portugal seria marcada, segundo apontou o autor, por intervalos entre expansão, decadência, tentativa de restauração e “derradeira recaída”. O fenômeno decisivo para esse retorno ao gótico, ao ultrapassado, teria sido a saída de Pombal de seu cargo. Este advento abriu o caminho para que a Inglaterra “saltasse” novamente “sobre a moribunda Lusitânia”. (*Idem, ibidem*). O vigor do humanismo cívico, fundamental num primeiro momento, não teria acompanhado as transformações necessárias para o desenvolvimento de Portugal, deixando a monarquia lusa “encanecida”, grisalha, velha, ultrapassada, “vassala de um país remoto”, que sentia uma “necessidade de completa regeneração”. (*Idem*: 205). Essa crítica formulada por Bellegarde aparece nos manuais de Abreu e Lima e de Macedo. No *Compêndio* do pernambucano, a partir das compreensões ligadas ao “suave comércio”; no autor de *A Moreninha* pela crítica ao Santo Ofício. A Revolução do Porto, em 1820, foi para Bellegarde um movimento que teria sido importante para a “regeneração”.

A agitação das ruas do Porto chegou ao Brasil causando uma efervescência política nas mais diversas províncias, como bem apontou Bellegarde. O Pará, em 1821, “foi o primeiro em erguer a voz revolucionária depondo o Governador Conde de Vila Flor, e

---

<sup>50</sup> Essa metáfora é interessante aqui, pois Januário da Cunha Barbosa, um ano antes no Diário Fluminense, utilizou da mesma expressão para falar dos “tropeços” da jovem nação brasileira “nos restos do gótico edifício”. (Cf. BNRJ. SPR. Império do Brasil: Diário Fluminense, 1830).

substituindo-lhe uma Junta Provisória”. Simultaneamente, na Bahia também foi instalada “uma Junta Governativa com só obediência às Cortes”. Segundo o autor do RHB, Rego Barreto, governador de Pernambuco, entendendo o potencial da agitação, assim como também do “humor revolucionário de que estava possuída a Capitania”, aderiu à proposta das Cortes. A capital do Reino do Brasil também se inflamava com as notícias que chegavam de Portugal e das demais capitanias. Esta “Época Temática” foi encerrada com o retorno de Dom João IV para Portugal, em 1821, e a permanência do príncipe Regente, Dom Pedro. (*Idem*: 206-211).

As Cortes começaram a lançar os “fundamentos de uma Constituição” que pareciam “ofender os direitos do Reino irmão”. A reação no Brasil foi imediata e o “entusiasmo” de outrora se transformou em uma atmosfera de tensão e dúvida. Entre o retorno ou não para Portugal e a apreensão em crescimento progressivo nas províncias e na capital, o Príncipe Regente decidiu, em 1822, permanecer no Brasil para a “felicidade geral da nação”. O grito do Ipiranga, proferido no dia 7 de setembro, teria sido “geralmente aplaudido”, conforme descreveu o autor do *Resumo*, em um primeiro momento. Ao voltar para o Rio de Janeiro, o “Príncipe Libertador foi aclamado Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”. (*Idem*: 212-217).

O clima das Cortes e sua resolução foram tratados por Abreu e Lima de forma tensa: enquanto Portugal não queria a separação do Brasil, “os brasileiros” já “almejavam a Independência”, mas “abraçaram cordialmente” a demanda de Portugal, em um primeiro momento, muito em função da presença de Dom João VI no Brasil. (CHB1: 274; CBH3: 183). Com o desenvolvimento dos debates no interior das Cortes, Abreu e Lima apontou para uma atmosfera de “desunião, que crescia entre os brasileiros e portugueses”, fruto da exasperação do “ciúme dos portugueses” que crescia gradativamente desde 1815 com a elevação do Brasil ao status de Reino. Somado a isso, Portugal já apresentava um “despotismo destituído do esplendor da realeza”. Se a recepção da convocação das Cortes gerou “incrível entusiasmo”, o fechamento das propostas debatidas pelas mesmas, não passariam, para Abreu e Lima, de uma “liberdade à portuguesa” (CHB1: 274-310; CHB2: 1; CBH3: 183-204). Deste modo, tal qual foi apontado pelo general, a tentativa era de atualizar a subordinação do Brasil a Portugal. Além disso, o autor ressaltou a impossibilidade de emancipação brasileira com uma liberdade sempre limitada, restrita, “à portuguesa”. Formada liberdade esta que impediria o florescimento de pulsões fundamentais às nações. Abreu e Lima, como apontei mais acima, convocava os brasileiros a correrem atrás do “tempo perdido”. (CHB1; CHB3: V-VII).

O Brasil, ainda adolescente, escreveu o general de Bolívar, apresentava necessidades diferentes a cada dia, ou: “o que lhe convinha num dia já não servia noutra”. A urgência de transformações e demandas plurais que eram incompatíveis com as propostas lentas, “feitas a tão grande distância”, “por homens que não eram brasileiros” e que “não conheciam as necessidades do país”. Brasil e Portugal trilhavam caminhos sinuosos que hora se aproximavam, hora se apartavam, se encontrando em rota de colisão. O risco de fragmentação do Brasil em uma “multidão de pequenos governos”, como um perigo real, demandava uma revolução “singular”, que foi feita em 1822. A respeito deste tema, Abreu e Lima escreveu que “um povo que reivindica seus direitos, que confia nos seus representantes, que se emancipa quando vê menoscabados e injustamente desconhecidos” e, ainda “um príncipe que previne os votos de seu povo, um sábio que firma a soberania da sua pátria, um monarca que circunscreve a autoridade do seu trono” fizeram do Brasil “o exemplo mais notável e mais digno de admiração entre todos os povos cultos da terra”. (CHB2: 3-22; CBH3: 226).

Macedo acompanhou Abreu e Lima a respeito do crescimento paulatino destas “novas ideias”, destacadas pelo professor do CPIO como sendo uma “ansiedade”, à espera do iminente cruzamento entre o *chronos* e o *kairós*, de uma sincronia entre o tempo humano e o tempo Providencial, a Independência. As deliberações vacilantes das Cortes, com uma tentativa de recolonização do Brasil, só teriam acelerado o “movimento patriótico” e o anseio pela independência dos brasileiros. Macedo destacou, ainda, figuras importantes neste contexto, como Januário da Cunha Barbosa, que teria “prest[ado] relevantes serviços” para a causa da Independência, como editor do *Revérbero*, Bonifácio, Cipriano Barata, Diogo Antônio Feijó, dentre outros. A Independência do Brasil apresentava-se algo inevitável ao longo da obra de Macedo, como um carro que “quando se arremessa, não para e, ou se despedaça, ou prossegue no seu arrojo até ir tocar o ponto desejado”. O professor do CPIO, por sua vez, foi além em sua hipótese a respeito da Independência, tratando-a como algo que necessariamente iria acontecer mesmo “sem o príncipe Dom Pedro o Brasil seria por certo independente”. Porém, havia o risco de se fragmentar em “repúblicas provavelmente tumultuosas e anárquicas, como as americanas da língua espanhola” (LHB2: 259-299). As tensões e disputas em torno das Cortes, apontadas por Abreu e Lima e Bellegarde, em Macedo foram amenizadas, pois, como foi destacado pelo autor: Brasil e Portugal seriam “povos irmãos”. (LHB2: 170).

Seguindo o seu arrojo, o “carro da revolução” brasileira não se despedaçou, pois “um laço comum, vínculo de amor fraternal e de identidade e interesses ligou todas as províncias”. Macedo ainda projetava um “portentoso futuro” que “se anuncia[va] tão brilhante com as seguranças de uma natureza opulentíssima, com as garantias da moralidade e da índole

pacífica do seu povo”. O “brasileiro”, carregava dentro de si o “amor da liberdade” e o futuro, tal qual o *kairós* da Providência sincronizado com *chronos* para conferir ao Brasil a sua Independência; teria como guia a “mão protetora da Providência”, responsável por dirigir “os homens e as coisas para chegarem a tão admirável resultado”. O sentimento patriótico observável na obra de Macedo foi, desde quando despontou durante o período da União Ibérica, algo mais alargado do que meramente provincial. Isso se deu justamente em razão disto que seria o *telos* necessário da Independência, a despeito da sucessão de eventos nomeio do caminho. Grosso modo, o patriótico na obra Macedo, era nacional em seu nascimento. Claro, tal questão não anulava identidades regionais, como o autor mesmo destacou as figuras do pernambucano, o paulista, dentre outros; porém, tudo convergia, providencialmente, para o nacional. (*Idem, ibidem*).

O autor colocou como ponto final de suas *Lições* o ano de 1823, mesmo tendo escrito os dois volumes da obra entre as décadas de 1850 e 1860. Por mais que Macedo deixasse escapar suas projeções de um futuro positivo para o Brasil, a posição dos membros do IHGB de não tematizar a contemporaneidade, como um veto à história do tempo presente.<sup>51</sup> Porém, tal “recomendação” não foi cumprida de todo pelo autor. Conforme apontei anteriormente, em suas *Lições de História do Brasil para uso das Escolas de Instrução Primária*, publicada em volume único, três índices cronológicos com registros até o ano de 1852 acompanharam a obra.

Retomando o caminho de Bellegarde, o tópico seguinte em seu *Resumo* foi a respeito das conseqüentes inquietações em torno da Assembléia Constituinte de 1823, principalmente no Norte e no Nordeste, além das movimentações contrárias à Independência. Bellegarde tratou rapidamente da incorporação de Montevideú ao Brasil, o “Estado Cisplatino”. Neste momento pós-Independência em que “a agitação dos espíritos” estava em pleno crescimento e “a discórdia tinha penetrado até o santuário augusto da lei”, devido à intensidade com que fenômenos estavam ocorrendo, Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde regressou ao Brasil, depois de uma curta temporada em Moçambique como 1º Tenente do capitão geral João Manuel da Silva. O jovem Bellegarde, recém-chegado ao Brasil, pareceu espantado ao encontrar tamanha efervescência: “o recinto da Câmara era ocupado por povo em parte armado, alguns deputados, em menos parlamentar linguagem, pareciam fulminar contra o Executivo terrível anátoma”. (RHB1: 229; RHB2: 229). Dom Pedro teria sido convencido de que as determinações ali suscitadas podiam “destruir o poderio que lhe havia conferido a

---

<sup>51</sup> Valdeci Araujo e Flávia Varella (2009) escreveram sobre o potencial, como também os riscos, de se produzir análises sobre questões políticas contemporâneas, no século XIX.

unânime vontade brasileira, resolveu aniquilar a Assembléia”. Tal fato não deixou de ser duramente criticado pelo autor, que ressaltou: “É assim que, na cadeia das coisas políticas, um traz consigo de rojo um maior erro”. (*Idem, ibidem*). Com a publicação da Constituição, “a mais liberais de quantas existem em monarquias”, em 1823, estouraram duas movimentações no Nordeste: a Confederação do Equador e tensões na Bahia, que resultou em um atentado, em 1824. Diferentemente de Macedo e de seu tacitismo, Bellegarde, como também Abreu e Lima, escreveu uma história que também abordava o seu próprio tempo

Bellegarde apontou que o ano de 1825 foi marcado pelo reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal. Outros países da Europa buscaram realizar acordos com o Brasil, mas que, acertadamente segundo o autor, não foram firmados de maneira precipitada. Em razão de que existia a possibilidade de “consequências” que “promet[iam] longa e funesta influência na nossa vindoura prosperidade”. (*Idem: 236-237; 237*). Prosperidade que viria seguramente, segundo deixa a entender o engenheiro Imperial. Um destes indicativos foi a preferência de Dom Pedro pelo “grandioso Brasil ao solo dos Afonsos”. O “defensor perpétuo do Brasil”, em 1826, abdicou da coroa portuguesa deixando o trono luso sob os cuidados de sua filha, Dona Maria da Glória: “depois de ter dado aos lusitanos adequada constituição política”, muito embora “privasse aquela parte dos humanos da moderada, doce liberdade” (*idem, ibidem*). Havia chegado a hora do Brasil “em que, pelo natural progresso das luzes, o despotismo tem de ceder seus tronos a mais brando regime”. Bellegarde encerrou seu manual didático com críticas na condução do conflito na bacia do Rio da Prata, como também a separação de Montevidéu do Brasil. (*Idem: 237-238; 238*).

Trabalhos como os de Marco Morel (2004), Marcelo Rangel (2011), Marcelo Basile (2009; 2013), dentre tantos outros que compreendem desde a década de 1820 até o Período das Regências, são fundamentais para um entendimento mais alargado do espaço público em constituição neste momento. Morel, em sua análise a respeito das formas de publicização e circulação dos periódicos no interior do espaço público do Rio de Janeiro, nas décadas de 1820 e 1830, destacou a importância dos manuscritos e folhetins que eram copiados à mão, catalisando críticas e liberando sentidos na cena pública, os “papéis incendiários”. As palavras inflamadas em circulação “poderiam trazer certa desmoralização e desmistificação das formas de controle oficial”. (MOREL, 2004: 54). Como também foi destacado por Rangel a importância da atuação dos românticos da Revista Niterói liberando sentidos e questionamentos neste espaço público em ebulição. Era neste ambiente que o *Resumo* e o *Compêndio* estavam sendo inscritos. Macedo também se posicionava, em alguma medida, em debates historiográficos disputando seriamente as compreensões de temáticas próprias a

história do Brasil. As análises tematizadas por Bellegarde, Abreu e Lima, e Macedo, suas metáforas, adjetivos e reflexões, funcionam também como combustível para a complexificação de questões importantes no cotidiano da capital do Império.

Segundo Basile (2009: 62), os principais dispositivos de ação política durante as Regências foram: “parlamento, imprensa, associações, manifestações cívicas e movimento de protestos”. Complementaria a colocação de Basile dizendo que, como parte da imprensa, e justamente pelo seu caráter “*cross-class*” – de interpelações, de disputas e tensões institucionais ou não; os manuais didáticos, em certa perspectiva, também se constituíram enquanto uma ação política. Neste caso, a moderação era a via do desenvolvimento ao mesmtempo não eclipsaria as críticas radicais que os autores proferiram, criando demandas fundamentais para diversos atores que transitavam em diversos espaços de debate no período Imperial, como a necessidade de um parecer a respeito da obra de Abreu e Lima feita por Varnhagen. Um outro interesse que marcou os textos de autores como estes que estão sendo tematizados nessa dissertação, e que pode ser apontado a partir do último capítulo de Bellegarde, era a conservação do país. Para isso seria necessário um “patriotismo dos poderes”, de um projeto comum que amenizasse, que conseguisse “extirpar” fatais “realidades”. (RHB1: 253; RHB2: 275).

Abreu e Lima avançou sobre sua contemporaneidade. Cerca de um terço de sua obra foi dedicada à “história moderna” ou contemporânea, compreendendo os anos de 1821 até 1841. Ou seja, dedicou 138 páginas, de 456, na primeira edição de seu Compêndio; e 39 páginas, de 304, da segunda edição, representando uma drástica redução de um terço, 33%, para 13% na edição mais enxuta de sua obra. Entretanto, nenhum tópico foi removido da segunda edição, bastando uma descrição menos densa de acontecimentos julgadas comorelevantes pelo autor. Abreu e Lima privilegiou a descrição de conflitos, principalmente no Sul, bem como os movimentos sediciosos no Período Regencial, além de tensões políticas no comando do Império, como a “noite das garrafadas”, a Abdicação e a administração regencial. Além disso, o desenvolvimento e problemas na imprensa periódica na virada da década de 1820 e 1830 também foi uma temática importante no interior de sua obra. O tom destas descrições é definido pela palavra “purgatório”, dada a fragilidade na construção da unidade territorial, objeto de apreciação constante por Abreu e Lima ao longo de seu Compêndio. Para o autor, caberia a Dom Pedro II o papel de conduzir o país no caminho correto.

Ao longo desse capítulo foi possível acompanhar a forma com que conteúdos fundamentais foram se sedimentando no interior dos manuais didáticos de História do Brasil adotados no Colégio Pedro II a partir de 1840. E, ainda, atravessando a Primeira República

com constantes atualizações e acréscimo de conteúdos. Mesmo com modulações distintas no que tange à produção de distância histórica, no que diz respeito à própria herança portuguesa, mais afastada em Bellegarde e Abreu e Lima, e mais próxima em Macedo, os conteúdos e as compreensões a respeito dos fatos abordados neste capítulo possuem mais afinidades entre os autores do que caminhos propriamente irreconciliáveis. Tal apontamento vem ao encontro da hipótese que comungo aqui de que a separação entre uma história patriótica e uma história nacional não faz tanto sentido quando são colocados face a face estas obras. Claro, como também apontei anteriormente, os manuais não são um espaço tão privilegiado para o apontamento de críticas contundentes e definidoras, mas ainda são relevantes para compreendermos as tensões próprias a construção e na constituição da memória do Brasil ensinado.

A clivagem de uma história antes e pós-IHGB, mesmo dentro do Colégio Pedro II, me parece confundir mais do que esclarecer. Considerar que Joaquim Manuel de Macedo não deve também a Bellegarde e a Abreu e Lima algum louro pela sua obra, só corrobora a visão monolítica e onipresente que a historiografia tem acerca do Estado Imperial, bem como uma visão limitadora a respeito da atuação dos letrados que transitaram em diversos espaços importantes no período. Os quadros na parede foram, também, sedimentados pelos manuais anteriores que resgataram uma série de outros autores para compor e catalisar a criação do cânone memorialístico do Brasil. O título “do patriótico ao nacional” serviu mais para provocar do que de fato para uma clivagem, pois, como imagino que pôde ter sido acompanhado nestas páginas, esses dois conceitos acabaram se confundindo na tessitura dos próprios textos, mais tensionados em uns, mais teleológico em outros. De toda forma, cabe ainda uma mirada para outros quadros. Já adiantando que estes possuem uma diferenciação mais acentuada no tratamento e nas formas com que os autores apresentaram à “mocidade brasileira” e aos “alunos do Colégio Pedro II”: os índios, os negros e, também, os portugueses.

### **3. CAPÍTULO 2 – AS TRÊS RAÇAS NOS MANUAIS DIDÁTICOS**

#### **3.1. Selvagens, Gentios e Brasileiros: tempo e etnografia**

Até agora, foi possível perceber como temas fundamentais aparecem de forma razoavelmente semelhante no interior dos manuais didáticos. Entretanto, as formas de representar as raças que compunham o Brasil se apresentam como as questões com maiores

tensões entre os autores. Seguindo o percurso feito no capítulo anterior, me proponho a apresentar, em primeiro lugar, as compreensões de Bellegarde até chegar às de Macedo. Deste modo, a constituição e a sedimentação de interpretações e entendimentos a respeito de indígenas e negros, mesmo que por negação, poderá ser acompanhada de forma mais fácil.

Para Bellegarde, o Brasil já existia antes das fadigadas naus saídas da península ibérica avistarem a montanha que pouco depois foi batizada de Monte Pascoal. Assim foi intitulada a Primeira Época do *Resumo*: “O Brasil antes da conquista”. A história deste Brasil ancestral tem um *télos*, mas não cronologia. Parece paradoxal, eu sei. Como pode um tempo que não tem começo, ter um fim? Ou mesmo um sentido orientador? Bellegarde não estipulou origens para os povos que habitavam o Brasil antes dos portugueses, mas as “causas de sua ruína, as moléstias” estavam muito bem definidas: “importadas por nós”, pontuou o autor, “a que eles [indígenas] tem por tantas vezes preferido a morte”. (RHB1: 9-10; RHB2: 10). Esse não-tempo, em que se tem a ausência de um *chronos* para datar, mas que é marcado por uma tragédia iminente que despontaria no horizonte, encontraria na contemporaneidade do engenheiro Imperial, a década de 1830, um correspondente, um “outro presente”.<sup>52</sup> A tragédia indígena persistia em seu tempo. Tal afirmação pode ser percebida quando se lê a citação de De Paw feita pelo engenheiro imperial: “Nada mais existe da antiga América, do que o céu, a terra e a dolorosa memória das suas espantosas desgraças”. (*Idem*: 10; 10). Na segunda edição do *Resumo*, porém, Bellegarde inverte o entendimento possível destacado na obra que foi publicada em 1831. A citação de De Paw feita em 1834, edição que foi adotada no Pedro II anos mais tarde, foi sublinhada como sem valor argumentativo “para a verdade da narrativa histórica”. De Paw também foi caracterizado como “mal informado e parcial”. (RHB2: 10). Essa inversão veio coroar uma construção distinta da primeira edição. Os excessos da colonização que foram apontados na edição de 1831, como pode ser visto acima, são amenizados na versão de 1834.

Ainda na versão de 1834, Bellegarde acusou outros autores que escreveram sobre a história do Brasil, os quais não são citados nominalmente, de “ciosos” e “ciumentos” dos feitos portugueses e, ainda, que a narrativa dos excessos da colonização lusa no Brasil era orientada por inveja, “exageros”, e que não passariam de uma normalidade que “sempre se cometem em conquistas” (*Idem*: 7). As publicações de Bellegarde precedem o IHGB, queteria sua criação após três anos da publicação da segunda edição do *Resumo*. Como bem

---

<sup>52</sup> Rodrigo Turin (2013: 28) pontuou que, “segundo os parâmetros da cultura histórica oitocentista, essa população [indígena] parecia se encontrar em um eterno presente, impossibilitando que o investigador pudesse através de métodos propriamente “históricos”.

lembrou Gasparello (2004: 78), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro veio à existência tendo como um de seus pressupostos fundamentais o esforço “na coleta e catalogação das fontes documentais do passado nacional”. Bellegarde, por sua vez, pareceu antecipar esse cenário destacando na sua obra que “nos séculos futuros se estudará com mais interesse do que no presente a História dos Americanos”, e em seguida é possível identificar uma advertência: “porém, o complexo de documentos contraditórios que surgirão espalhará grande obscuridade sobre tempos aliás pouco remotos”.

À época capitão do corpo de engenheiros imperiais, o autor foi ainda mais enfático em sua preocupação acerca dos vestígios que garantiriam a melhor compreensão dos povos que aqui já habitavam, e cito: “é, pois, interessante recorrer atualmente às verdadeiras origens, e conservar com escrupulosa exatidão os principais vestígios das hordas indígenas, com especialidade daquelas que tem cessado de existir”. A mesma preocupação com a origem e a dispersão das nações e “hordas” indígenas também foi mantida na segunda edição da obra (RHB1: 10-11; RHB2: 10-11). No final do capítulo, o engenheiro Imperial retomou este tópico destacando que seria “difícil estabelecer de uma maneira incontestável o lugar do domínio de cada povo por ocasião da descoberta e quase impossível fazê-lo para épocas anteriores”. (*Idem*: 26).

O problema acima citado se apresenta enquanto um *tópos* no que se refere à história indígena, tal como foi apontado por Rodrigo Turin. Um lugar comum que no ano de 1841 encontrou nas palavras de Januário da Cunha Barbosa, secretário perpétuo do IHGB, ressonâncias: “sendo muita obscura a história da Terra de Santa Cruz em sua descoberta”. (RIHGB, 1841: 431). Francisco Adolpho de Varnhagen também apresentou uma preocupação parecida, que já se encontrava em Bellegarde, na mesma edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro destacou que um estudo das linguagens indígenas era fundamental para “esclarecer a obscura história deste território antes de seu chamado descobrimento”. (RIHGB, 1841: 49). No *Resumo* também pode ser notada uma preocupação a mais: não só o problema do contingente racial metonimizado na palavra índio – em oposição a brancos e negros –, mas a alteridade interna entre os próprios indígenas. Ao longo de sua exposição, Bellegarde citou Tamoios, Aimorés, Goitacazes, Tapuias, Ubirajaras, Tupinambás, Tupinaés, Pitaguarés, dentre outras, buscando localizar, principalmente, as nações que em seu próprio tempo ainda se sabia o paradeiro. A preocupação do autor com a “alteridade interna” dos indígenas fica um pouco mais evidente no seguinte trecho: “Depois que os indígenas brasileiros [...] não p[uderam] glorificar do título sagrado de independentes, juntaram suas desgraças e, em pouco, a palavra Americano bastará para designar muitas raças, que em outro

tempo foram inimigos irreconciliáveis”. (RHB1: 30; RHB2: 30). Neste sentido, o desaparecimento das mais variadas etnias indígenas colocaria uma sombra generalista na história do Brasil.

A questão de uma “alteridade interna” foi cara a Bellegarde, como também ao general de Bolívar. Entretanto, para Macedo a significância dos indígenas foi metonimizada em uma versão generalista como “gentio”.<sup>53</sup> Segundo Selma de Mattos (1993), o emprego deste termo, balizado por questões do cristianismo, tinha a conotação de néscios “idólatras, incultos”, e abria espaço, ainda, para o destaque de uma “ausência de História de um sentido somente adquirido com a chegada do descobridor português, europeu e cristão”. (MATTOS, 1993: 112). Além disso, Mattos também ressaltou que a forma com que Macedo tematizou os indígenas, ou melhor “O Indígena”, estava próxima ao que foi proposto por Varnhagen, principalmente quanto ao ordenamento da exposição.<sup>54</sup>

A tentativa de ligar a História do Brasil à História da Humanidade, a partir do primado português/branco/cristão, foi também levada à frente por Macedo, cabendo ao gentio a “função do lugar que se reservava para o Império do Brasil no conjunto das Nações civilizadas e na História da Humanidade, uma perspectiva histórica marcada pelo evolucionismo”. Tal projeto estava centrado no encontro de dominadores e dominados, “do qual deveria resultar a transformação do Outro [...] em um Mesmo ou Igual”. (*Idem*: 122- 123). Grosso modo, é possível afirmar que, por mais que existisse a preocupação a respeito da “alteridade interna” das comunidades indígenas ainda presentes ou já com os rastros apagados, no interior do manual de Macedo, o objetivo seria obscurecer em alguma medida essa pluralidade para se valer de uma imagem generalista e emoldurada dos índios. Este último, só foi positivado quando somou esforços com os portugueses/brancos nas guerras flamengas. Momento este de uma primeira aproximação das raças que compunham o Brasil.

Voltando ao general de Bolívar: mesmo em trabalhos recentes a respeito de Abreu e Lima, permanece, de acordo com Thamara de Oliveira Rodrigues (2019), a reiteração de lugares comuns na obra do autor, a saber: certa visão romântica do general de Bolívar a respeito do indígena, bem como um desmerecimento deles; além da miscigenação aparecer

---

<sup>53</sup> O próprio Macedo em um apêndice intitulado “Explicações” apontou que o significado de gentio era de “gente bárbara que não tem fé, nem conhece a lei de Deus”. (LHB2: 42).

<sup>54</sup> Foi Mattos que também apontou que Varnhagen foi criticado pelo geógrafo francês d’Azevac, em 1857. A crítica de d’Azevac estava ligada ao ordenamento que a História do Brasil deveria ter, começando pelos indígenas para depois introduzir a chegada dos europeus, próximo ao projeto de Bellegarde, que acompanhou Denis na seleção das Épocas Temáticas. Varnhagen, como bem lembrou a autora, replicou as considerações do geógrafo francês afirmando que sua escolha ao ordenar a História do Brasil, do português ao indígena e não o contrário, tinha como pressuposto a tentativa de vincular a História do Brasil à História da Humanidade. (Cf. MATTOS, 1993: 122 – 123).

como algo central. Rodrigues propõe, e acompanho, que “a visão do general”, sobre indígenas e negros, é “um tanto mais complexa” e que “o impasse” fundamental seria a “violência que determinou o encontro e a relação dessas três raças”. (RODRIGUES, 2019: 9).

É possível apontar nas edições do *Compêndio* uma preocupação com a pluralidade interna dos indígenas, sobretudo no Primeiro Capítulo, que compreende os anos de 1500 até 1531. Nesse, em especial, o general buscou destacar a localização de diversas comunidades indígenas ao longo da costa brasileira no momento da chegada dos portugueses. O autor falou em Tapuias, Tupis, Carijós, Tamoios, Tupinambás, Tupiniquins, Caetés, Pitaguaras, bem como apontou para um interesse em matizar as nuances entre as tribos que compunham a “casta túpica”. (CBH1: 29; CHB3: 17). E ainda, o traço mais importante aqui, a designação dos indígenas como “Brasileiros”. Segundo Rodrigues, essa compreensão de Abreu e Lima é central para o entendimento a respeito da história do Brasil, não de forma acrítica, mas que a origem “da nacionalidade brasileira seria necessariamente o indígena”. (RODRIGUES, 2019: 10).  
Aproximando-se mais de Bellegarde/Denis/Beauchamp do que de Macedo/Varnhagen:

Este chefe indômito e feroz não se cansava de fazer aos índios guerra de extermínio. Perseguiu com igual barbaridade os aliados como os inimigos, os índios pacíficos, como os revoltosos. Debaixo do pretexto do novo projeto de sublevação, prendeu vinte e quatro chefes Tupinambás, e no mesmo dia e hora mandou-os cortar em pedaços pelos Tapuias, seus implacáveis adversários, servindo-se assim do ódio, que entre si nutriam os brasileiros para os subjugar e destruir. (ABREU E LIMA, 1843b: 80-81).

Além do termo empregado para designar os indígenas, os “brasileiros”, outro aspecto fundamental precisa ser apontado para que se possa compreender a crítica significativa do autor do *Compêndio* ao projeto colonizador. Abreu e Lima foi duramente criticado por Varnhagen, em seu *Primeiro Juízo* publicado no ano seguinte à publicação das duas edições do *Compêndio*, na *RIHGB*. Tais críticas direcionadas ao general de Bolívar foram, a saber: em primeiro lugar, por plágio, e, tal como escreveu Pedro Afonso dos Santos (2013), da obra de um escritor “insignificante”, como Beauchamp, que por sua vez teria plagiado Robert Southey sua *History of Brazil* (1810 – 1819). Sobre esta crítica, Abreu e Lima se precaveu chamando a si mesmo de “simples cronista” ao invés de “historiador”, em sua *Introdução*, assim como apresentou os autores e as obras em que se baseou, e, além disso, em que momento de sua obra valeu-se de tais textos. Abreu e Lima destacou ainda, que manteve integralmente as palavras dos autores utilizados “muito de propósito”. (ABREU E LIMA, 1844: 38).<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> A questão do plágio pode ser lida de maneira mais detida em outras obras, como em Santos (2013), Bruno Franco Medeiros (2012), Selma de Mattos (2007) e outras.

Em segundo lugar, e acompanhando Santos, o *Resumo* de Bellegarde serviu como uma métrica para a qualidade da obra de Abreu e Lima, tanto que o próprio Varnhagen apontou que o *Compêndio* era “menos recomendável” do que a obra de Bellegarde. Em terceiro lugar, a grande questão de Varnhagen contra Abreu e Lima era mesmo a respeito de conteúdos e compreensões, principalmente no que tange ao indígena:

Os índios não eram donos do Brasil, nem lhes é aplicável como selvagens o nome de brasileiros: não podiam civilizar-se sem presença de força, da qual não se abusou tanto como se assoalha; e finalmente de modo algum podem eles ser tomados para nossos guias no presente e no passado. (VARNHAGEN, 1844: XXVIII).

Tal querela, que se arrastou ao longo das décadas de 1840 e 1850, desvelou disputas fundamentais em torno do que deveria ser a história do Brasil, em uma relação íntima com a “distância histórica”, quer se aproximando da herança portuguesa, quer se afastando da mesma. Em sua tréplica no mesmo ano de 1844, Abreu e Lima entrou em uma disputa com Varnhagen a respeito do conceito de “brasileiro”, não acatando a sugestão do autor da *História Geral do Brasil* de tratar os índios como “brasiliense”, “brasiliano”, “brazis”, para “evitar *qui pro quos*”. O general questionou Varnhagen a respeito do “dicionário ou em que escritos” que teria encontrado tais termos para substituir e evitar conflitos a respeito do termo “brasileiro”, destacando ainda, que todos esses termos “significam a mesmíssima coisa”. (ABREU E LIMA, 1844: 51). O salto dado por Abreu e Lima, conforme apontei no capítulo anterior, a respeito de que grupos o conceito de “brasileiros” contemplaria, sobretudo no final do século XVIII.<sup>56</sup> Abreu e Lima poderia ter contornado essa questão utilizando outras expressões, por mais que tivessem significados simétricos, mas preferiu manter a alcunha de “brasileiros” para os indígenas como parte importante de sua gênese da nacionalidade.

Além disso, Gasparello (2003) apontou que as críticas de Varnhagen cumpriram uma “função legitimadora” do IHGB, funcionando com uma pretensão de censura a formas e compreensões a respeito dos eventos significativos para a formação da nacionalidade brasileira. Gasparello ainda apontou que o general de Bolívar teria colocado contra si mesmo uma instituição com o poder de ditar a “última palavra sobre os escritos de qualquer natureza sobre o passado nacional”. (GASPARELLO, 2003: 5). Teria o IHGB tamanho poder neste momento, em meados da década de 1840, quando seus trabalhos ainda estavam principiando? A escolha do *Compêndio*, a despeito dos apontamentos do Visconde de Porto Seguro – ainda não o era em 1844, como o livro oficial de História do Brasil no CPII, o principal colégio do

---

<sup>56</sup> Segundo Selma de Mattos o conceito de “brasileiros” adotado por Abreu e Lima é um anacronismo que atribuiu ao termo uma polissemia. Fundamentalmente, no século XVI o conceito era utilizado para designar os traficantes de pau-brasil. (Cf. MATTOS, 2007: 153)

Império, seis anos após a discussão pública a respeito da obra não apontaria para algo diferente?

Para Macedo não era bem assim. Em primeiro lugar, para o professor do CPII a narrativa da história do Brasil começa no ano de 1385, com Dom João, em Portugal. Diferentemente de Bellegarde e sua origem em uma pré-história do Brasil, em um tempo intemporal do indígena. Abreu e Lima, por sua vez, também inicia a sua história pelo contexto português às vésperas do descobrimento. Em segundo lugar, o aparecimento dos indígenas no manual de Macedo só se deu à página 26, chamados primeiramente de “naturais da terra”, no começo do parágrafo, e, no final deste mesmo parágrafo de “selvagens” e daí por diante de “gentio”; a partir do encontro com os colonizadores. A imagem do indígena em Macedo é quase livre de tensões. Macedo se situava em um meio termo entre extremos, do “encanto romanesco” a respeito dos usos e costumes dos indígenas e ao tratamento como “animais que lhe negaram todas as faculdades”. E, apesar de ganhar capítulo extenso sobre seus costumes, Macedo o fez condensando toda uma pluralidade própria aos indígenas, utilizando, geralmente “selvagem” ou “gentio”, destacando, ainda, que o indígena seria “menos digno de admiração, mais pequeno, mais mesquinho”. (LHB1: 57-58).

Voltando a Bellegarde e à investigação a respeito das “tribos indígenas”, termo utilizado pelo próprio autor, elas deveriam ocupar um lugar importante na confecção da escrita da história do Brasil. Não somente como foi apontado acima, pela existência do risco da perda do lastro em razão do desaparecimento de determinadas comunidades indígenas, ou mesmo pelo enigma e obscuridade da história desses povos imersos em assombramento, mas, também, por conta das “provas irrefragáveis de que o estado selvagem em que viviam esses povos reunia vantagens que a civilização só pode oferecer no fim de muitos séculos”. (RHB1: 13; RHB2: 12). A manifestação da “propensão decidida para uma vida errante e o desejo de perfeita independência” também foram vistos de maneira positiva por Bellegarde, mas não só. As passagens a respeito dos princípios religiosos parecem apontar para a mesma direção, como pode ser lido no seguinte trecho: as “populações indígenas do Brasil reconheciam a existência de um bom, e de um mau princípio: Deus se lhes manifestava pelo estrondo do trovão, e não eram isentos do temor do Anhangá, ou espírito maligno”. (RHB1: 13-14; RHB2: 12).

Talvez seja especular demais propor que Bellegarde, faz exatamente o oposto, que ele procura pensar o desenvolvimento civilizacional neste momento, no sentido que vai do indígena ao “branco”, mas as “vantagens” que poderiam ser oferecidas à “civilização”, o atributo da “perfeita independência”, atrelada à liberdade do indígena, bem como o

reconhecimento de princípios fundamentais ao cristianismo, complexificam a maneira como este quadro importante na parede de sua história nacional foi visto. Outro tema importante no interior das reflexões de Bellegarde sobre os indígenas é a antropofagia. O “horror” que tal prática despertava nos europeus era menor que a “lembrança dos enormes crimes a que esta barbaridade serviu de escusa” (RHB1: 20; RHB2: 21). Ou seja, o que havia de mais bárbaro nos usos e práticas indígenas ainda era menor que o processo violento da colonização. Ao mesmo tempo, o engenheiro Imperial se posicionou quanto à herança de Rousseau, chamada de “apologia dos costumes dos selvagens” (RHB1: 21; RHB2: 22). A seguir, o autor fez uma crítica contundente aos relatos de primeira ordem por parte do acervo que lhe chegou em mãos e, mesmo não citando os textos com os quais tivera contato, Bellegarde se mostrou preocupado com uma crítica interna e externa das suas fontes. Como se pode ver:

Estes homens, que tão cruéis nos pintam davam, é verdade, a morte a alguns prisioneiros: prática a que julgavam autorizados, porque seus maiores [ancestrais] haviam recebido iguais tormentos do inimigo em semelhantes ocasiões; a estupidez lhes não deixava ver o horror da vingança, mas esta vingança era pronta, não tinham inventado, como os que se jactam de serem civilizados, prisões subterrâneas, masmorras negras e empestadas, onde se respira o horror do cativo e o desejo da morte. Entre os Tupis, o prisioneiro destinado ao sacrifício gozava até os últimos instantes dos prazeres da vida, só esta lhe era exigida, e não queriam que ela o abandonasse entre os pungentes sofrimentos. (*Idem*: 21; 22).

A passagem acima não demonstra somente uma crítica à civilização empreendida pela Europa, continente no qual nascera o autor, matizando os dispositivos de punição em relação aos perpetrados pelos indígenas americanos, mas também revela a complexidade inerente à compilação, ao ato de compendiar. Não há uma mera descrição dos fatos que o liga aos vários autores que compendiam. Há também uma análise textual das fontes, críticas elaboradas, acréscimos e correções.

Nas últimas páginas da *Primeira Época*, o elemento português entrou na história do Brasil de Bellegarde. O aparecimento do elemento português/colonização “produziu grande mudança na sorte dos que caíam nas mãos do inimigo”, esta transformação se deu, fundamentalmente, pela prática da escravidão, o começo da ruína desses povos. Nas palavras do autor: “os selvagens preferiam vendê-los como escravos à odiosa satisfação de saciar neles a raiva contra outra tribo; disto mesmo, porém, resultou nova desgraça, consequência inevitável do desumano tráfico da escravatura: as guerras multiplicaram, tornando-se mais destrutivas”. (RHB1: 23; RHB2: 23). Da “perfeita independência” ao cativo, das práticas antropofágicas no contexto de guerra entre povos indígenas, que não tinham uma coloração mais horrenda do que os exercícios punitivos europeus, à incorporação da “desumana”

escravidão, esse foi o destino no qual os indígenas foram fadados no *Resumo*. Ou seja, a chegada dos portugueses significou com alguma ironia, como foi apontado pelo autor, que o “país tinha cessado” de pertencer às “Nações Indígenas”, pois “um dominador na Europa decidiria sobre sua sorte futura”. (RHB1: 42; RHB2: 42).

De início, os portugueses teriam sido prudentes para com os povos que aqui habitavam, os quais teriam demonstrado confiança para com este “Outro”. A recepção teria sido desarmada, e os indígenas os teriam convidado para o interior de suas aldeias com a finalidade de obter os “estranhos” objetos que os europeus traziam. Após recebê-los, não se tinha uma contrapartida, pois, segundo Bellegarde “não havia nenhum agradecimento a dar por um objeto para eles inútil”. O sentido da religiosidade da *caritas* cristã aparece aqui: “É preciso ter chegado a alto grau de perfeição no estado social para ser sensível a uma boa intenção que não tem efeito” (RHB1: 42). Na segunda edição essa passagem é invertida. Ao invés do “alto grau de perfeição”, Bellegarde apontou para um “estado atrasado de civilização em que se achavam” (RHB2: 43). Na primeira edição do *Resumo*, os indígenas entendiam o princípio da caridade, da graça, como um ato benevolente que se encerra em si mesmo, de acordo com o autor do *Resumo*, os portugueses não. Na segunda edição, porém, a inexistência da necessidade de uma contrapartida ao receberem algo por parte dos indígenas, e isso significava, em alguma medida, que o comércio (trocas, escambo), foi visto como um ponto negativo e de atraso. Ao mesmo tempo, Bellegarde manteve em ambas as edições o que teria representado o encontro entre os nativos brasileiros e portugueses: “o futuro mostrou quanto devia ser custosa esta conversão, que marchou sempre a par da violência, porque outros interesses, mais do que os de religião, influíram sobre este objeto”. (RHB1: 43; RHB2: 45).

Abreu e Lima, insisto, tende a se aproximar das considerações de Bellegarde, excetuando a ênfase na escravidão, mesmo que o general tenha apresentado suas compreensões de forma mais tensa, que será objeto de apreciação daqui a pouco. Sobretudo, tal como também foi apontado por Rodrigues, a noção de perdão, cara aos indígenas, se apresentou como um atributo de grande positividade o qual não foi encontrado nos europeus, dado que “os ódios das famílias são algumas vezes hereditárias”. (CHB1: 33-34; CHB3: 21). O general de Bolívar, por sua vez, foi além de Bellegarde a respeito da antropofagia. Em primeiro lugar, “nem todos os Brasileiros eram antropófagos” e, em segundo plano, existiam “valores” – termo caro a Tamara Rodrigues – na prática antropofágica, que eram restritos a ocasiões e lugares específicos. Além disso, Rodrigues também destacou que outro fundamento importante na obra de Abreu e Lima era que a violência usada pelo indígena estava centrada em atos de defesa em relação ao jugo colonizador. Ou, ainda, segundo Selma

de Mattos, o general “muitas vezes revelava que o bárbaro era aquele que acreditava na barbárie”. (MATTOS, 2007: 152).

Macedo acompanhava de forma mais próxima o IHGB, e aqui significa propriamente a obra de Varnhagen e, a sua concepção a respeito da figura do indígena. Ou seja, propunha um projeto de maior continuidade entre Portugal e Brasil, naquilo que chamamos de uma redução da “distância histórica”, da herança íntima portuguesa. Enquanto os compiladores, Bellegarde e Abreu e Lima, buscaram produzir um efeito de alargamento desta distância, frente à herança íntima de Portugal, matizando-a, indo em direção a um encurtamento da distância histórica frente a esta “alteridade interna”. De modo que Macedo entendeu a antropofagia, os usos e costumes indígenas como de fato uma barbárie, além da necessidade da figura do colonizador para extirpar tais práticas. O que para Abreu e Lima estava centrado na potência da religião, para Macedo a tarefa era do Estado, que melhor personificaria para o autor, as balizas da “civilização”.

Esta questão fica um pouco mais clara a partir de uma perspectiva empreendida por Macedo acerca de uma teleologia civilizacional. Os costumes e práticas dos indígenas “denunciavam um povo na sua infância”, e que a rudeza de seu modo de vida era “alheio a civilização” e, também, incapaz “de alguns nobres e generosos sentimentos”. (LHB1: 65). O próprio termo “índio” só apareceu na obra de Macedo na página 108, antes o desígnio era sempre “gentio” e “selvagem”. Além disso, o “selvagem” era também “agreste, simples, inculto e bárbaro [...] audaz e brabo nos combates, cruelíssimo na vingança”, muito mais comprometidos com “sua independência” – esta última característica sendo entendida como algo negativo (*Idem*: 67), diferentemente do primeiro Romantismo, de um Gonçalves de Magalhães, por exemplo.<sup>57</sup> Não só os costumes do “gentio” apontavam para a sua infância civilizacional, as suas armas também “denunciava[m] seu atraso e rudeza”. (*Idem*: 62).

Por mais que o professor do CPII fosse enfático a respeito o estatuto do indígena na história do Brasil, também havia espaço para tensões em sua obra. Como, por exemplo, o reconhecimento da capacidade dos indígenas de cultivar “alguns sentimentos nobres e generosos”, tais como: “indolente na paz e impávido em face da morte”. Tais questões eram próprias às etnografias e relatos de viajantes, não especificados pelo autor. A antropofagia, por exemplo, era relatada por esses viajantes como uma prática que não seria própria a todas as

---

<sup>57</sup> A noção de selvagem em Gonçalves de Magalhães, como também dos demais membros a Revista Niterói, pode ser lida em: RANGEL, Marcelo de Mello. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista Niterói: os primeiros Românticos e a civilização do Império do Brasil*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, no Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Abril de 2011.

comunidades indígenas, bem como só seria direcionada aos inimigos especialmente em ocasião de conflitos. Em outro momento, Macedo comparou a hospitalidade dos indígenas brasileiros com a dos árabes, por conta da “atenção e favor” com que recebiam um hóspede. (*Idem*: 65). De todo modo, o indígena não deixava de ser “selvagem” ou “gentio”, nunca seriachamado por Macedo de “brasileiro”, como fora por Abreu e Lima e por Bellegarde. A dissolução de sua alteridade interna e seu “atraso civilizacional” tinha como causa eles próprios, por conta de seus costumes “rudíssimos”. (*Idem*: 74-80). Sendo assim, o indígena brasileiro era um singular-coletivo, que falava mesma língua, com costumes semelhantes, de “mesma índole”, dos “mesmos vícios” e as “mesmas virtudes”, indicando “que formavam a mesma nação”. Formavam a mesma nação, mas não formavam o mesmo corpo. Não possuíam aspectos fundamentais à constituição de um corpo de acordo com Macedo, como unidade de governo e o cristianismo, a “única e verdadeira” religião. A centralidade política era apontada como algo basilar no argumento do autor de *A Moreninha*, pois somente a partir desta centralidade existiria regulação e os fortes laços sociais, que faltavam aos indígenas. (*Idem*: 72-73).

Outro aspecto também se faz necessário retomar: e qual seria o lugar da escravidão? Para Bellegarde, como pode ser visto mais acima, o aspecto da desumanização produzida pela prática escravista é elencado como um sintoma de ruína. Abreu e Lima não acompanhou de perto esse argumento do engenheiro Imperial. O termo utilizado pelo autor do *Compêndio* para tal prática era “reduzir”. Como se os “brasileiros”, nomenclatura própria a Abreu e Lima, fossem reduzidos à condição de escravidão. Entretanto, a escravidão não teria se apresentado como algo necessariamente negativo. Ao tematizar os paulistas e suas práticas de aprisionamento, o autor criticou muito mais a oposição dos naturais da província de São Paulo à civilização cristã, dos jesuítas, como um entrave para o comércio de escravos, do que necessariamente a prática da escravidão em si. Se para Bellegarde era “desumano”, para Abreu e Lima era próprio do comércio, do “gênio empreendedor”, que emerge como um problema apenas quando descambava em “ganância” e “cobiça”: “foi [...] com o comércio de escravos que se enriqueceram os paulistas e, por isso, opuseram-se sempre ao sistema de civilização cristã dos jesuítas”; e “nada podia sopear a cobiça dos paulistas, que consideravam conversão dos índios como a abolição do comércio de escravos”. (CHB1: 206-207; CHB3: 138).

A respeito da escravidão, Macedo só menciona tal questão na página 69 do primeiro volume de sua obra. A ocasião desta abordagem foi a prática da escravidão entre os próprios indígenas, ao descrever as relações familiares deles. Da parte do colonizador, os indígenas

ficavam entre o julgo exploratório dos colonos que os reduziam à escravidão os “miseros selvagens”, e à exploração pelos jesuítas que “aparentemente ao menos era o defensor do bom direito, da justiça e da civilização” e “os colonos franca e positivamente sustentavam a causa da opressão e tirania”. (LHB2: 39-40). Macedo foi um pouco mais longe ao tematizar a relação dos jesuítas com os indígenas, destacando que a “influência dos jesuítas era benéfica e salutar para os indígenas”, como um “escudo” para “os abusos e a prepotência dos colonizadores tanto fizeram sofrer aqueles infelizes”. (LHB1: 136). Tal tensão quase levou São Paulo à independência, conforme apontou o autor. O apontamento de Macedo está, assim, mais próximo ao de Abreu e Lima, principalmente pela não condenação da prática da escravidão, sendo entendida como algo próprio ao comércio, bem como pela atuação dos jesuítas como positiva em relação aos mesmos.

Ademais, convém tematizar um último aspecto importante a respeito do indígena no interior dos manuais: a presença de Dom Antônio Felipe Camarão, bem como sua atuação na guerra contra os holandeses, episódio fundamental para a emergência do patriotismo comungado pelos autores. Bellegarde destacou de forma breve os feitos de Camarão, se atendo mais a uma descrição dos conflitos contra os holandeses, do que tematizando uma figura específica. Abreu e Lima destacou os feitos de Camarão e sua participação em campanhas heroicas, designado como “chefe hábil” e sua importância para os “brasileiros”, entendidos nesse momento como “homens de sua tribo” ou indígenas. (CHB1: 125; CBH3: 84). Outro indígena foi tematizado por Abreu e Lima, o Jaguary, também com os feitos de guerra exaltados. Além disso, a esposa de Camarão, Dona Clara, também recebeu uma menção destacada, como pode ser visto na nota de rodapé da página 143: “combateu com denodo que o seu sexo fazia incrível, afrontando todos os perigos”. Já Macedo utilizou o arco de Camarão na luta contra os holandeses de forma extensa, não no sentido de uma descrição dos feitos, mas de apontar conteúdos mais sistematizados para o aprendizado dos seus alunos no CPII. Fundamentalmente, Macedo instrumentalizou a figura de Camarão para criticar os defensores de uma “escravidão [dos indígenas] erigida em sistema”. Ou seja, Camarão seria não só uma figura exemplar para a sua raça, como também era a prova de que a catequese era fundamental para a nação/nacionalidade brasileira. No momento do falecimento de Dom Antônio Felipe Camarão, Macedo narrou: “cobriu de luto o Campo Real do Bom Jesus e todos os corações brasileiros”. (LHB2: 129-130).

### 3.2. O Negro nos Manuais Didáticos de História do Brasil: entre o silêncio e a ausência

Se os indígenas ocuparam uma parte significativa nos manuais, principalmente nos primeiros anos após o descobrimento, a tematização dos negros é muito mais tímida. Das penas de Bellegarde, Abreu e Lima e Macedo, somente a trajetória de Henrique Dias, a emergência e a destruição de Palmares, receberam alguma atenção. Bellegarde despendeu apenas quatro páginas para lidar com a questão de Palmares, e a exemplo do que o autor apontou a respeito de Felipe Camarão, sobre Henrique Dias não foi realizado algo mais aprofundado, se limitando a uma descrição de seus feitos em batalha.

Bellegarde apresentou Palmares como uma “exceção desta negligência feral” da má administração com que se dava no interior de outros quilombos espalhados pelo Brasil. Estes eram formados pelos “negros que procuram escapar a escravidão, bem vezes insuportável pela tirânica injustiça de seus senhores” (RHB1 e RHB2: 140; 140). Palmares emergiu na lacuna da disputa por Pernambuco entre colonos e holandeses, que “de tão prolongada crise, não pôde obstar o progresso da nova povoação de Palmares, que ganhou rápido e assombroso crescimento”. (*Idem*: 140-141; 141). Em um dos escassos trabalhos que tematizaram Bellegarde, Cristina Carla Sacramento e Heloísa Helena Pimenta Rocha (2015) desvelaram questões importantes a respeito da representação do negro no interior do *Resumo*. Segundo as autoras, Bellegarde teve como preocupação o destacamento para a instituição sociopolítica militar, denominada quilombo. Kabengele Munanga e Nilma Gomes destacaram Palmares como o “primeiro Estado livre nas terras da América”, justamente pela existência de um Conselho que aglutinou diversos líderes, tendo como figura central o Zumbi. (MUNANGA; GOMES *apud* SACRAMENTO; ROCHA, 2015: 9).

A escolha de Bellegarde de empregar o adjetivo “assombroso” não foi por acaso: “os fugitivos não possuíam suficiente número de companheiras” e essa falta os fazia procurar “à maneira dos romanos, caindo brutalmente sobre habitações vizinhas” e “apoderando-se de todas as mulheres de cor”. (RHB: 141-142; RHB2: 141-142). Lançada essa informação, Bellegarde imediatamente a matizou utilizando Rocha Pita, que foi membro importante da Academia Real de História Portuguesa e posteriormente da Academia Brasileira dos Esquecidos; confrontando o fato dos aprisionamentos de mulheres não terem sido “nem mais completo[s], nem mais gera[is]”. Mas, que “os palmarienses imitaram ainda os antigos dominadores do mundo, saqueando as povoações e cometendo mil outras barbaridades”, e ainda, que teriam coagido vários agricultores de Porto Calvo a uma aliança, em troca de

munições e armas, fazendo a “colônia africana” ter “aspecto florescente e terrível”. Somente com a entrada da agricultura, do cultivo da terra e da indústria, que os costumes dos palmarienses teriam sido adoçados. (*Idem*: 142). No que se refere à comparação com a história europeia, Bellegarde pareceu fazer uma aproximação no que diz respeito ao desenvolvimento dos negros de Palmares, no sentido de que teria sido inadequado o seu comportamento no nascer do quilombo, assim como o dos romanos. Só foram capazes de se “civilizar” a partir das noções de trabalho, segundo o autor do *Resumo*. Elemento este, o trabalho, que teria sido deixado de lado pelos portugueses em razão da escravidão.

Além destes termos, Bellegarde tematizou de forma breve e sem muitos comentários, a organização política de Palmares e de Zumbi, o “chefe vitalício escolhido entre os mais bravos”, que tinha entre outras obrigações a responsabilidade pela segurança e pelo crescimento do povoamento, tendo o auxílio de “ministros de sua nomeação, uma espécie de código, hoje infelizmente ignorado”. (*Idem*: 142-143). Avançando no texto, o autor do *Resumo* ressaltou na resolução do conflito um valor universal que “em todas as espécies do gênero humano”, a bravura e a honra puderam ser reconhecidas entre os habitantes de Palmares. Os companheiros de Zumbi “lendo” em seus olhos “o horror que lhe inspirava o cativo, souberam imitá-lo e morreram despencando-se do cume de um alto rochedo”. (*Idem*: 144). Uma vez experimentada a liberdade, valor fundamental nas reflexões de Bellegarde, não haveria volta aos grilhões. De Palmares, no presente do engenheiro Imperial, só restaria “a memória de seus célebres habitantes”. (*Idem, ibidem*). Bellegarde, de acordo com Cristina Sacramento e Heloísa Rocha, ressaltou a organização política, bem como valores de resistência dos palmarienses, demonstrando ainda, uma imagem dos negros como figuras ativas, “que não aceitavam passivamente o sistema escravocrata”. (SACRAMENTO; ROCHA, 2015: 10). Ademais, Sacramento e Rocha enfatizaram que os debates políticos na contemporaneidade de Bellegarde que já pautavam críticas ao sistema escravocrata, não foram levadas a cabo pelo engenheiro Imperial.

Abreu e Lima dedicou pouco mais de duas páginas ao tema. Primeiro o general de Bolívar apresentou os princípios da povoação de Palmares no Capítulo 3, em apenas um parágrafo, dado o vigor com que o autor narrou a guerra contra os holandeses, por exemplo. Abreu e Lima destacou, logo de início, que os negros se aproveitando dos conflitos entre colonos portugueses e holandeses, “resolveram recobrar a sua liberdade e independência no meio dos bosques”. (CHB1: 133; CBH3: 90). O termo recobrar parece ser significativo, pois carrega em si uma semântica de reconquista, como se tomassem de volta aquilo que lhes foi subtraído. O autor escreveu uma extensa nota de rodapé sobre uma discussão a respeito da

real localização, se era em Pernambuco ou em Alagoas, citando Rocha Pita. Os negros ainda teriam conseguido “resistir” por mais de meio século tanto aos “holandeses vitoriosos” quanto aos portugueses.

Feita essa breve introdução, Abreu e Lima só foi retornar à narrativa sobre Palmares no capítulo cinco. Essa retomada a respeito de Palmares segue *ipsis litteris* o que doze anos antes Bellegarde havia escrito a respeito do quilombo. Desde a comparação com os romanos, por conta do aprisionamento de mulheres negras para suprir a escassez de mulheres no povoamento, passando pelas ponderações de Rocha Pita de que essa prática não teria sido generalizada, como também pelo “adoçamento” dos costumes a partir do comércio e da agricultura, até a bravura e coragem na escolha de Zumbi e seus seguidores pela morte ao invés do retorno ao cativeiro, “que atestaria o verdadeiro valor [...] em todas as espécies do gênero humano”. (*Idem*: 217-218). O autor do *Compêndio* seguiu passo a passo as compreensões trazidas à tona por Bellegarde em seu *Resumo*. Entretanto, ao contrário do engenheiro Imperial, Abreu e Lima tematizou com mais vigor a figura de Henrique Dias.

A partir da página 141 do CBH1 e 96 do CBH3, Abreu e Lima narrou a trajetória, os feitos de bravura de Henrique Dias durante a guerra contra os holandeses, apontando que Dias “patenteou” durante o conflito “uma intrepidez digna de ser posta em paralelo com o que a história” tem “de mais assombroso”. O caso assombroso de Henrique Dias foi que mesmo com ferimentos severos Dias continuou na batalha, pois tinha como motivação servir a “Deus e ao meu Rei”. (*Idem*: 143; 98). Além disso, o autor do CHB destacou que, apesar de os atos heroicos de Henrique Dias terem sido tantos que, “ainda que negro”, ele “não deixou de obter pela forma eterna memória, porque essa não atende ao acidente da cor, senão as qualidades do coração”. Outro elemento importante acerca da figura de Henrique Dias foi o seu legado para os negros que habitavam o Brasil. O regimento de negros foi batizado com o nome do herói, porém, no século XIX, o destacamento militar foi encerrado. Tal episódio foi narrado com pesar pelo general de Bolívar: “[lançaram] por terra o único monumento que restava de nossas glórias passadas, esquecidos talvez de que esta classe de homens tinha, em todas as épocas, prestado grandes serviços a monarquia” e, principalmente “a nossa independência”. (*Idem, ibidem*).

A herança de Henrique Dias, para além do legado negro, representava uma glória verdadeiramente brasileira. Abreu e Lima destacou, no início de seu texto, que o Brasil só passou a existir a partir de 1822, porém, os eventos de Pernambuco e, principalmente, o legado heroico de Henrique Dias, apontavam para “nossas glórias passadas”. O general

reivindica assim a memória de Dias, como parte fundamental do passado nacional, como também uma fonte de inspiração para a “mocidade brasileira”. Tal questão parece apontar para um suposto paradoxo ou mesmo uma contradição, porém foi a forma de Abreu e Lima se posicionar no que diz respeito às questões candentes de seu tempo que se destaca, como foi o caso do regimento militar de negros Henrique Dias: “fazemos votos pelo restabelecimento desta milícia, que recorda uma época de tanta lealdade e bravura”. (*Idem*: 177; 97). O legado do negro Henrique Dias seria uma das últimas expressões de tempos gloriosos do Brasil.

Para não ficar em silêncio, Macedo abordou brevemente temas relacionados aos negros. A primeira menção aos negros foi feita somente no segundo volume da obra, em uma *Lição* que datava o final do século XVI. Sobre Henrique Dias, Macedo apontou que foi “benemérito e bravo [...] esquecido em Portugal, foi no Brasil nomeado mestre de campo de um regimento de negros da Bahia” e, tal como fez Abreu e Lima, o regimento que foi batizado com seu nome “nunca se devia extinguir e que perpetuamente se chamaria de Henrique Dias”, denominação esta “indisputável título de glória” que “não tardou a estender-se aos regimentos de negros de outras províncias”. (LHB2: 138). A respeito de Palmares, o autor de *A Moreninha* compartilhou com Bellegarde e, por conseguinte, com Abreu e Lima, compreensões próximas a respeito da origem do povoamento: “os quilombolas incitaram a fugir outros escravos, já porque muitos destes espontaneamente procuravam livrar-se da opressão do cativo”. Agrupando-se em Palmares “acabaram por formar um verdadeiro estado no estado, querendo até alguns escritores que eles houvessem constituído [...] uma espécie de república”. (*Idem*: 163-164). A possibilidade de uma grande autonomia de determinado grupo era vista como algo negativo para Macedo, vide as críticas significativas que o autor das *Lições* fez aos jesuítas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com todos os acidentes no decorrer deste texto, creio que seja possível fazer alguns apontamentos finais acerca da minha proposta a partir deste trabalho. Com base nos rastros deixados por Valdeir Araujo (2015), de suas postulações a respeito de regimes historiográficos caros à vida letrada no Brasil Imperial, foi viável indicar as condições de possibilidade para a emergência das obras tematizadas nessa dissertação. Os protocolos, as formas, os métodos, as modulações e as interpolações compartilhadas pelos manuais

didáticos, bem como as dinâmicas institucionais no interior do Estado Imperial, as dinâmicas do espaço público e do mercado editorial do contexto investigado, propiciaram o aparecimento do *Resumo*, do *Compêndio* e das *Lições*.

Um pouco a revelia do termo “regime”, por parecer à primeira vista algo mais engessado e rígido, por mais que não seja o que fica candente nos trabalhos de Araujo, optei por trabalhar a partir do termo “espaços”. Essa escolha foi orientada muito mais pela pluralidade na trajetória dos personagens/autores, do que por uma compreensão próxima àquela dos lugares institucionais de produção. Bellegarde, por exemplo, compilou, “traduziu”, publicou e reivindicou autoria completa da obra que até então era uma tradução. Tudo isso antes da existência do IHGB e da inauguração que, canonicamente, se firmou entre historiadores, de protocolos e metodologias modernas para a confecção de uma história nacional brasileira. Abreu e Lima já aparece com seu manual quando o IHGB estava em plena atividade e, a despeito das críticas negativas recebidas no interior do *Instituto*, sua obra foi adotada em outra instituição de extrema relevância no Império, o Colégio Pedro II. Macedo seria a figura responsável por levar o IHGB para o *Colégio*, a partir de suas *Lições* que seriam uma “transposição didática” da obra de Varnhagen. Entretanto, por mais que o professor do Pedro II acompanhasse bem de perto a *História Geral do Brasil*, o seu texto também possui aberturas e nuances importantes para uma maior complexificação das reflexões a respeito da produção didática no período Imperial, tendo também sido influenciado pelos textos de Bellegarde e de Abreu e Lima. O que busquei contemplar em meu texto foi uma indicação para as possibilidades de escrita da história entre as décadas de 1830 e 1860, que escapavam dos arquétipos duros e monolíticos, sendo balizados mais por entendimentos posteriores a respeito da força e dinâmica de instituições, como o IHGB, o CPII e o Estado Imperial, do que pelas tensões próprias aos textos e a esses espaços.

Essas nuances, tensões – como tenho chamado –, só foram possíveis em razão da porosidade e justaposição entre diferentes formas de protocolos de escrita e de metodologia na tessitura das produções historiográficas neste período. A autópsia, aspecto fundamental dentro da tradição herodotiana de escrita da história, foi utilizada por Bellegarde e Abreu e Lima. Eles se colocaram nos textos por vezes de forma tão passional, fazendo do que “a memória guarda” uma arma – como Milton Nascimento e Fernando Brant poetizaram na canção “Saudade dos Aviões da Panair”. Ao mesmo tempo, tal protocolo herdado de Heródoto conviviu com metodologias modernas, como o rigor da crítica documental, separação entre documento e relato, dentre outras; tensão que só foi possível por conta da existência de um ambiente aberto e tenso. Bellegarde, Abreu e Lima e Macedo, todos eles

comungavam, ainda, de protocolos próprios da tradição tucidideana, como bem apontou Arnaldo Momigliano (2004), no que diz respeito a pensar o passado enquanto um prelúdio do presente ou, ainda, ao deslocarem a pré-existência do nacional em eventos próprias ao período Colonial.

Além disso, tal como apontei anteriormente, a insistência em estabelecer a clivagem de uma história antes e após o IHGB, mais confunde do que esclarece. Levar em conta que Macedo não seria devedor de Abreu e Lima, bem como de Bellegarde, pode reiterar a compreensão de que o Estado Imperial foi necessariamente onipresente, monolítico e negativo. Sob esse ponto de vista, o Estado anulava a porosidade, a interpolação, a justaposição de protocolos instrumentalizados pelos autores, com os quais trabalhei neste texto. Tal visão limitaria a atuação destes letrados que transitavam por diversos espaços fundamentais no período. O epílogo desta dissertação contém um trecho da música “Ninguém = Ninguém”, composta por Humberto Gessinger para o disco Gessinger, Licks & Maltz, de 1992, em que é possível escutar que: “há tantos quadros na parede, há tantas formas de se ver o mesmo quadro”. Os “quadros na parede”, aqui, seriam os temas e conteúdos fundamentais para a confecção das obras tematizadas neste texto, em grande parte sedimentados pelos manuais de Bellegarde e Abreu e Lima. E quanto às “formas de se ver o mesmo quadro”, seriam elas as aberturas e tensões próprias aos textos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes Primárias (disponíveis online em acervos digitalizados)

ABREU E LIMA, José Ignácio de. *Compêndio da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert. Tomos I e II, 324p., 199p., 1843.

\_\_\_\_\_. *Compêndio da História do Brasil em 1 volume*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert. 392p., 1843.

BELLEGARDE, Henrique Luís de Niemeyer. *Resumo de História do Brasil até 1828, traduzido de Mr. Denis, correcto e aumengtado por H.L. de Niemeyer Bellegarde*. Rio de Janeiro: Typ. Gueffier, 1831.

\_\_\_\_\_. *Resumo de História do Brasil até 1828*. Rio de Janeiro: Typ. R. Ogier, 1834.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro Segundo*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial, de J. M. N. Garcia, 143p., 1861.

\_\_\_\_\_. *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro Segundo*. Rio de Janeiro: Domingos José Brandão, 1863.

**Fontes Secundárias (disponíveis online em acervos digitalizados e na Biblioteca Nacional)**

ABREU E LIMA, José Ignácio de. *Resposta do General J. I. de Abreu e Lima ao Conego Januário da Cunha Barbosa ou Analyse do primeiro júzo de Francisco Adolpho Varnhagen acerca do Compendio da Historia do Brazil*. Pernambuco: M. F. de Faria, 1844.

\_\_\_\_\_. Carta de Abreu e Lima a Januário da Cunha Barbosa, s.d., lida na sessão de 14 de setembro de 1843. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. 2. ed., 1843, t. 5, p. 370.

*Coleção de Leis do Brasil*. Volume de 1838, p. 44. NUDOM.

COLLEGIO DE PEDRO II. *Imperial colégio de Pedro II: Perguntas para os Exames de 1849*. Rio de Janeiro: Collegio Pedro II, 1849.

\_\_\_\_\_. *Programas de exames de 1851 no Imperial Collegio de Pedro Segundo*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1851.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro 6 (24): 389 – 411. Janeiro de 1845. *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. n. 24, jan. 1845.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. Primeiro Juízo. In: *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo VI, nº 60, 1844, p. 60-83.

\_\_\_\_\_. Carta. Em aditamento ao Juízo sobre o Compendio da História do Brasil de Abreu e Lima. *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 396, 1846.

\_\_\_\_\_. *Réplica apologética de um escritor caluniado e Juízo Final de plagiário difamador que se intitula general*. Madrid: Imp. da Viúva de D. R. J. Domingues, 1846.

**Periódicos (disponíveis online em acervos digitalizados)**

A Arca de Noé. (1833)

A Torre de Babel. (1833)

Revista do IHGB. (1838-1861)

O Guanabara. (1840- 1861)

Diário Fluminense. (1840-1861)

Diário do Rio de Janeiro. (1840-1861)

Revista Nitheroy. (1840-1861)

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo; dos Santos Rangel, Marcelo. Memória, cultura histórica e ensino de história no mundo contemporâneo. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 2, p. 7-24, set. 2015.

\_\_\_\_\_. *Ensino de história e historicidade: a democratização da história nos currículos escolares*. No prelo.

ACHÚGAR, Hugo. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ANKERSMIT, Frank. The Ethics of History: From the Double Binds of (Moral) Meaning to Experience. *History and Theory*, Theme Issue 43, dec. 2004, p. 84-102.

ARAUJO, Valdei Lopes; VARELLA, Flávia Florentino. As traduções do tacitismo no Correio Braziliense (1808-1822): contribuição ao estudo das linguagens historiográficas. In: GALERY, Maria Clara V.; PERPÉTUA, Elzira Divina; HIRSCH, Irene (org.). *Tradução, vanguarda e modernismos*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

\_\_\_\_\_. Formas de ler e aprender com a História no Brasil joanino. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 22, n.1, p. 85-98, jan.-jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. *Varia hist.*, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 365-400, Aug. 2015.

\_\_\_\_\_. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanços e desafios. In.: ARAUJO, Valdei Lopes de; OLIVEIRA, Maria da Glória de (Org). *Disputas pelo passado: História e historiadores no Império do Brasil*. Ouro Preto, MG: EDUFOP, 2013b.

ASMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campina: Editora da Unicamp, 2011.

BASILE, Marcello. O Império do Brasil em revista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 12, p. 248-254, ago. 2013.

\_\_\_\_\_. O Laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: Keila Grinberg; Ricardo Salles (org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. Revoltas regenciais na Corte: o movimento de 17 de abril de 1832. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19-20, p. 259-298, 2004.

BAETS, Antoon de. A declaration of the responsibilities of present generations toward past generations. *History and Theory*, i. 43 (dec. 2004), p. 130-164.

BERGER, Stefan; LORENZ, Chris; MELMAN, Billie. Introduction. In: *Idem. Popularizing National Pasts: 1800 to the Present*. New York: Routledge, 2011.

BERNARDES, José. *Abreu e Lima, herói sul americano*. Rio de Janeiro: Nosso Brasil, 1978.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.13, nº25/26, set. 92/ago. 93, p. 193-221.

\_\_\_\_\_. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. 1993. Tese (Doutoramento em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Faculdade de São Paulo, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

\_\_\_\_\_. Editores e autores de compêndios e livros de leitura. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set.-dez. 2004.

\_\_\_\_\_. *Ensino de História: Fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

CHACON, Vamireh. *Abreu e Lima, general de Bolívar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, 2, 1990, p. 177-229.

COSTA, Maria Cristiane da. *Práticas de pensões de estudos no Império: um olhar sobre os pensionários militares (1821-1831)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DORIA, Escragnolle. *Memória Histórica: comemorativa do 1º centenário do Colégio Pedro II, (1837-1937)*. Brasil: Ministério da Educação Rio de Janeiro, 1937.

DOYLE, Plínio. Joaquim Manuel de Macedo no IHGB. *RIHGB*, Rio de Janeiro, 1971, vol. 291.

EISENSTADT, S. N. Modernidades múltiplas. *Sociologia*, n. 35, p. 139-163, abr. 2001.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História e Ensino de História*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e cultura*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

GADAMER, Hans-Georg. *Hermenêutica em Retrospectiva*. Petrópolis: Vozes, 2009.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. *Construtores de Identidades: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

\_\_\_\_\_. A pedagogia da nação nos livros didáticos do Brasil do Colégio Pedro II. *Cadernos de Ensaios e Pesquisas*, Niterói, v. 8, p. 41-50, 2003.

GONÇALVES, Sérgio Campos. *O Brasil entre a Narrativa e a História Analítica (1840- 1870): Civilização, Progresso e Desenvolvimento*. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2015.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27.

\_\_\_\_\_. Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In.: HEIZR, Alda; VIDEIRA, Antonio A. P. (orgs.). *Ciência, Civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: ACCESS, p. 1-28, 2001.

GUMBRECHT, Hans U. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

\_\_\_\_\_. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

\_\_\_\_\_. *Aprender com a História: O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

HANSEN, Patrícia Santos. João Ribeiro e o ensino da História do Brasil. In: MATTOS, Ilmar R. de (org.). *Histórias do ensino da História no Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

HAUSSER, Christian. A caminho de uma história nacional: a pré-história da História Geraldo Brasil, na primeira metade só século XIX. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, v. 4, n. 2, p. 64-83 ago.-dez. 2013.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

IGLESIAS, Francisco. *Os historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

MACEDO, Joaquim Manuel de. (1820-1882). *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre a Public History. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 15, p. 27-50, ago. 2014.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATTOS, Selma Rinaldi de. Lições de Macedo: uma pedagogia do súdito-cidadão no Império do Brasil. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de. *História do ensino de história do Brasil*. Rio de Janeiro: Access, 1998

\_\_\_\_\_. *Para formar os brasileiros: o Compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Brasil em lições: a história do ensino de história do Brasil no Império através dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo*. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1993.

MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

MELO, Cira Bandeira. *Senhores da História: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na Segunda metade do século XIX*. 1997. Tese (Doutorado em

Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

MELMAN, Billie. Introduction. In: *Idem. The Culture of History: English Uses of the Past, 1800- 1953*. New York: Oxford University Press, 2006.

MENDES, Luís Cesar Castrillon. Inaugurando a narrativa didática da futura nação: a história do Brasil no Colégio Pedro II (1840-1850). *Revista Labirinto*, ano XVI, v. 24, n. 1, p. 134- 153, jan.-jul. 2016.

MENDES, Daniel da Cunha; QUIRINO, Tamara Lins Antunes. Notas sobre as representações da Inconfidência Mineira e Tiradentes em manuais didáticos: breve análise de Abreu e Lima, Joaquim Manuel de Macedo, João Ribeiro e Rocha Pombo. *Cadernos de História*, Mariana, v. IX, p. 121-138, 2016.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.

MOREIRA, Kênia Hilda. Livros didáticos de história no Brasil do século XIX: questões sobre autores e editores. *Educação e Fronteiras*, Dourados, MS, v. 3, n. 5, p. 31-44, jan.-jun. 2010.

NARITA, Felipe Ziotti. *O tempo sagrado do Império: história e religião na obra do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

OLIVEIRA, Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de. *Entre duas margens do rio do tempo: a experiência do tempo na narrativa da história do Brasil de Ferdinand Denis*. (No Prelo)

PEREIRA, Luisa Rauter. *A História e “o diálogo que somos”*: a historiografia de Reinhart Koselleck e a hermenêutica de Hans-Georg Gadamer. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2004.

PHILLIPS, Mark Salber. *Society and Sentiment: Genres of Historical Writing in Britain, 1740-1820*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo. EDUSP, 2003.

RANGEL, Marcelo de Mello. Romantismo, *Sattelzeit*, melancolia e clima histórico (*Stimmung*). *Revista Eletrônica Expedições: Teoria da História e Historiografia*, Morrinhos, v. 5, p. 53-62, 2014.

\_\_\_\_\_. *Poesia, história e economia política nos Suspiros Poéticos e Saudades e na Revista*

*Niterói - Os primeiros Românticos e a civilização do Império do Brasil*. Tese (Doutoramento em História Social da Cultura) – Centro de Ciências Sociais, PUC, Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_. A literatura a serviço da nação e da civilização do Império do Brasil na Revista Niterói. *Revista Ágora*, Vitória, n. 12, p. 1-34, 2011.

RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *A Independência de Portugal – História, progresso e decadência na obra de Francisco Solano Constâncio (1808-1840)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2014.

\_\_\_\_\_. *Sobre o que esperar de uma história popular do Brasil: a perfectibilidade*. (No Prelo)

\_\_\_\_\_. A Revolução Pernambucana e as disputas historiográficas: Abreu e Lima e Francisco Adolfo de Varnhagen. *História e Cultura*, Franca, v. 6, n. 1, p. 289-308, mar. 2017.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Cap. 2: Pragmática – a constituição do pensamento histórico na vida prática. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SACRAMENTO, Cristina Carla; ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *Os negros nos livros escolares: uma análise do “Resumo da História do Brasil” (1834)*. VIII Congresso Brasileiro de História da Educação, 2015.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos. Compilação e plágio: Abreu e Lima e Melo Moraes lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 13, p. 45-62, dez. 2013.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. Intellectual History, Liberty and Republicanism: An Interview with Quentin Skinner. *Contributions to the History of Concepts*, 3 (2007), p. 103- 123.

SILVA, Daniel Pinha. Ampliação e veto ao debate público na escola: História Pública, ensino de História e o projeto “Escola sem partido”. *Revista Transversos*, Dossiê: História Pública: escritas contemporâneas de História, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, p. 11-34, ano 03. set. 2016.

TAMBARA, Elomar Antônio Callegaro. *Bosquejo de um ostensor do repertório de textos*

*escolares utilizados no ensino secundário no século XIX no Brasil*. Pelotas/RS: Seiva Publicações, 2003.

TOLEDO, Maria Aparecida Leopoldino Tursi. A disciplina de História no Império do Brasil. *HISTEDBR*, Campinas, n. 17, p. 1-10, mar. 2005.

VECHIA, Ariclê. Os livros didáticos de história do Brasil na escola secundária brasileira no século XIX, sob a égide das idéias européias. *Revista Educação em Questão*, v. 31, n. 17, 15 abr. 2008.

\_\_\_\_\_.; LORENZ, Karl Michel (orgs.). *Programa de ensino da escola secundária brasileira: 1850-1951*. Curitiba: Ed. do Autor, 1998.

VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, encruzilhadas e desencontros do Império luso-brasileiro. *Revista da USP*, São Paulo (58), jun, jul, ago, 2003.

WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.